UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
MESTRADO PROFISSIONAL EM GESTÃO PÚBLICA PARA O DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE

DAYSE DUTRA LEITE

GESTÃO DA INFORMAÇÃO: UMA ANÁLISE DO EXAME NACIONAL DE DESEMPENHO DOS ESTUDANTES NA UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO

Recife
2025

DAYSE DUTRA LEITE

GESTÃO DA INFORMAÇÃO: UMA ANÁLISE DO EXAME NACIONAL DE DESEMPENHO DOS ESTUDANTES NA UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Mestrado Profissional em Gestão Pública para o Desenvolvimento do Nordeste da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito à obtenção do título de Mestre em Gestão Pública.

Mês/ano de ingresso: 09/2023
Área de Concentração: Gestão Pública para o Desenvolvimento Regional.
Linha de pesquisa: Instituições e Políticas Públicas
Orientadora: Profa. Dra. Nadi Helena Presser.

Recife
2025

.Catalogação de Publicação na Fonte. UFPE - Biblioteca Central

Leite, Dayse Dutra.
Gestão da informação: uma análise do exame nacional de desempenho dos estudantes na Universidade Federal de Pernambuco / Dayse Dutra Leite. - Recife, 2025.
171 f.: il.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Programa de Pós-Graduação de Mestrado Profissional em Gestão Pública para o Desenvolvimento do Nordeste, 2025.
Orientação: Nadi Helena Presser.
Inclui referências, apêndices e anexo.

1. Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade); 2. Gestão da informação; 3. Gestão do conhecimento. I. Presser, Nadi Helena. II. Título.

UFPE-Biblioteca Central

DAYSE DUTRA LEITE

GESTÃO DA INFORMAÇÃO: UMA ANÁLISE DO EXAME NACIONAL DE DESEMPENHO DOS ESTUDANTES NA UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Mestrado Profissional em Gestão Pública para o Desenvolvimento do Nordeste da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestra em Gestão Pública para o Desenvolvimento do Nordeste.

Aprovada em: 28/08/2025

BANCA EXAMINADORA

_____
Dra. Nadi Helena Presser (Orientadora)
Universidade Federal de Pernambuco

_____
Dr. Piotr Trzesniak (Examinador Interno)
Universidade Federal de Pernambuco

_____
Dr. Klaus North (Examinadora Externa)
Universidade de Wesbaden

_____
Dra. Priscila Gonçalves da Silva (Examinadora Externa)
Universidade de Pernambuco

DEDICATÓRIA

À minha avó, Maria Letícia de Medeiros Dutra (in memoriam), exemplo de força, sabedoria e amor. Uma mulher à frente do seu tempo, que me ensinou, com sua presença e suas atitudes, o valor dos estudos e do trabalho. Que saudade, minha Mãe Nina.

AGRADECIMENTOS

Inicio agradecendo ao meu bom **Deus**, que esteve de mãos dadas comigo durante todo esse processo, iluminando meu caminho, fortalecendo minha fé e me sustentando nos momentos mais desafiadores.

Agradeço, em primeiro lugar, à minha família. Ao meu marido, **Eduardo da Silva Azevedo**, que viveu cada passo, cada lágrima e cada desafio deste mestrado comigo. Sua presença firme e amorosa foi essencial. Obrigada por passar tantos sábados com o nosso pequeno para que eu pudesse estudar. Ao meu filho, **Davi Dutra Azevedo**, esse menino espetacular, que mesmo tão novo, entendeu que a mamãe estava tentando algo transformador. Ao meu enteado e filho do coração, **Miguel Azevedo**, que faz parte da minha história com amor e carinho.

À minha irmã, **Dayana Cristina Dutra Leite**, e à minha sogra, **Nizelda Maria da Silva**, meu profundo agradecimento por integrarem, junto ao meu marido, a rede de apoio que tornou possível minha presença nas aulas e os momentos de estudo. À minha mãe, **Jane de Medeiros Dutra Leite**, e ao meu pai, **Abel Barbosa Leite**, por me criarem com tanto amor. Ao meu irmão, **Orlando Dutra Leite**, por seu apoio constante.

Agradeço à melhor turma de mestrado da vida, a **Turma 19**, que levarei para sempre no coração!

Às minhas amigas queridas, **Dra. Daniele Cunha, Ms. Jamine Oliveira, Ms. Cecília Nascimento, Ms. Dayane Silva Araújo, Patrícia Alves de Souza, Adihelen Santos de Melo e Kaline Mirele Silva Xavier** meu carinho e gratidão por serem fonte de inspiração e por acreditarem em mim mesmo quando eu duvidava da minha própria capacidade.

Presto aqui minha homenagem ao querido **Professor Assis Leão (in memoriam),** que comporia minha banca de defesa, mas infelizmente partiu. Seus ensinamentos e sua generosidade intelectual seguirão comigo em cada passo da minha trajetória.

Agradeço à minha equipe da **Diretoria de Avaliação Institucional**, que sempre me apoiou com entusiasmo. Em especial, aos servidores **Dra. Andrea Maria dos Santos, Dr. Inácio Robson Alves do Nascimento** e **Cléber da Silva Conceiçã**o, que participaram ativamente do processo com ideias, sugestões e colaboração na construção dos painéis informacionais.

Minha gratidão especial à minha orientadora, **Dra. Nadi Helena Presser**, por sua paciência, escuta atenta, dedicação e compromisso com a minha formação. Sua orientação foi acolhedora e exigente na medida certa, conduzindo-me com sabedoria e sensibilidade.

Agradeço aos membros da banca de defesa, **Dra. Priscila Gonçalves da Silva, Dr. Piotr Trzesniak** e **Dr. Klaus North**, por gentilmente aceitarem o convite e contribuírem com olhares atentos e generosos sobre este trabalho.

Registro também meu agradecimento a todos os professores que tive ao longo do curso, cujas aulas contribuíram decisivamente para minha formação: **Dra. Rezilda Rodrigues Oliveira, Dr. Denilson Bezerra Marques, Dr. Marcos Roberto Góis de Oliveira Macedo, Dr. Fernando Gomes de Paiva Júnior, Dra. Rosane Maria Alencar da Silva, Dra. Taciana de Barros Jerônimo, Dra. Emanuela Sousa Ribeiro, Dra. Nadi Helena Presser, Dr. Jairo Simão Dornelas, Dra. Maria Fernanda dos Santos Alencar e Dr. Charles Ulises de Montreuil Carmona**. Agradeço não apenas pelo conhecimento compartilhado, mas pela inspiração que cada um representa em sua área de atuação.

Por fim, agradeço à **Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)** pela oportunidade de realizar este mestrado em uma instituição pública, gratuita e de excelência. Tenho orgulho de fazer parte dessa história.

RESUMO

Esta pesquisa tem como objeto de estudo as informações contidas nos relatórios do Enade disponibilizados às Instituições de Ensino Superior. Embora esses documentos apresentem informações relevantes sobre o desempenho dos estudantes nos cursos de graduação avaliados, grande parte desse conteúdo permanece subutilizado. Diante disso, o estudo buscou responder à seguinte questão: Como a UFPE pode tornar as informações do Enade mais acessíveis e úteis para suas partes interessadas? O objetivo geral foi potencializar a geração de conhecimento sobre a situação dos cursos de graduação da UFPE por meio da gestão estratégica das informações do Enade, alinhando-se às necessidades das partes envolvidas. Os objetivos específicos incluíram: a) Identificar as partes interessadas e seus respectivos interesses nas informações do Enade; b) Propor a institucionalização de um processo de Gestão da Informação do Sinaes, visando transformar informações em ações de melhoria; c) Elaborar diretrizes para a institucionalização de um processo de Gestão do Conhecimento, facilitando o compartilhamento de informações e a geração de *insights* sobre o processo de ensino e a aprendizagem. Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa descritiva com abordagem qualiquantitativa, baseada em análise documental e aplicação de questionários às partes interessadas. Os resultados indicaram que, apesar da baixa utilização dos relatórios do Enade, há consenso sobre a necessidade de institucionalizar um processo de Gestão da Informação para direcionar melhorias na UFPE. Conclui-se que a institucionalização da gestão da informação pode servir como estratégia para fortalecer a cultura avaliativa e promover a melhoria contínua dos cursos de graduação. Mas a criação do conhecimento somente ocorrerá a partir do envolvimento das partes interessadas no compartilhamento e uso das informações.

Palavras-chave: Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade); Universidade Federal de Pernambuco (UFPE); Cursos de Graduação; Gestão da Informação; Gestão do Conhecimento.

Abstract

This study focuses on the data contained in the *National Student Performance Examination (Enade)* reports provided to Higher Education Institutions. Although these documents contain relevant information on student performance in evaluated undergraduate programs, much of this data remains underutilized. Thus, this research sought to answer the following question: How can UFPE make Enade's information more accessible and useful to its stakeholders? The overarching objective was to enhance knowledge generation about the status of UFPE's undergraduate programs through strategic management of Enade data, aligning with stakeholders' needs. Specific objectives included: a) Identifying key stakeholders and their respective interests in Enade's data; b) Proposing the institutionalization of a *Sinaes Information Management Process* to translate data into improvement actions; c) Developing guidelines for establishing a *Knowledge Management Center* to facilitate data sharing and generate insights on teaching and learning. Methodologically, this is a descriptive study with a qualiquantitative approach, based on document analysis and stakeholder surveys. Results indicated that, despite the low utilization of Enade reports, there was consensus on the need to institutionalize an Information Management Process to drive improvements at UFPE. The study concludes that systematizing and institutionalizing information management can serve as a strategic tool to strengthen an evaluative culture and foster continuous enhancement of undergraduate programs. But knowledge creation will only occur through the involvement of stakeholders in sharing and using information.

Keywords: National Student Performance Examination (Enade); Federal University of Pernambuco (UFPE); Undergraduate Programs; Information Management; Knowledge Management.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Composição do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior 21
Figura 2 - Fluxograma operacional - Plano de ação Enade/UFPE 45
Figura 3 - Diferenças entre conhecimento e informação no controle de processos 49
Figura 4 - O ciclo de gestão da informação 51
Figura 5 - Áreas da estratégia abrangente de gestão do conhecimento 57
Figura 6 - Estrutura de GC 59
Figura 7 - O conhecimento em espiral 64
Figura 8– Melhores e piores resultados em notas gerais, formação geral e conhecimento específico 93
Figura 9 – Percentual de estudantes que concordam com a afirmação selecionada por curso: UFPE, Estado, Região e Brasil (2018 e 2022) 97

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Eixos e Dimensões do Sinaes 39
Quadro 2 - Uma visão das avaliações do Sinaes 40
Quadro 3 - Conceito Enade e notas finais 42
Quadro 4 - Áreas de conhecimento e eixos tecnológico, até 2024 42
Quadro 5 - Áreas de conhecimento e eixos tecnológico, a partir de 2025 43
Quadro 6 - Semelhanças e diferenças entre gestão da informação e do conhecimento . 63
Quadro 7 - Documentos que fundamentaram a pesquisa 71
Quadro 8 – Conceito Enade x Notas finais – Ano 2018 73
Quadro 9 – Conceito Enade x Notas finais – Ano 2022 73
Quadro 10 - Informações para construção do banco de dados 77
Quadro 11 - Relação dos respondentes e taxa de retorno 82
Quadro 12 – Perguntas e respostas dos stakeholders de acordo com a escala de concordância 84
Quadro 13- Painel informacional para coordenadores de curso 100
Quadro 14 - Painel Informacional para Diretores de Centro 101
Quadro 15- Indicadores: composição da nota x porcentagem atribuída pelo Inep (quadro) 103
Quadro 16 - Sugestão de Análise pedagógica das questões de Conhecimento Específico do Enade 2023 (curso: Serviço Social) 107

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Taxa de comparecimento 2018 – 2022 91
Gráfico 2 - Conceito Enade 2018 - 2022 92
Gráfico 3 – Comparativo do curso de Serviço Social da UFPE com os resultados nacionais 94
Gráfico 4 – Comparativo dos cursos do CCSA na variável: Renda Total Familiar 95

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ACG - Avaliação dos Cursos de Graduação

ANDES-SN - Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior

AVALIES - Avaliação das Instituições de Educação Superior

CAF - *Framework* Comum de Avaliação

CAPES - Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CC - Conceito de Curso

CI - Conceito Institucional

CEA - Comissão Especial da Avaliação da Educação Superior

CFE - Conselho Federal de Educação

CNRES - Comissão Nacional para Reformulação da Educação Superior

CONAES - Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior

CPA - Comissão Própria de Avaliação

CPC – Conceito Preliminar de Curso

DAI - Diretoria de Avaliação Institucional

DCNs - Diretrizes Curriculares Nacionais

ENADE - Exame Nacional de Avaliação de Desempenho dos Estudantes

ENC - Exame Nacional de Cursos

FINEP - Financiadora de Estudos e Projetos

GC - Gestão do conhecimento

GERES - Grupo Executivo para a Reformulação da Educação Superior

GI - Gestão da informação

IC - Capital Intelectual

IDD - Indicador de Diferença entre os Desempenhos Observado e Esperado

IES - Instituições de Ensino Superior

IGC - Índice Geral de Cursos

INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

LAI - Lei de Acesso à Informação

LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

MEC – Ministério da Educação

NDE - Núcleo Docentes Estruturante

PAIUB - Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras

PARU - Programa de Avaliação da Reforma Universitária

PNE - Plano Nacional de Educação

PROGRAD - Pró-Reitoria de Graduação

SESU - Secretaria de Educação Superior

SINAES - Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior

TQM - Gestão da Qualidade Total

UF – Unidade Federativa

UFPE – Universidade Federal de Pernambuco

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO 18
1.1 OBJETO DE ESTUDO 20
1.2 PROBLEMATIZAÇÃO 22
1.3 OBJETIVOS 24
1.4 CONTRIBUIÇÕES DA PESQUISA 24
2 REVISÃO TEÓRICA 27
2.1 A AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRA 27
2.2 O SISTEMA NACIONAL DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR - SINAES 37
2.2.1 ENADE: Os discentes no centro do processo avaliativo 41
2.2.2 Enade na UFPE 44
2.3 GESTÃO DA INFORMAÇÃO E GESTÃO DO CONHECIMENTO 46
2.3.1 Gestão da Informação 50
2.3.2 Gestão do conhecimento 56
2.3.3 Diferenças entre gestão da informação e do conhecimento 63
2.3.4 Alinhamento da gestão da informação e da gestão do conhecimento às estratégias da organização 67
3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS 70
3.1 ABORDAGEM DA PESQUISA 70
3.2 COLETA DE INFORMAÇÕES 71
3.2.1 Relatório do Enade 72
3.2.2 Aplicação de questionário 74
3.2.3 Amostra e critérios de inclusão e exclusão 76
3.4 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO 76
3.5 APROVAÇÃO DO COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA 78
4. RESULTADOS E DISCURSSÕES 79
4.1IDENTIFICAÇÃO DAS PARTES INTERESSADAS 80

4.2 O INTERESSE DAS PARTES INTERESSADAS NAS INFORMAÇÕES DO ENADE 82

4.3 PROPOSIÇÃO DE UM PROCESSO DE GESTÃO DA INFORMAÇÃO 87

4.3.1 Necessidades de informações das partes interessadas 88

4.3.3 Coleta das informações 90

4.3.4 Organização e classificação das informações 90

4.3.4.1 Número de participantes da IES - cap. 1 91

4.3.4.2 Síntese do conceito Enade - Cap. 2 92

4.3.4.3 Resultado prova formação geral e conhecimento específico - Cap. 3 92

4.3.4.4 Perfil socioeconômico, condições de financiamento e políticas de permanência dos estudantes - Cap. 4 95

4.3.4.5 Opinião dos estudantes sobre a IES - Cap. 5 97

4.3.5 Criação de produtos e serviços de informação 99

4.4 DIRETRIZES PARA A INSTITUCIONALIZAÇÃO DO PROCESSO DE GESTÃO DO CONHECIMENTO 108

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS 110

REFERÊNCIAS 113

ANEXO 1: Resolução Nº 02/2003 Conselho Coordenador Ensino, Pesquisa e Extensão 122

APÊNDICE 1: Instrumentos de coleta: questionários 133

QUESTIONÁRIO PARA COORDENADORES DE CURSO 134

QUESTIONÁRIO PARA DIRETORES E VICE-DIRETORES DE CENTRO 138

QUESTIONÁRIO - GESTÃO CENTRAL 142

APÊNDICE 2 – Lista de cursos participantes do Enade no campus Recife 2016 – 2022 146

APÊNDICE 3 – Modelo de uso das tabelas automatizadas: resultados dos indicadores de qualidade da educação superior (ENADE, CPC E IDD) 149

APÊNDICE 4 – Passo a passo para disseminação e uso das informações do ENADE: Resultados da prova de conhecimento específico 158

APÊNDICE 5 - Carta de Anuência 164
APÊNDICE 6 - TCLE 165
APÊNDICE 7 - Termo de Confidencialidade 168
APÊNDICE 8- Folha de Rosto 169

1 INTRODUÇÃO

Muitos autores argumentam a favor da importância da informação para as organizações públicas ou privadas (McGee; Prusak, 1994; Davenport; Prusak, 1998; Wiig, 2000; Choo, 1994; 2006). Porém para que a informação seja eficaz ela necessita ser gerenciada, tendo como foco alcançar os objetivos organizacionais. A gestão da informação diz respeito à coleta, organização, armazenamento, disseminação como meio de promover o seu acesso e uso pelas pessoas. Le Coadic (2004) compreende que o objetivo final da gestão da informação é o uso da informação, o que pressupõe a apropriação da informação pelas pessoas, estimulando-as a agir ou a intervir sobre um fenômeno em investigação. "Nessa instância fica mais evidente a condição de conhecimento que tem a informação." (Gomes, 2020, p. 9).

À medida em que vamos nos apropriando da informação, vamos criando conhecimento, num ciclo interminável de análise das informações disponíveis nas organizações. Não sem razão, muitos estudos apontam um novo campo de estudos da economia, denominado de economia da informação, colocando ênfase nas particularidades relacionadas à informação, um bem que só ganha valor na medida em que é consumido (Shapiro; Varian, 1999).

Embora a gestão do conhecimento seja vista como uma "sucessora" da gestão da informação, na perspectiva de que o conhecimento é derivado do uso da informação, a fronteira entre estas duas abordagens de gestão parece ser tênue.

A gestão do conhecimento consiste em melhorar o uso do conhecimento organizacional por meio de práticas sólidas de gestão da informação. De acordo com Williams *et al.* (2004), se a informação pode ser coletada, organizada e estar acessível para utilização, há um potencial para a subsequente criação de conhecimento organizacional. De acordo com Drucker (1989), conhecimento é informação que muda algo ou alguém – seja tornando-se base para a ação, seja tornando um indivíduo (ou uma instituição) capaz de ações diferentes ou mais eficazes.

McKnight (2007) entende a gestão do conhecimento vinculada às pessoas, em como elas criam, compartilham e usam conhecimento; enquanto a gestão da informação está frequentemente associada à tecnologia da informação que ajudam a criar, armazenar e compartilhar informações. Posto isso, a informação é mais facilmente identificada, organizada e divulgada por meio de tecnologias; a criação do conhecimento, vinculado às pessoas, é uma atividade mais complexa (Chua, 2003).

Segundo Polany (2010), todo o conhecimento é fundado sobre uma dimensão tácita, que depende da experiência do conhecedor, assinalando que o que sabemos é mais do que conseguimos dizer ou descrever. De acordo com o autor, nas universidades, aulas práticas são usadas para treinar os discentes na arte de identificar diferentes espécies de plantas, animais ou rochas, pois essas ciências descritivas não podem ser totalmente traduzidas em palavras. Dentro da lógica do conhecimento tácito, o autor identifica vários tipos, dentre eles, a arte de diagnosticar, a performance de habilidades artísticas, atléticas ou técnicas, o conhecimento mais intelectual ou mais prático, o uso denotativo da linguagem, entre outros.

Polanyi (2010) reconhece que em todo processo de produção do conhecimento está presente uma dimensão tácita, além daquela que pode ser explicitada. Nesse sentido, o conhecimento explícito, conforme a lógica apresentada por Polanyi em sua obra originalmente publicada em 1958 e posteriormente difundida por Nonaka e Takeuchi (1997), consiste na externalização do conhecimento tácito por meio da linguagem.

O conhecimento explícito, de acordo com Nonaka e Takeuhi (1997), é documentado e articulado numa linguagem formal, armazenado em determinados meios de comunicação e facilmente comunicável e partilhado. É explícito, pois diz respeito ao conhecimento que pode ser expresso em palavras e números e pode ser facilmente comunicado e compartilhado por meio de fórmulas científicas, procedimentos codificados ou princípios universais.

O conhecimento tácito, por seu turno, segundo Nonaka e Takeuhi (1997), é pessoal, difícil de documentar, pois refere-se ao conhecimento em ação utilizado pelas pessoas para realizar suas tarefas todos os dias. Tem, portanto, uma característica pessoal, o que dificulta sua formalização e comunicação. Está enraizado na ação, no compromisso e no envolvimento em um contexto específico. Todavia, os dois tipos de conhecimentos se complementam e são essenciais para a criação de novos conhecimentos (Fotache, 2013). O conhecimento refere-se à compreensão tácita e explícita sobre as relações entre os fenômenos (North; Scharle, 2020).

O conhecimento tácito, em particular, geralmente encontra-se associado a contextos organizacionais específicos e, assim, como elemento indispensável ao conhecimento organizacional, é imprescindível que ocupe seu lugar no âmbito da gestão do conhecimento.

Todavia, no que se refere à gestão da informação e à gestão do conhecimento, embora haja ampla literatura em torno do assunto e sejam temáticas debatidas há muito

tempo, ainda há ambiguidade entre essas duas terminologias. Na seção da revisão teórica consideraremos as diferenças e os pontos de intersecção entre as duas abordagens.

Ao gerir as informações fornecidas pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes), as universidades podem descobrir formas de melhorar a sua eficiência operacional, inovar os cursos de graduação e processos de serviços vinculados, reforçar as relações com os estudantes e, consequentemente, melhorar o conceito do Enade e aumentar o desempenho nos Indicadores de Qualidade da Educação superior, como o Índice Geral de Cursos (IGC). De acordo com a visão baseada em recursos e a literatura sobre gestão do conhecimento, colaborar ativamente com os clientes possibilita às empresas desenvolverem ativos intangíveis, como conhecimento e sensibilidade ao mercado, que podem ser utilizados para inovar e aumentar o desempenho (Gaur; Vasudevan; Gaur, 2011; Fosso Wamba *et al*., 2017).

Neste estudo, a orientação para o mercado deve ser entendida como o processo que as universidades adotam para gerar e disseminar sistematicamente informações sobre os discentes, a fim de compreender as suas necessidades atuais e futuras (Kohli; Jaworski, 1990), e está relacionada à atitude de confiar nessas informações para definir estratégias e agregar valor aos processos e serviços de ensino aprendizagem (Narver; Slater, 1990).

No entanto, criar conhecimento, integrá-los aos processos das universidades e transformar *insights* em ações com base em informações, se traduzem em desafios significativos (Nuruzzaman; Gaur; Sambharya, 2018).

1.1 OBJETO DE ESTUDO

Esta pesquisa tem como objeto a análise e a gestão das informações produzidas e disponibilizadas pelo Sinaes, visando ampliar sua capacidade de contribuir para a melhoria do desempenho discente nos cursos de graduação. Para tanto, o objeto de investigação concentra-se nas informações registradas nos Relatórios do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade) da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), referentes aos cursos que participaram dos ciclos avaliativos de 2018 e 2022.

Complementarmente, a pesquisa também examina as informações obtidas por meio da aplicação de questionários às partes interessadas dos cursos avaliados, incluindo Coordenadores de Graduação, Diretoria de Centro e a Reitoria da instituição.

O Sinaes, instituído pela Lei n° 10.861, de 14 de abril de 2004, analisa as instituições, os cursos e o desempenho dos estudantes. Esse processo avaliativo abrange

diversos aspectos, tais como qualidade do ensino, atividades de pesquisa e extensão, compromisso social, eficácia da gestão institucional e qualificação do corpo docente.

O documento Orientações Gerais para o Roteiro da Autoavaliação das Instituições, elaborado pela Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (Conaes) demonstra as três modalidades principais de instrumentos de avaliação que integram o Sinaes, são eles:

a) Avaliação das Instituições de Educação Superior – é o centro de referência e articulação do sistema de avaliação que se desenvolve em duas etapas principais:

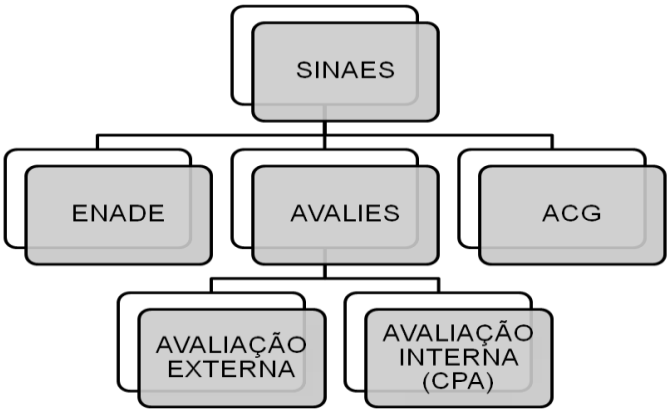
   - autoavaliação – coordenada pela Comissão Própria de Avaliação (CPA) de cada IES, a partir de 1° de setembro de 2004;

   - avaliação externa – realizada por comissões designadas pelo Inep, segundo diretrizes estabelecidas pela Conaes.

b) Avaliação dos Cursos de Graduação (ACG) – avalia os cursos de graduação por meio de instrumentos e procedimentos que incluem visitas *in loco* de comissões externas. A periodicidade desta avaliação depende diretamente do processo de reconhecimento e renovação de reconhecimento a que os cursos estão sujeitos.

c) Avaliação do Desempenho dos Estudantes (Exame Nacional de Avaliação de Desempenho dos Estudantes – Enade) – aplica-se aos estudantes do final do primeiro e do último ano do curso, estando prevista a utilização de procedimentos amostrais. Anualmente, o Ministro da Educação, com base em indicação da Conaes define as áreas que participarão do Exame.

Figura 1 - Composição do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior



Fonte: Elaborado pela autora de acordo com a lei do Sinaes.

Criado pela Lei n° 10.861, de 14 de abril de 2004, o Sinaes é formado por três componentes principais: a avaliação das instituições, dos cursos e do desempenho dos

estudantes. Os processos avaliativos são coordenados e supervisionados pela Conaes, que organiza e coordena externamente o processo avaliativo. A operacionalização é de responsabilidade do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), que desenvolve as práticas avaliativas que lhe forem designadas (Fonseca; Namen, 2016). As informações produzidas pelos Sinaes são utilizadas pelas Instituições de Ensino Superior (IES), os órgãos governamentais, os discentes e o público em geral, "de maneira a orientar suas decisões quanto à realidade dos cursos e das instituições." (Lima *et al*., 2019, p. 90).

O desempenho dos estudantes é medido por meio do Enade, e, por isso, integra e se caracteriza como um dos indicadores de qualidade da educação superior. O Enade avalia o rendimento dos concluintes dos cursos de graduação, em relação aos conteúdos programáticos, habilidades e competências adquiridas em sua formação. O exame é obrigatório e a situação de regularidade do estudante no Enade deve constar em seu histórico escolar. A primeira aplicação do Enade ocorreu em 2004 e a periodicidade máxima da avaliação é trienal para cada área do conhecimento.

1.2 PROBLEMATIZAÇÃO

Os relatórios do Enade são disponibilizados pelo Inep no ano seguinte da aplicação. As informações advindas desses resultados devem ajudar na definição de políticas públicas e guiar melhorias nas instituições e cursos. A orientação do Inep é que as instituições se apropriem dos dados para melhorar seus processos pedagógicos.

Devido ao expressivo número de cursos da UFPE que participam do Enade, a instituição recebe um grande volume de relatórios divulgados anualmente pelo Inep. A Diretoria de Avaliação Institucional da UFPE realiza a divulgação de um Painel Estratégico referente ao Enade, disponibilizado no site da Diretoria[1] construído por estatísticos com base nos microdados disponibilizados anualmente pelo Inep, que serve para visualizar as informações.

O que se pretende é que as informações constantes nos relatórios sejam analisadas pelos coordenadores de curso em conjunto com membros dos Núcleos Docentes Estruturantes (NDEs) e os colegiados de cada curso, visando melhorar o processo de ensino e aprendizagem das universidades. No entanto, as informações coletadas dos exames do Enade permanecem em grande parte inexploradas.

[1] https://www.ufpe.br/dai

Em participação no podcast “Jabuticaba Sem Caroço”, da Sputinik Brasil, no dia 10 de abril de 2024, a 2ª vice-presidente da Regional Leste do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (ANDES-SN), Clarissa Rodrigues, fez duras críticas ao Enade, reafirmando a posição da entidade contra a avaliação.

Em fala, conforme relatado pelo ANDES (2024), a dirigente destacou que, em 20 anos de Enade, não há dados que comprovem que esse tipo de avaliação contribui para a qualidade da Educação, pois, segundo Clarissa, “Essas avaliações, em larga escala, não surgiram com o propósito de melhoria, e sim com uma lógica de meritocracia, ranqueamento, sem o real propósito de resolver os problemas dos cursos. A diretora do ANDES-SN também apontou que não há nenhuma política para melhorar cursos mal avaliados, os resultados são utilizados para ranquear instituições e não para discutir com profundidade as questões que interferem na qualidade dos cursos.

Além dos desafios acima mencionados, um novo ambiente de informação impulsionado por rápidas mudanças tecnológicas trouxe exigências adicionais. Portanto, como uma organização que produz conhecimento, espera-se que a universidade forneça um serviço de informação consistentemente de boa qualidade. Uma revisão da literatura realizada por Lima *et al.* (2019) identificou os objetivos e tipos de análises que haviam sido feitos usando as informações dos exames e mostrou que essas análises são limitadas, geralmente usando estatística descritiva, e focam, principalmente, em dados socioeconômicos e notas dos exames.

O certo é que o Sinaes produz uma quantidade cada vez maior de informação e as disponibiliza para todas as IES, se caracterizando naquilo que Burke (2002) denominou de “explosão de informação”. Atualmente, a Diretoria de Avaliação Institucional (DAI) da UFPE é responsável pela coordenação dos processos de avaliação interna e externa e da análise das avaliações institucionais para formulação de políticas de ensino, de pesquisa e de extensão da universidade. É nesta diretoria que é realizada a coleta, análise e divulgação das informações relacionadas às avaliações do Enade, que tem também a responsabilidade de subsidiar o processo de gestão, oferecendo informações gerenciais que apoiem o processo decisório.

Isto posto, infere-se que é de responsabilidade da DAI o processamento das informações advindas dos resultados do Enade. Atualmente esta Diretoria disponibiliza Painéis Estratégicos classificados em: Ensino, Planejamento Estratégico, Anuário Estatístico e Avaliação, no site https://www.ufpe.br/dai/paineis-estrategicos. No menu “Avaliação” consta um Painel referente aos “Resultados do Enade”, construído pelos

estatísticos lotados na DAI. Quando este painel é atualizado, a Diretoria faz divulgação interna na UFPE, via Assessoria de Comunicação (Ascom). Não foi possível observar um trabalho específico ou um processo estabelecido com os Cursos, após a divulgação dos resultados.

Portanto, a quantidade da informação produzida pelo Sinaes confronta as universidades com muitos desafios, entre eles, o que queremos debater nesta dissertação, que é gerenciar os fluxos informacionais, os quais perpassam a coleta, análise, o compartilhamento e o uso da informação e a criação do conhecimento organizacional sobre os cursos de graduação. Isso pressupõe a criação de um processo de gestão de informação, que demanda abordagens inovadoras para potencializar o conhecimento organizacional. Caso contrário, teremos em nossas universidades apenas armazenamento ao que, hoje, chamamos dados, que, por si só, indicam isolamento.

Com base no exposto, a pergunta que queremos responder nesta pesquisa é:
Como a Universidade Federal de Pernambuco pode tornar as informações obtidas do Enade mais acessíveis e utilizáveis para as partes interessadas?

1.3 OBJETIVOS

O objetivo geral desta pesquisa é potencializar a geração de conhecimento sobre a situação dos cursos de graduação da UFPE, por meio da gestão das informações disponibilizadas pelo Enade, de acordo com a necessidades de informação das partes interessadas.

Os objetivos específicos são:

i. Identificar as partes interessadas e seus respectivos interesses nas informações do Enade;
ii. Propor a institucionalização de um processo de Gestão da Informação do Sinaes, visando transformar informações em ações de melhoria;
iii. Elaborar diretrizes para institucionalização de um processo de Gestão do Conhecimento, facilitando o compartilhamento de informações e a geração de *insights* sobre o ensino e a aprendizagem.

1.4 CONTRIBUIÇÕES DA PESQUISA

No campo da gestão, a pesquisa poderá sensibilizar gestores, coordenadores de cursos de graduação e professores da UFPE para a importância da gestão da informação na perspectiva de construção de conhecimento organizacional.

A gestão da informação e do conhecimento ajuda na auditoria de todos os sistemas de informação e na identificação da multiplicidade de fontes mantidas em arquivos, discos rígidos que não recebem *backup* regularmente, nos *laptops* sem segurança das de pessoal-chave prestes a se aposentar, etc. Nas universidades, é muito comum, cada grupo de pesquisa, ou laboratórios, criar suas próprias bases de dados, embora a exigência de planos de gestão de dados de pesquisa esteja atuando como elemento propulsor do avanço científico e tecnológico no paradigma emergente da Ciência Aberta e da e-Science (Rosa; Simionato Arakaki; Furnival, 2022). Assim, diretrizes claramente definidas são essenciais para colher os benefícios da implementação da gestão da informação na perspectiva que o processo não evidencie apenas objetividade, mas também as funções sociais e políticas das avaliações do Sinaes (Capurro; Hjorland, 2007).

Cumpre ressaltar, entretanto, que os processos de Ciência Aberta e de *e-Science* referem-se prioritariamente aos dados de pesquisa, não contemplando a gestão de informações de natureza administrativa. Nessa perspectiva, destaca-se a Rede Brasileira de Serviços de Preservação Digital (Rede Cariana[2]), cujas atividades têm sido direcionadas à formação de recursos humanos e à facilitação da automatização dos processos de identificação, digitalização, armazenamento, validação e conversão para novos formatos digitais.

Na área da educação, a contribuição está na observação do desempenho tanto do estudante quanto das instituições, e, assim, no cálculo de indicadores de qualidade, que, dentro de certo contexto, oportuniza decisões de melhorias no processo de ensino e aprendizagem.

Esses indicadores podem orientam gestores educacionais na elaboração e aplicação de políticas públicas relacionadas à regulação, supervisão, financiamento e aprimoramento da qualidade da educação superior.

O Enade também levanta o perfil socioeconômico dos estudantes por meio do questionário do estudante. Este levantamento é valioso para identificar as necessidades dos discentes, sendo fundamental para a UFPE definir políticas públicas e guiar melhorias nos cursos e na própria instituição com base na análise dessas informações.

Portanto, ao gerenciar as informações disponibilizadas nos relatórios do Enade, o estudo buscou não apenas entender, mas também problematizar como a avaliação da

[2] Para maiores informações sobre a Rede Cariana: https://cariniana.ibict.br/

Educação Superior contribui com a construção de um conhecimento crítico sobre a realidade social das universidades públicas federais.

2 REVISÃO TEÓRICA

A seção de suporte teórico deste estudo começa com uma discussão sobre a Avaliação da Educação Superior no Brasil até a criação do Sinaes e destaca o discente como o foco do processo avaliativo. Em seguida, é debatida a gestão da informação e a gestão do conhecimento, abordando as diferenças entre essas duas abordagens e como elas se alinham com a estratégia organizacional das informações produzidas pelo Enade.

2.1 A AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRA

As avaliações da educação no Brasil passaram a ganhar destaque nas formulações de políticas públicas de maneira mais intensiva a partir da década de 1980, com uma ênfase crescente na temática e nos procedimentos no meio acadêmico. (Tenório e Andrade, 2009). O cenário de um mercado educacional globalizado trouxe dinamismo a todos os níveis de educação, especialmente ao ensino superior, que enfrenta o desafio de conciliar as exigências de qualidade e inovação com a necessidade de ampliar o acesso e reduzir as assimetrias sociais. (Comissão Especial de Avaliação, 2004).

Diante do exposto, é possível observar uma crescente necessidade de transformação rápida e eficaz, Dias Sobrinho (2009) ressalta que as rápidas transformações nas demandas e no avanço científico e tecnológico tornam necessária uma busca contínua por atualização, destacando a importância da capacidade de aprender continuamente. Essa realidade, por um lado, reforça a percepção de que os conhecimentos são relativos e, por outro, exige a criação de novos programas e estruturas para organizar o saber.

A Constituição de 1988, no Capítulo III (Da Educação, Da Cultura e Do Desporto), artigo 205, estabelece a educação como um direito de todos e um dever do Estado e da família. O artigo 206, Inciso VII, determina que a garantia de padrão de qualidade é um dos princípios do ensino. O Inciso IX, do mesmo artigo, assegura o direito à educação e à aprendizagem ao longo da vida. O artigo 208 ressalta que a educação é um dever do Estado e, no Inciso V, que esse dever será cumprido com a garantia de acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, conforme a capacidade de cada um. O artigo 209 define o ensino como uma atividade livre à iniciativa privada, desde que atendidas as seguintes condições: I - cumprimento das normas gerais da educação nacional; II - autorização e avaliação de qualidade pelo Poder Público. Por fim, o artigo 214 estabelece a elaboração do Plano Nacional de Educação (PNE), com

duração decenal, visando articular o sistema nacional de educação em regime de colaboração e definir diretrizes, objetivos, metas e estratégias de implementação para assegurar a manutenção e desenvolvimento do ensino em seus diversos níveis, etapas e modalidades por meio de ações integradas dos poderes públicos das diferentes esferas federativas, destacando no Inciso III a melhoria da qualidade do ensino. (Brasil, 1988).

A Constituição de 1988 representou um grande avanço ao estabelecer a educação como um direito e ao definir padrões mínimos de qualidade por meio de normas. Além disso, destaca-se o compromisso com a melhoria da qualidade do ensino por meio da implementação do Plano Nacional de Educação (PNE).

Em 20 de dezembro de 1996, foi promulgada pelo então presidente Fernando Henrique Cardoso a Lei nº 9.394, conhecida como Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). Esta lei, em seu artigo 9º, incisos VIII e IX, estabelece que cabe à União: VIII - assegurar um processo nacional de avaliação das instituições de educação superior, com a cooperação dos sistemas responsáveis por este nível de ensino e IX - autorizar, reconhecer, credenciar, supervisionar e avaliar, respectivamente, os cursos das instituições de educação superior e os estabelecimentos do seu sistema de ensino. (LDB, 9.394).

Dessa forma, entendemos que a LDB atribui ao governo federal a responsabilidade de criar um processo nacional de avaliação das instituições de ensino superior, abrangendo todas as etapas necessárias de avaliação e regulamentação.

O PNE previsto na LDB foi aprovado pela Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001 e em seu artigo 4º estabelece que a União instituirá o Sistema Nacional de Avaliação e estabelecerá os mecanismos necessários ao acompanhamento das metas constantes do Plano Nacional de Educação. (Brasil, 2001).

É possível verificar que a avaliação da educação, mais especificamente da superior, passou por um contexto de legalização com muita regulação estatal. Sobre o conceito de "regulação", é recomendado consultar o trabalho de Christopher Hood, um dos principais especialistas no tema. Segundo sua análise, existem três mecanismos principais utilizados para a regulamentação de atividades e serviços do estado: (1) controle, por meio de diretrizes governamentais; (2) competição, por meio da valorização das relações de mercado; e (3) influência horizontal de pares, manifestada através de processos de autorregulação (Hood, 2004). O sentido de regulação apresentado neste trabalho denota a primeira alternativa, ou seja, o controle direto do governo exercido para influenciar comportamentos sociais valorizados pelo público.

Podemos retomar o contexto da história da avaliação no Brasil a partir dos marcos históricos. Antes dos anos 1980, havia pouquíssimos registros de pesquisas na área de avaliação da educação superior no país. No entanto, a partir da década de 1980, os estudos e a produção acadêmica intensificaram-se. Esses estudos estavam voltados principalmente para a regulação, com o objetivo de as instituições prestarem contas à sociedade, funcionando mais como uma justificativa dos recursos investidos do que como um conceito de avaliação como entendemos atualmente.

Após a promulgação da **Lei da Reforma Universitária** (Lei nº 5.540, de 1968), o Brasil passou por uma significativa transformação nas estruturas das instituições de ensino superior. A lei estabeleceu normas para a organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, conferindo autonomia didático-científica, disciplinar, administrativa e financeira às universidades. Os departamentos foram introduzidos como unidades organizacionais básicas das instituições. As universidades e faculdades particulares foram obrigadas a se reorganizar nos moldes das universidades federais. (Aroni, 2017). No entanto, a superlotação das turmas e o aumento no número de matrículas pressionaram a infraestrutura e os recursos, gerando preocupações com a qualidade da educação. Isso levou à necessidade de compreender as reais condições da educação superior em nível de graduação no Brasil.

No início da década de 1980, intensas greves ocorreram nas universidades federais, aumentando a preocupação com a qualidade da Educação Superior oferecida. Nesse contexto, em 1983, foi criado o **Programa de Avaliação da Reforma Universitária (PARU)**. Na época, a pós-graduação já era avaliada pelo sistema da Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), amplamente reconhecido, embora criticado por seu enfoque quantitativista. Por outro lado, a graduação não dispunha de nenhum mecanismo para avaliar a efetividade da reforma universitária, nem para identificar suas vantagens e desafios. (Cunha, 1997).

Foi formalizada, pelo Conselho Federal de Educação (CFE), a formação de uma Comissão de Coordenação com a finalidade de avaliar a Reforma Universitária e propor alternativas. A experiência da Capes desempenhou um papel decisivo na criação do PARU, pois ficou sob sua responsabilidade a criação do Grupo Gestor da Pesquisa. O PARU recebeu apoio técnico e financeiro da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep).

O PARU tem como propósito fornecer subsídios concretos e relevantes para a formulação de alternativas que possam aprimorar o ensino superior no Brasil. Nesse contexto, o objetivo principal é compreender as condições reais em que ocorrem as

atividades de produção e disseminação do conhecimento no sistema de educação superior. Para isso, é fundamental realizar um diagnóstico da situação atual, identificando problemas e perspectivas, a fim de propor mudanças adequadas.

O PARU tinha como objetivo avaliar o sistema de educação superior em sua totalidade, abrangendo instituições públicas e privadas, considerando tanto a eficiência externa (aspirações da sociedade) quanto a interna (objetivos propostos). A avaliação seria feita por meio de levantamentos e análises da realidade pós-reforma, utilizando estudos, pesquisas e debates.

A participação prevista no PARU envolvia dois setores: a comunidade acadêmica e setores sociais externos à instituição. A comunidade acadêmica contribuiria realizando uma reflexão sobre sua própria prática (autoavaliação), participando no planejamento e organização do programa, e, finalmente, analisando e consolidando os resultados. Os setores sociais externos trariam sugestões, demandas e expectativas referentes às funções sociais e políticas das IES, não se restringindo apenas ao ensino.

Foram determinadas duas áreas para a realização dos estudos:

a) Gestão das IES: nesta área, seriam abordados temas como poder e tomada de decisão, administração acadêmica, administração financeira e financiamento, e política de pessoal.

b) Processo de produção e disseminação do conhecimento: esta área incluiria estudos sobre o ensino e a pesquisa nas IES, bem como a interação entre as IES e a comunidade.

O Grupo Gestor da Pesquisa planejou realizar o PARU em quatro etapas:

I - Análise das condições da educação superior brasileira: seriam realizadas pesquisas de diagnóstico e análise das práticas das IES, chamadas de estudos-base, com finalidade comparativa para todo o sistema de educação superior. Complementarmente, seriam realizados estudos específicos para examinar detalhadamente questões particulares do sistema.

II - Consolidação da etapa anterior e realização de debates sobre temas amplamente discutidos na comunidade acadêmica e em outros setores da sociedade.

III - Os documentos produzidos na Etapa II seriam debatidos em âmbito nacional.

IV - Conclusão e análise dos subsídios, além da formulação de propostas para o desenvolvimento do sistema de educação superior.

Infelizmente, o PARU não conseguiu realizar as etapas planejadas, pois foi desativado um ano após seu início, devido a disputas internas no próprio Ministério da

Educação sobre a responsabilidade pela avaliação da Reforma Universitária (Cunha, 1997). O programa deixou pesquisas inconclusivas (versões preliminares), e os dados de milhares de questionários não foram analisados, mesmo havendo financiamento público.

Dada a proposta de participação da comunidade, este programa foi o precursor das experiências de avaliação posteriores no país, como o PAIUB e o SINAES (Barreyro; Rothen, 2008).

No dia 29 de março de 1985, foi publicado decreto nº 91.177, que instituiu a Comissão Nacional para Reformulação da Educação Superior (CNRES), que se destinava a oferecer subsídios à formulação de uma nova política para a educação superior brasileira, no marco da redemocratização do país, com a instauração da Nova República. (Barreyro; Rothen, 2008). O decreto estabelece um prazo de seis meses para apresentar relatório conclusivo, sem prejuízo do encaminhamento antecipado de conclusões parciais.

Em 21 de novembro de 1985, a Comissão Nacional entregou seu relatório final, intitulado "Uma Nova Política para a Educação Superior Brasileira". O relatório foi dividido em quatro partes: Parte I - Por uma Nova Política para a Educação Superior Brasileira, Parte II - Recomendações, Parte III - Anexo e Parte IV - Declaração de voto. A parte I do relatório (que vamos dar ênfase) é dividida da seguinte maneira: a) A crise do ensino superior, b) Os princípios da nova política, e c) Propostas para a nova universidade.

Durante a Nova República, **a crise no ensino superior** foi o catalisador para a criação da CNRES. O relatório destaca uma série de problemas estruturais e administrativos, incluindo baixa remuneração dos professores, falta de equipamentos e recursos nas instituições, deficiências na formação dos discentes, continuidade limitada das pesquisas e práticas antidemocráticas na administração universitária. O texto enfatiza a urgência de reformas profundas para enfrentar esses desafios, sublinhando a importância da universidade como um centro de pesquisa e formação de elites intelectuais. Propõe-se adaptar as estruturas organizacionais e curriculares para fortalecer a pesquisa científica, atualizar os métodos de ensino e estabelecer uma política educacional mais inclusiva e democrática para as décadas seguintes. Foi nesse contexto de crise que a Comissão foi estabelecida, com o objetivo de estudar a situação e formular propostas imediatas para enfrentar os desafios estruturais e assegurar uma educação de qualidade para o futuro.

Os princípios da nova república: nesta etapa o relatório destaca que a nova política para o ensino superior brasileiro requer o engajamento das autoridades com

recursos e apoio, além do envolvimento ativo da sociedade, especialmente dos diversos setores da comunidade acadêmica. Para ser eficaz, deve ser fundamentada em princípios norteadores e um diagnóstico preciso dos problemas a serem enfrentados, bem como das melhores estratégias para abordá-los. Segundo a Comissão, os princípios fundamentais dessa nova política para o ensino superior brasileiro são:

a) Responsabilidade do poder público: Cabe ao governo assegurar a manutenção e expansão do ensino público em todos os níveis, incluindo o superior, abrangendo formação profissional, pesquisa científica e tecnológica, educação geral, formação de professores para o ensino básico e médio, e atividades de extensão. Essas são atividades essenciais em qualquer sociedade moderna, e o poder público deve garantir que sejam realizadas eficazmente.

b) Adequação à realidade do país: O ensino superior no Brasil enfrenta desafios significativos que incluem a formação inadequada de profissionais para o mercado de trabalho, uma pesquisa acadêmica muitas vezes distante das necessidades locais, e uma escassez de atividades de extensão comunitária. Esses problemas refletem um desajuste entre a oferta educacional e as demandas reais da sociedade. A busca por soluções não deve apenas adequar o ensino às exigências imediatas do mercado, mas também promover uma formação sólida nas áreas essenciais do conhecimento, além de valorizar a pesquisa que contribua de forma abrangente para o desenvolvimento econômico e social, sem restringir seu potencial inovador e crítico.

c) Diversidade e pluralidade: A Lei da Reforma Universitária de 1968 estabeleceu que todo o ensino no Brasil deveria se estruturar em universidades, com departamentos, sistemas de créditos e colegiados de curso integrando ensino, pesquisa e extensão de forma inseparável. Contudo, quase duas décadas depois, a realidade revela que a maioria dos estudantes está em instituições isoladas e privadas, as antigas faculdades ainda subsistem, novos formatos organizacionais nem sempre funcionam conforme esperado, a pesquisa é distribuída de forma desigual pelo país, e a extensão muitas vezes é inexistente. Reconhecer a diversidade e pluralidade do ensino superior não implica aceitar baixa qualidade de ensino, pesquisa inadequada ou desorganização institucional. Pelo contrário, significa entender que as instituições de ensino superior podem ter objetivos, vocações e especializações distintas, cada uma priorizando suas áreas de excelência. Garantir a liberdade para que cada instituição adote os formatos organizacionais e institucionais mais adequados é essencial para alcançar os grandes

objetivos comuns: formação acadêmica, capacitação para o trabalho, desenvolvimento da pesquisa e trabalho de extensão.

d) Autonomia e democracia interna: As atividades científicas, culturais e educacionais dependem principalmente do trabalho especializado, inovador e criativo de seus praticantes, sendo em grande parte auto reguláveis. A autonomia universitária implica na liberdade para que as universidades decidam internamente sobre suas pesquisas, currículos, sistemas administrativos e organizacionais, e gestão de recursos. Esta autonomia não se limita às administrações centrais das universidades, mas deve estender-se aos departamentos, institutos e faculdades, envolvendo a participação ativa de todos os segmentos da comunidade universitária na escolha de seus dirigentes e nos órgãos colegiados. Contudo, a autonomia não deve ser vista como um cheque em branco dado pela sociedade ao sistema universitário e seus diversos segmentos; ao contrário, pressupõe uma clara responsabilidade em termos de desempenho e resultados.

e) Democratização do acesso: A democratização do acesso ao ensino superior depende principalmente da melhoria e estabelecimento de condições mais equitativas no ensino de primeiro e segundo graus. Aumentar indiscriminadamente o número de vagas, reduzir ainda mais os requisitos acadêmicos e criar alternativas de qualidade inferior aos currículos exigentes seria um erro grave. Medidas adequadas incluem a criação de modalidades alternativas de estudo para diferentes públicos, o apoio efetivo aos estudantes carentes e o investimento contínuo na qualificação dos professores do ensino fundamental e médio.

f) Valorização do desempenho: As instituições de ensino superior demandam do poder público recursos específicos e vantagens como salários adequados, equipamentos modernos, liberdade e autonomia. No entanto, o apoio atual e futuro só se justifica se estas instituições alcançarem altos padrões de desempenho. É essencial que o ensino seja de qualidade, os profissionais formados sejam competentes, e que a pesquisa seja relevante social e intelectualmente. Professores, estudantes e funcionários devem dedicar-se plenamente às suas atividades, e os recursos financeiros devem ser adequados aos resultados obtidos. Para justificar os privilégios reivindicados, as universidades não podem se contentar com desempenho medíocre ou razoável; é necessário um desempenho excelente, e isso implica substituir os atuais controles formais por mecanismos alternativos que efetivamente avaliem o mérito e o conteúdo do trabalho realizado.

g) Eliminação dos aspectos corporativos e cartoriais: O corporativismo, introduzido no Brasil durante o Estado Novo, busca organizar a sociedade em corporações

profissionais sob tutela estatal, com regras estritas e controle por órgãos normativos. Na educação superior, isso levou à proliferação de profissões regulamentadas e conselhos profissionais, oriundos de faculdades com currículos mínimos legais. Este sistema visa proteger os direitos dos profissionais e garantir seu bom desempenho, mas enfrenta problemas significativos: 1. Valoriza excessivamente aspectos formais da educação, como cumprimento de currículos mínimos e obtenção de diplomas, em detrimento de conteúdo substantivo, tornando a educação burocrática. 2. Restringe a liberdade de trabalho, beneficiando grupos profissionais específicos, mas sendo prejudicial socialmente. 3. Limita a inovação educacional nas instituições de ensino superior, obrigadas a seguir currículos fixos, desestimulando cursos não reconhecidos por profissões regulamentadas. 4. Não assegura a qualidade técnica e científica das profissões onde a regulação é necessária. 5. Cria expectativas irrealistas sobre os privilégios dos diplomas universitários, resultando em alta demanda por vagas no ensino superior e altas taxas de desistência e abandono de carreiras.

O relatório da CNRES **propôs uma nova universidade** com as seguintes diretrizes:

a) Reformulação do Conselho Federal de Educação.

b) Consolidação da autonomia e democracia interna das universidades.

c) Alteração dos mecanismos de financiamento.

d) Democratização do acesso ao ensino superior.

e) Fortalecimento da pesquisa científica e pós-graduação.

f) Ajuste do ensino de graduação às necessidades presentes e futuras do país.

Desde então, o relatório foi amplamente divulgado, marcando o início de uma segunda etapa igualmente crucial: a reflexão coletiva sobre suas propostas, conforme destacado em sua apresentação. Para sistematizar os subsídios espontaneamente oferecidos pelo MEC sobre as questões levantadas no relatório e para convocar a comunidade ao debate, além de preparar as medidas administrativas e legais necessárias para reformas, foi criado internamente no MEC o **Grupo Executivo para a Reformulação da Educação Superior (GERES)**. Este grupo foi estabelecido pela Portaria nº 100, de 6 de fevereiro de 1986, e instalado pela Portaria nº 170, de 3 de março de 1986. (GERES, 1986) e entregou um relatório em setembro de 1986.

O relatório GERES está organizado da seguinte forma: introdução, Sistema de Educação Superior, Autonomia e Avaliação, Conselho Federal de Educação, Gestão Universitária, Financiamento, Anexo I: Execução de Medidas Relevantes às

Recomendações da Comissão Nacional para a Reformulação da Educação Superior, Anexo II: Relação das Contribuições Enviadas ao Grupo Executivo para a Reformulação da Educação Superior - GERES, Contribuições Individuais e duas Propostas Legislativas.

O GERES desempenhou um papel crucial na reformulação da educação superior ao elaborar propostas e projetos de lei, incluindo a redefinição das atribuições do Conselho Federal de Educação. Eles também propuseram que o processo de avaliação seja conduzido pela Secretaria da Educação Superior do MEC, contemplando duas vertentes básicas: a da avaliação do desempenho institucional e da avaliação da qualidade dos cursos oferecidos. Além disso, o GERES buscou formar um pensamento consensual sobre os pontos principais para embasar a política oficial de reforma. O grupo enfatizou a necessidade de debate contínuo e contribuições da comunidade acadêmica para implementar as reformas propostas e reconheceu a complexidade das mudanças necessárias e a importância de um consenso entre as partes interessadas.

No dia 14 de julho de 1993 foi publicada a **portaria nº 130** da Secretaria de Educação Superior (SESu)/ MEC, que criou a **Comissão Nacional de Avaliação das Universidades Brasileiras** que tinha como objetivo " estabelecer diretrizes e viabilizar a implementação do processo de avaliação institucional nas universidades brasileiras" (Art. 12), a portaria estabelece que a Comissão tinha um prazo de 30 dias para apresentar a proposta detalhada de trabalho para os anos de 1993 e 1994.

Em 26 de novembro de 1994 a Comissão Nacional de Avaliação publicou o "Documento Básico Avaliação da Universidade Brasileira: uma proposta nacional" que proporcionou as bases necessárias para o **Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras (PAIUB).**

Os princípios que nortearam a Comissão Nacional e o Comitê Assessor na elaboração do PAIUB foram: 1. Globalidade 2. Comparabilidade 3. Respeito à identidade institucional 4. Não premiação ou punição 5. Adesão voluntária 6. Legitimidade 7. Continuidade.

O PAIUB destaca que o processo de avaliação deve complementar a proposta institucional da IES, visando cumprir três exigências da universidade contemporânea:

a) aperfeiçoamento contínuo do desempenho acadêmico;

b) ferramenta para planejamento da gestão universitária;

c) prestação de contas sistemática à sociedade.

O programa tinha como objetivos: estimular a autocrítica institucional para assegurar qualidade e transparência; diagnosticar a realização e interrelação das tarefas acadêmicas em ensino, pesquisa, extensão e administração; reafirmar compromissos com a sociedade através de um projeto pedagógico e programa de avaliação participativo que ajuste e reformule ações universitárias; repensar objetivos e resultados para que a universidade responda às mudanças sociais; e propor e implementar mudanças nas atividades acadêmicas e de gestão, contribuindo para projetos pedagógicos e institucionais socialmente legitimados.

O PAIUB trouxe em seu cerne a Avaliação do Ensino de Graduação que de acordo com o programa visa conhecer e dimensionar as principais características e fatores envolvidos no processo ensino aprendizagem de formação de cidadãos profissionais, com a finalidade de identificar subsídios para seu aprimoramento, essa avaliação foi apresentada com dimensões e indicadores.

O Programa também introduziu a avaliação interna, um momento de reflexão de cada instituição sobre suas diversas dimensões, realizado por meio de autoavaliação. Além disso, incluiu a avaliação externa, que exige dos avaliadores externos e da comunidade acadêmica discriminação, disponibilidade para o diálogo e participação, complementando a avaliação interna.

Diante disso, destacamos a contribuição de Balzan e Dias Sobrinho (2000), que ressaltam que o PAIUB busca promover flexibilidade e uma linguagem comum, o que, embora possa parecer um avanço modesto, representa o primeiro passo de uma longa jornada. Esse processo marca o início da superação de desentendimentos e, além disso, fortalece a capacidade das universidades de se posicionarem contra avaliações simplistas e propagandas, bem como contra matérias jornalísticas que, com informações falsas ou incompletas, prejudicam a imagem da universidade pública brasileira.

Entre 1995 e 2002, houve uma desaceleração do PAIUB e o surgimento dos **Exames Nacionais de Cursos**. O marco histórico encontra-se no primeiro mandato do presidente Fernando Henrique Cardoso, o governo, por meio da Lei n.º 9.131, de 24 de novembro de 1995, alterou as diretrizes e bases da educação nacional (Lei n.º 4.024/1961) e determinou que o MEC realizasse avaliações periódicas das instituições de educação superior e dos cursos de graduação. Sendo assim, os processos de avaliação e regulação da educação superior ganharam centralidade junto às ações governamentais. Este período

é visto como um retrocesso nos processos de avaliação de cursos no Brasil. (Dias e Oliveira; 2020).

Concomitante, temos outro marco muito importante que não podemos deixar de destacar que é a nova **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei nº 9.394, de 1996**, vigente até hoje, que trouxe como responsabilidade da União assegurar um processo nacional de avaliação das instituições de educação superior, com a cooperação dos sistemas responsáveis por este nível de ensino.

Estabelecia-se, assim, a obrigatoriedade de realização anual de "exames nacionais com base nos conteúdos mínimos estabelecidos para cada curso, previamente divulgados e destinados a aferir os conhecimentos e competências adquiridos pelos discentes em fase de conclusão dos cursos de graduação" (art. 3º, §1º, da Lei n.º 4.024/1961 — redação alterada pela Lei n.º 9.131/1995).

Em decorrência da Lei n.º 9.131/1995, em março de 1996, o MEC instituiu, por meio da Portaria n.º 249/1996, o Exame Nacional de Cursos (ENC), comumente chamado de **Provão**, com foco na avaliação dos cursos pelos resultados de desempenho dos estudantes.

O Provão foi implementado em 1996, inicialmente avaliando cursos de três áreas do conhecimento: administração, direito e engenharia civil. Sua abrangência foi ampliada gradualmente, e em sua última edição, em 2003, o exame alcançou 30 áreas do conhecimento. O Exame foi amplamente criticado por ser um exame único e comum a todos os cursos, sugerindo um currículo padronizado e limitando a diversidade do sistema de Educação Superior, desconsiderando a diversidade cultural, geográfica e demográfica do país. (Dias e Oliveira; 2020).

Com o fim do Provão em 2004, o **Enade** assumiu seu papel, visando avaliar o desempenho dos estudantes conforme as diretrizes curriculares dos cursos de graduação.

2.2 O SISTEMA NACIONAL DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR - SINAES

A Comissão Especial da Avaliação da Educação Superior (CEA) foi estabelecida com o propósito de discutir e formular a avaliação do ensino superior. Criada por meio das Portarias MEC/SESu nº 11 de 28 de abril de 2003 e nº 19 de 27 de maio de 2003, a comissão tinha como objetivo analisar, oferecer subsídios, fazer recomendações, propor

critérios e estratégias para reformular os processos e políticas de avaliação da Educação Superior, além de elaborar uma revisão crítica dos seus instrumentos, metodologias e critérios utilizados.

Presidida pelo Prof. José Dias Sobrinho, uma autoridade na área, a Comissão elaborou o documento intitulado "Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior: bases para uma nova proposta da educação superior", que sintetiza os estudos realizados.

Conforme descrito no documento "Diretrizes para a Avaliação das Instituições de Educação Superior" elaborado pela Conaes (2004), o Sinaes apresenta algumas características fundamentais: a avaliação institucional como o eixo central do processo avaliativo, a integração de diferentes instrumentos baseada em uma visão global, e o respeito à identidade e à diversidade das instituições. Essas características permitem considerar tanto a realidade e a missão de cada instituição quanto os aspectos comuns e universais da educação superior, além das especificidades das diferentes áreas do conhecimento.

O documento ressalta ainda que é possível considerar a realidade e a missão de cada IES, abrangendo todas as instituições de educação superior em um processo contínuo e permanente, com uma finalidade construtiva e formativa. Percebe-se que o intuito do Sinaes é criar, desenvolver e manter uma cultura avaliativa nas instituições, envolvendo toda a comunidade acadêmica.

Devido à sua abrangência nacional, enfoque global e objetivo de aprimorar as atividades acadêmicas, o Sinaes recupera as finalidades essenciais da avaliação. Ele vai além da simples preocupação com o desempenho ou rendimento dos estudantes, abordando os significados mais amplos da formação profissional. O sistema enfatiza a responsabilidade social da educação superior, especialmente no que diz respeito ao avanço científico, à formação cidadã e à promoção dos valores democráticos. Além disso, ultrapassa verificações e mensurações, destacando os impactos das atividades institucionais nos âmbitos social, econômico, cultural e político. O Sinaes aprofunda a ideia de responsabilidade social no desenvolvimento das instituições, funcionando como um processo construtivo, com participação acadêmica e social, em vez de ser um mero instrumento de controle individual. Ele também valoriza a solidariedade e a cooperação, em oposição à competitividade e ao sucesso individual.

O Sinaes foi estabelecido pela Lei Nº 10.861, de 14 de abril de 2004. O § 1º do Art. 1º dessa lei define que o sistema tem como objetivos aprimorar a qualidade da

educação superior, orientar a expansão de sua oferta, aumentar continuamente sua eficácia institucional e sua efetividade acadêmica e social, e especialmente promover o aprofundamento dos compromissos e responsabilidades sociais das instituições de educação superior. Isso é realizado por meio da valorização de sua missão pública, da promoção dos valores democráticos, do respeito à diferença e à diversidade, e da afirmação da autonomia e da identidade institucional.

O Sinaes realiza avaliações das instituições, dos cursos e do desempenho dos estudantes, garantindo a avaliação institucional interna e externa, o caráter público de todos os procedimentos, dados e resultados dos processos avaliativos, o respeito à identidade e diversidade de instituições e cursos, e a participação, por meio de suas representações, dos discentes, docentes, técnicos administrativos e da sociedade civil.

Uma etapa fundamental é a avaliação interna, ou autoavaliação, que de acordo com Assis (2011) tem como objetivo avaliar a IES de forma abrangente, visando identificar a coerência entre sua missão e as políticas institucionais implementadas, com o propósito de promover a melhoria contínua da qualidade institucional. Além disso, busca incentivar a autoavaliação como uma prática permanente da instituição, bem como fomentar a participação ativa da comunidade acadêmica no processo.

A lei do Sinaes estabelece 10 dimensões que têm o objetivo de abranger a Instituição de Ensino Superior como um todo. Em 2014, essas dimensões foram reorganizadas em 5 eixos avaliativos, conforme ilustrado na tabela abaixo:

Quadro 1 - Eixos e Dimensões do Sinaes

Eixo 1: Planejamento e Avaliação Institucional	Dimensão 8: Planejamento e Avaliação
Eixo 2: Desenvolvimento Institucional	Dimensão 1: Missão e Plano de Desenvolvimento Institucional Dimensão 3: Responsabilidade Social da Instituição
Eixo 3: Políticas Acadêmicas	Dimensão 2: Políticas para o Ensino, a Pesquisa e a Extensão Dimensão 4: Comunicação com a Sociedade Dimensão 9: Política de Atendimento aos Discentes
Eixo 4: Políticas de Gestão	Dimensão 5: Políticas de Pessoal Dimensão 6: Organização e Gestão da Instituição Dimensão 10: Sustentabilidade Financeira
Eixo 5: Infraestrutura Física	Dimensão 7: Infraestrutura Física

Fonte: a autora (2004), com base na lei do Sinaes.

O sistema é coordenado e supervisionado pela Conaes, uma comissão vinculada ao Ministério da Educação e subordinada ao Gabinete do Ministro de Estado. Entre suas atribuições, a Conaes propõe e avalia as dinâmicas, procedimentos e mecanismos de avaliação, formulação de propostas para o desenvolvimento das instituições de educação superior com base nas análises e recomendações produzidas nos processos de avaliação, e articula-se com os sistemas estaduais de ensino.

O Sinaes compreende três modalidades principais de avaliação. Na tabela a seguir, apresentamos as principais definições conforme estabelecidas em lei.

Quadro 2 - Uma visão das avaliações do Sinaes

Avaliação das instituições	
Objetivo	Identificar o seu perfil e o significado de sua atuação, por meio de suas atividades, cursos, programas, projetos e setores, considerando as diferentes dimensões institucionais.
Procedimentos	Serão utilizados procedimentos e instrumentos diversificados, entre os quais a autoavaliação e a avaliação externa in loco, presencial ou virtual, com georreferenciamento (BRASIL, 2022).
Instrumentos	Instrumentos de Autoavaliação (elaborados pela CPA) Instrumento de Avaliação Institucional Externa Presencial e a Distância (credenciamento e recredenciamento)
Conceito	A avaliação das instituições de educação superior resultará na aplicação de conceitos, ordenados em uma escala com 5 (cinco) níveis, a cada uma das dimensões e ao conjunto das dimensões avaliadas
Avaliação dos cursos de graduação	
Objetivo	Identificar as condições de ensino oferecidas aos estudantes, em especial as relativas ao perfil do corpo docente, às instalações físicas e à organização didático-pedagógica.
Procedimentos	Procedimentos e instrumentos diversificados, entre os quais, obrigatoriamente, a avaliação externa por comissões de especialistas das respectivas áreas do conhecimento
Instrumentos	Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação Presencial e a Distância (Reconhecimento e Renovação de Reconhecimento) Instrumentos de avaliação de cursos próprios da instituição
Conceito	Atribuição de conceitos, ordenados em uma escala com 5 (cinco) níveis, a cada uma das dimensões e ao conjunto das dimensões avaliadas
Avaliação do desempenho dos estudantes dos cursos de graduação	
Objetivo	Mediante aplicação do Enade e aferi o desempenho dos estudantes em relação aos conteúdos programáticos previstos nas diretrizes curriculares do respectivo curso de graduação, suas habilidades para ajustamento às exigências decorrentes da evolução do conhecimento e suas competências para compreender temas exteriores ao âmbito

	específico de sua profissão, ligados à realidade brasileira e mundial e a outras áreas do conhecimento.
Procedimentos	Aplicado periodicamente, admitida a utilização de procedimentos amostrais, aos discentes de todos os cursos de graduação, ao final do primeiro e do último ano de curso
Instrumentos	Instrumento destinado a levantar o perfil dos estudantes, relevante para a compreensão de seus resultados, composto por Prova, Questionário do Estudante, Questionário de impressões dos estudantes sobre a prova e o Questionário do coordenador do curso.
Conceito	A avaliação do desempenho dos discentes de cada curso no ENADE será expressa por meio de conceitos, ordenados em uma escala com 5 (cinco) níveis, tomando por base padrões mínimos estabelecidos por especialistas das diferentes áreas do conhecimento

Fonte: A autora (2024), com base na lei do Sinaes.

2.2.1 ENADE: Os discentes no centro do processo avaliativo

O Enade avalia o rendimento dos concluintes dos cursos de graduação em relação aos conteúdos programáticos previstos nas diretrizes curriculares dos cursos, o desenvolvimento de competências e habilidades necessárias ao aprofundamento da formação geral e profissional, e o nível de atualização dos estudantes com relação à realidade brasileira e mundial.

O exame é aplicado desde 2004 e integra o Sinaes. Os resultados do Enade são insumos para o cálculo dos Indicadores de Qualidade da Educação Superior. A inscrição no exame é obrigatória para os discentes habilitados e a situação de regularidade do estudante é registrada no histórico escolar. O público-alvo do Enade são os estudantes de graduação ingressantes e concluintes, nas seguintes condições:

a) Estudantes ingressantes: devem ter iniciado o curso no ano da edição do Enade, devem estar matriculados e ter de 0 a 25% da carga horária mínima do currículo do curso integralizada até o último dia do período de retificação de inscrições. *OBS: os estudantes ingressantes são inscritos no Enade mas não realizam a prova.*

b) Estudantes concluintes: devem ter integralizado 80% ou mais da carga horária mínima do currículo do curso conforme estabelecido pela instituição e não ter colado grau até o último dia do período de retificação de inscrições, ou ter previsão de integralização da carga horária até julho do ano subsequente da edição do Enade.

O cálculo do Conceito Enade é realizado para cada curso de uma Instituição de Educação Superior enquadrado em uma área de abrangência no Enade.

A nota final do curso depende do desempenho dos estudantes concluintes no Componente de Conhecimento Específico e no Componente de Formação Geral. A parte referente ao Componente Específico contribui com 75% da nota final, enquanto a parcela referente a Formação Geral contribui com 25%, em consonância com o número de questões da prova, 30 e 10, respectivamente.

Quadro 3 - Conceito Enade e notas finais

Conceito ENADE	Notas finais
1	0 a 0,944
2	0,945 a 1,944
3	1,945 a 2,944
4	2,945 a 3,944
5	3,945 a 5
Sem Conceito	

Fonte: Inep (2022).

Conforme é possível verificar no quadro acima, o conceito Enade vai de 1 a 5: 1 e 2 são considerados insatisfatórios, 3 satisfatório e 4 e 5 significam excelência.

As áreas de conhecimento e eixos tecnológicos avaliados, até 2024, podem ser observados no quadro abaixo:

Quadro 4 - Áreas de conhecimento e eixos tecnológico, até 2024

Ano I	Cursos de bacharelado nas áreas de conhecimento de Ciências Agrárias, Ciências da Saúde e áreas afins; Cursos de bacharelado nas áreas de conhecimento de Engenharias e Arquitetura e Urbanismo; Cursos Superiores de Tecnologia nas áreas de Ambiente e Saúde, Produção Alimentícia, Recursos Naturais, Militar e Segurança
Ano II	Cursos de bacharelado nas áreas de conhecimento de Ciências Biológicas; Ciências Exatas e da Terra; Linguística, Letras e Artes e áreas afins; Cursos de licenciatura nas áreas de conhecimento de Ciências da Saúde; Ciências Humanas; Ciências Biológicas; Ciências Exatas e da Terra; Linguística, Letras e Artes; Cursos de bacharelado nas áreas de conhecimento de Ciências Humanas e Ciências da Saúde, com cursos avaliados no âmbito das licenciaturas; Cursos Superiores de Tecnologia nas áreas de Controle e Processos Industriais, Informação e Comunicação, Infraestrutura e Produção Industrial.
Ano III	Cursos de bacharelado nas Áreas de Conhecimento Ciências Sociais Aplicadas e áreas afins;

	Cursos de bacharelado nas Áreas de Conhecimento Ciências Humanas e áreas afins que não tenham cursos também avaliados no âmbito das licenciaturas; Cursos Superiores de Tecnologia nas áreas de Gestão e Negócios, Apoio Escolar, Hospitalidade e Lazer, Produção Cultural e Design.

Fonte: Inep (2024).

Ao longo da aplicação do exame, as áreas são modificadas, resultando em alguns cursos recebendo mais ou menos avaliações, conforme os editais anuais lançados pelo Inep. Portanto, este quadro oferece um mapeamento geral, mas em certos anos, pode não refletir com precisão as áreas dos cursos que participaram da prova.

Em 2024, o Enade está passando por uma reformulação em seu ciclo avaliativo, reformulando a avaliação dos cursos que formam professores no Brasil e ficando conhecido como o Enade das Licenciaturas. Tem como objetivo aperfeiçoar os processos avaliativos dos cursos de formação docente.

Sobre o Enade das licenciaturas, destacamos o que Villas Boas (2000) afirma: a prática avaliativa nos cursos de formação de professores, como o de Pedagogia, tem uma complexidade adicional relacionada à reprodução do modelo educacional por parte dos formandos. Essa avaliação pode ter impactos significativos na educação básica, o que reforça a importância deste exame.

De acordo com o Inep, com objetivo de implementar as mudanças necessárias para o enfoque na formação docente, o MEC reorganizou o ciclo trienal do Enade e indicou quais áreas serão avaliadas em cada ano. Em 2024, apenas os cursos de licenciatura foram avaliados. A partir de 2025, o ciclo seguiu a ordem descrita no quadro 5, considerando as áreas gerais da Classificação Internacional Normalizada da Educação Adaptada para Cursos de Graduação e Sequenciais de Formação Específica (Cine Brasil).

Quadro 5 - Áreas de conhecimento e eixos tecnológico, a partir de 2025

Ano I	Educação; artes e humanidades; ciências sociais; jornalismo e informação; negócios, administração e direito.
Ano II	Educação; ciências naturais, matemática e estatística; computação e tecnologias da informação e comunicação; engenharia, produção e construção.
Ano III	Educação; agricultura, silvicultura, pesca e veterinária; saúde e bem-estar; serviços.

Fonte: Inep (2025).

Os dados disponibilizados pelo Inep, referente ao Enade, são anônimos e ofertados em relatórios de Curso e de IES e em microdados, facilitando assim os estudos estatísticos da área.

O Relatório contém os resultados da aplicação do Exame e do Questionário do Estudante, ao qual os concluintes de cada um dos cursos incluídos no referido exame responderam on-line na página do INEP.

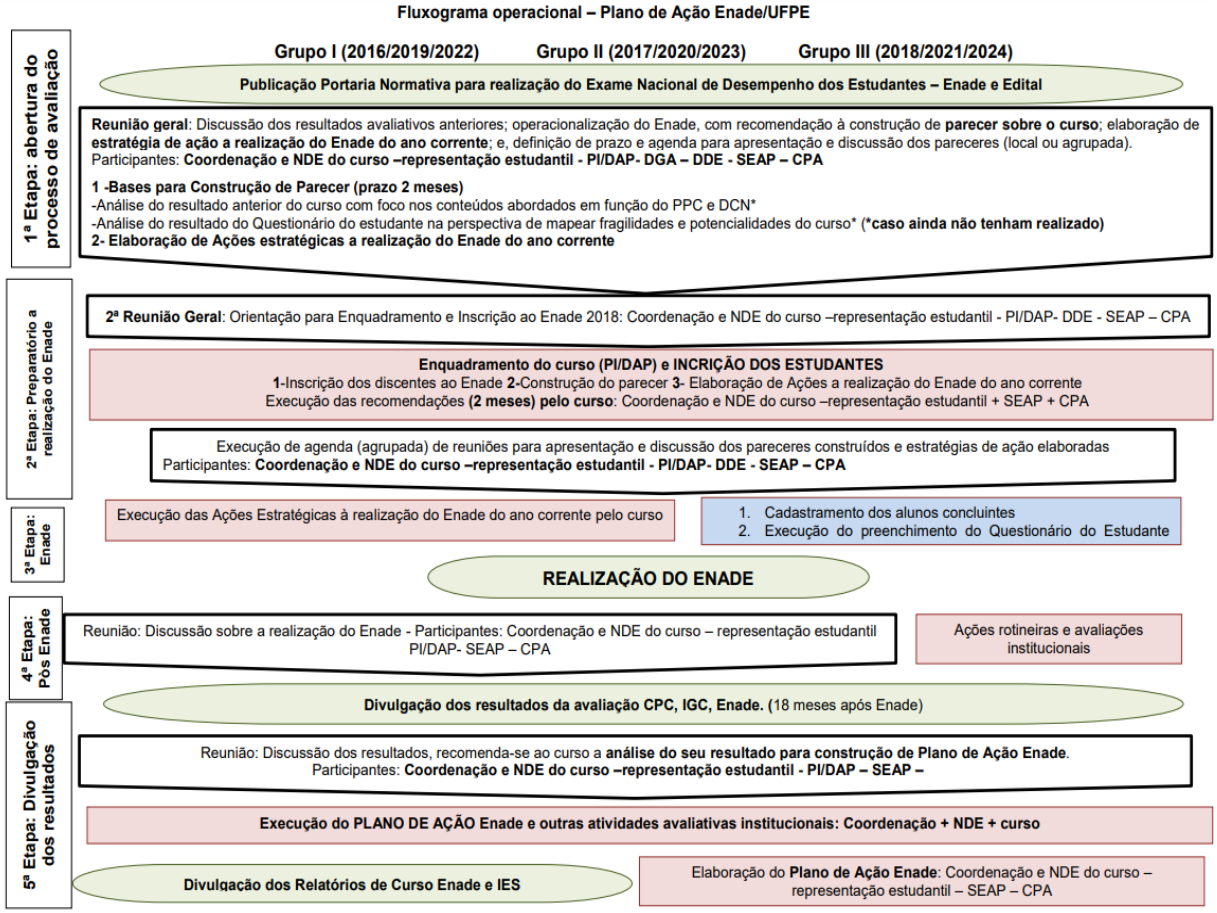
As informações que consubstanciam os relatórios de IES devem possibilitar aos dirigentes da instituição de educação superior, a que se referem, uma visão ampla dos resultados, gerados a partir da participação do conjunto dos cursos de sua instituição. Essas informações possibilitam comparações, entre outras, de IES que compartilham a mesma Organização Acadêmica, Categoria Administrativa, Grande Região e Unidade da Federação (UF), traduzindo-se em subsídios fundamentais para a análise e avaliação das políticas institucionais de ensino, pesquisa e extensão.

O INEP reafirma o caráter de complementaridade dos Relatórios de Curso e dos Relatórios das IES, o que impõe a necessidade de analisá-los à luz da identidade e da natureza de cada uma das Áreas do conhecimento. Tal postura revela a necessidade de assegurar valor e sentido aos resultados apresentados e, por consequência, gerar o comprometimento da comunidade acadêmica com vista à consolidação de uma cultura de avaliação na graduação.

2.2.2 Enade na UFPE

A Universidade Federal de Pernambuco oferece em seu portal uma seção dedicada aos materiais relacionados ao Enade. No entanto, essa seção, vinculada à Pró-Reitoria de Graduação (Prograd), não é atualizada desde 2020. Naquele ano, foram disponibilizados um material autoinstrucional, um fluxograma operacional do Plano de Ação Enade/UFPE, a portaria do regulamento do Enade 2020, além de protocolos e links para o portal do Inep.

Figura 2 - Fluxograma operacional - Plano de ação Enade/UFPE



Fonte: UFPE, 2020.

De acordo com a Resolução nº 1, de 12 de abril de 2024 (Regimento da Reitoria da UFPE), o texto estabelece o seguinte:

Art. 31. Compete à Diretoria de Avaliação Institucional:

I - Coordenar os processos de avaliação interna e externa, bem como a análise de dados institucionais da Universidade, no âmbito de sua competência.

Com base nisso, pode-se inferir que a responsabilidade pela coordenação dos processos de avaliação externa, incluindo o Enade, deixa de ser da Prograd e passa a ser da Diretoria de Avaliação Institucional, que foi criada por este Regimento.

No site da DAI da UFPE, observa-se que a aba dedicada ao Enade está atualizada e bem estruturada, apresentando as seguintes divisões: *Sobre o Enade*, *Edição 2025*, *Edição 2024*, *Avaliação Prática – Porcentagem de Instrumentos Preenchidos*, *Página do Estudante*, *Página do Coordenador de Curso*, *Página do Supervisor de Estágio*, *Página do Orientador de Estágio*, *Abrindo um Chamado para o MEC*, *Reuniões e Orientações*

DAI, *Síntese nos Indicadores de Qualidade da Educação Superior*, *Provas e Relatórios – Edições Anteriores* e *Painel Enade UFPE*.

Essa estrutura evidencia um ambiente informativo robusto e atualizado, voltado para a execução e o acompanhamento do Enade no contexto institucional. No entanto, ao se analisar o conteúdo disponível sob a perspectiva do uso dos resultados da avaliação, observa-se que o recurso mais próximo dessa finalidade é o *Painel Enade UFPE*, que apresenta dados consolidados de forma visual e acessível.

Dessa forma, reafirma-se a relevância de promover o uso sistemático e estratégico dos resultados do Enade junto aos públicos de interesse, especialmente gestores, coordenadores de curso e núcleos docentes estruturantes. Essa prática é essencial para fortalecer os processos de autoavaliação, subsidiar a tomada de decisões e, consequentemente, contribuir para a melhoria contínua da qualidade da educação superior oferecida pela UFPE.

2.3 GESTÃO DA INFORMAÇÃO E GESTÃO DO CONHECIMENTO

O conhecimento e a informação não são estáticos, mas movem-se dentro das organizações de diversas maneiras. Para iniciar o debate vamos conhecer algumas definições de informação e de conhecimento.

Segundo Capurro (2014), a noção e o termo "informação" vêm do latim *informatio* e tem como significados: a ação de dar forma a algo material e a ação de comunicar conhecimento a uma pessoa. Na literatura, informação também é definida como grupo de dados organizado ou dados dotados de relevância e finalidade (DRUCKER, 2007). Essas definições são semelhantes a muitas outras definições, que indicam que a informação implica o envolvimento das pessoas para organizar os dados brutos. Essa concepção entende que a informação, enquanto significação de um sujeito, não existe em si mesma, mas só para um sujeito do conhecimento, em sua interpretação dos dados.

Mas a noção de informação também é entendida como o conteúdo, ou partes do conteúdo de um documento. Nesta concepção, quando contraposta ao documento, Frohmann (2004) evidencia a importância das instituições na autoridade da informatividade dos documentos.

Frohmann (2004) propõe analisar o quanto profundamente uma prática documentária está incorporadas nas instituições. É como perguntar se um texto pertence

às Escrituras porque seu conteúdo é sagrado, ou se o seu conteúdo é sagrado porque pertence às Escrituras. Ou seja, muito da autoridade e da legitimidade da informatividade dos documentos depende dos locais institucionais de sua produção. Segundo o autor, a aceitação de um relatório como válido e informativo depende de um conjunto de regras e práticas documentais, sem as quais o seu caráter informativo não existiria.

Definir conhecimento é também uma tarefa complexa, pois há uma diversidade de objetivos, pressupostos e vocabulários, mais notavelmente, como observou Cohen (1998) um contraste entre o objetivo de nutrir o processo de criação de conhecimento e o de gerir e medir a utilização do conhecimento.

Devemos distinguir claramente entre o que queremos dizer com "conhecimento" e "informação". Certamente, ao examinar a natureza destas construções conceituais e os processos que as criam, encontraremos descontinuidades que tornam a informação diferente do conhecimento.

Esta descontinuidade entre informação e conhecimento é causada pela complexidade do processo de como o novo conhecimento é criado a partir da informação recebida. Para se tornar conhecimento, Wiig (2000) entende que novos *insights* são internalizados por meio do estabelecimento de ligações com o conhecimento já existente, e essas ligações podem variar desde relações firmemente caracterizadas até associações vagas. O autor explica que o conhecimento prévio é usado para dar sentido às informações recebidas e, uma vez aceito para inclusão, internaliza os novos *insights*, vinculando-os ao conhecimento anterior. Consequentemente, o novo conhecimento é tanto uma função do conhecimento prévio quanto dos insumos recebidos. Cria-se assim uma descontinuidade entre os insumos e o novo conhecimento resultante. O conhecimento e a compreensão resultante são formados por combinações de objetos mentais e ligações entre eles e nos permite sentir, raciocinar, planejar, julgar e agir (Wiig, 2000).

Fotache (2013) entende que a informação consiste em fatos e outros dados organizados para caracterizar uma situação, condição, contexto ou oportunidade específica. A compreensão baseada na informação é usada para identificar uma necessidade de informação, identificar as fontes e coletar a informação, organizar, representar e indexar a informação visando sua recuperação, criar produtos e serviços de informação e disseminar a informação visando o seu uso. O conhecimento é usado para receber informações – para reconhecer e identificar; analisar, interpretar e avaliar, sintetizar e decidir; adaptar, planejar, implementar e monitorar, para agir. A compreensão baseada no conhecimento é usada para determinar o que significa uma situação específica

e como lidar com ela. A compreensão, em ambos os casos, baseia-se principalmente nas pessoas (Fotache, 2013).

Os esforços de gestão do conhecimento devem basear-se nas raízes históricas das considerações relacionadas com o conhecimento. Além disso, devemos prestar atenção aos desenvolvimentos na tecnologia e em áreas centradas nas pessoas, como as ciências cognitivas. Wiig (2000) argumenta que o conhecimento, incluindo o conhecimento e as razões para saber, foi documentado pelos filósofos ocidentais durante milénios e, sem dúvida, muito antes disso. O autor lembra dos filósofos orientais que têm uma tradição documentada igualmente longa de enfatizar o conhecimento e a compreensão para conduzir a vida espiritual e secular. Muitos desses esforços foram direcionados para a obtenção de entendimentos teóricos e transcendentais sobre o que é o conhecimento. As considerações epistemológicas dos filósofos gregos Sócrates, Platão e Aristóteles são bem conhecidas. Talvez menos conhecidos no Ocidente sejam os ensinamentos de Lao Tzu e Confúcio da China e dos filósofos indianos que também abordaram temas semelhantes.

O foco atual no conhecimento, particularmente para a gestão do conhecimento, é muitas vezes explicitamente orientado para a eficácia comercial. No entanto, Wiig (2000) aponta que existem percepções emergentes de que, para atingir o nível de comportamento eficaz necessário, a pessoa como um todo deve ser considerada. Nesse sentido, de acordo com o autor, devemos prestar atenção aos desenvolvimentos na tecnologia e em áreas centradas nas pessoas, como as ciências cognitivas.

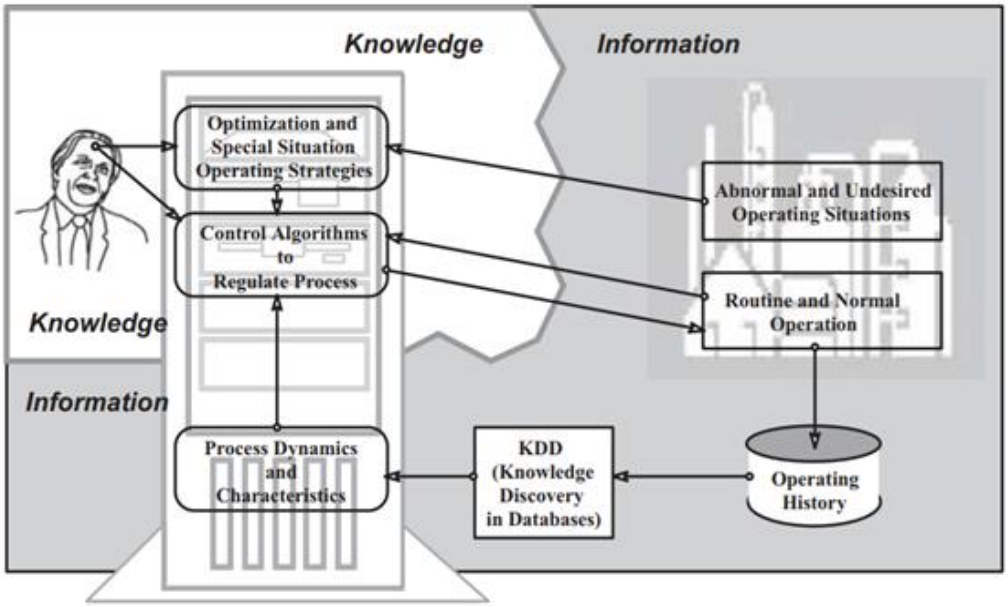
Sem levar em consideração todas as perspectivas que os grandes pensadores ofereceram, Fotache (2013) sublinha que existem pontos de vista importantes sobre o processo de aprendizagem e sobre a aquisição de conhecimento, nomeadamente, o empirismo e o racionalismo. A interação entre autores dessas duas escolas de pensamento pode proporcionar uma compreensão de que o conhecimento é o resultado da experiência humana e de reflexões baseadas em um conjunto de crenças que são ao mesmo tempo individuais e coletivas.

Wiig (2000) fornece um relato da evolução do conhecimento na vida, tanto quanto o conhecimento no trabalho. As necessidades práticas de conhecimento – ou particularmente, as necessidades de conhecimentos especializados e de compreensão operacional – têm sido importantes desde o início da batalha pela sobrevivência. O autor sustenta que colocar o conhecimento no centro da organização é um desafio mais social do que de tecnologia de informação e comunicação. Ele observa que a maioria das pessoas

pensa no conhecimento como um procedimento definido, para lidar com uma situação concreta e rotineira. No entanto, o autor afirma que poucas situações se repetem, muitas são novas, especialmente nos seus detalhes. Assim, o conhecimento deve nos proporcionar a capacidade e a compreensão que nos permita visualizar possíveis formas de lidar com diferentes situações e antecipar implicações e julgar os seus efeitos. Isso nos permite improvisar expandir e desenvolver e nos fornece a capacidade de trabalhar com situações novas.

Um exemplo prático retrata como a informação e o conhecimento diferem. Considere as funções de controle regular e de supervisão para uma fábrica automatizada, conforme ilustrado na Figura 4.

Figura 3 - Diferenças entre conhecimento e informação no controle de processos



Fonte: Wiig (2000, p. 10).

Neste sistema, são obtidas continuamente informações sobre o estado operacional do processo. O conhecimento dos especialistas em processos é incorporado aos programas de controle de processos para automatizar as operações. Os especialistas fornecem conhecimento pessoal e compreensão profunda como princípios gerais e casos específicos sobre como lidar com situações operacionais rotineiras e indesejadas. Eles podem reunir seu conhecimento de processo com o de outros especialistas que tenham previamente incorporado conhecimento sobre otimização e princípios de controle no software de computador genérico usados para gerar os algoritmos de controle.

Além disso, o histórico operacional do processo é analisado (por métodos estatísticos convencionais ou descoberta de conhecimento avançado em bancos de dados) para obter características selecionadas do processo, incluindo a dinâmica do processo. Esta informação também passa a fazer parte dos algoritmos de controle incorporados no computador de controle depois de ter sido interpretada e vinculada ao conhecimento pessoal dos especialistas.

2.3.1 Gestão da Informação

Uma forma de separar a gestão do conhecimento e a gestão da informação é identificar os processos ou etapas envolvidas em ambas as áreas. A rigor, a gestão da informação concentra-se em "planos e atividades que devem ser executadas para verificar os registros de uma organização" (Fotache, 2013, p. 63, tradução nossa). Essa perspectiva vincula a informação a sua materialidade, conferindo-lhe um estatuto tangível. A existência de fluxos informacionais e a materialidade (ou tangibilidade) da informação, porém, não significam necessariamente a geração de conhecimento.

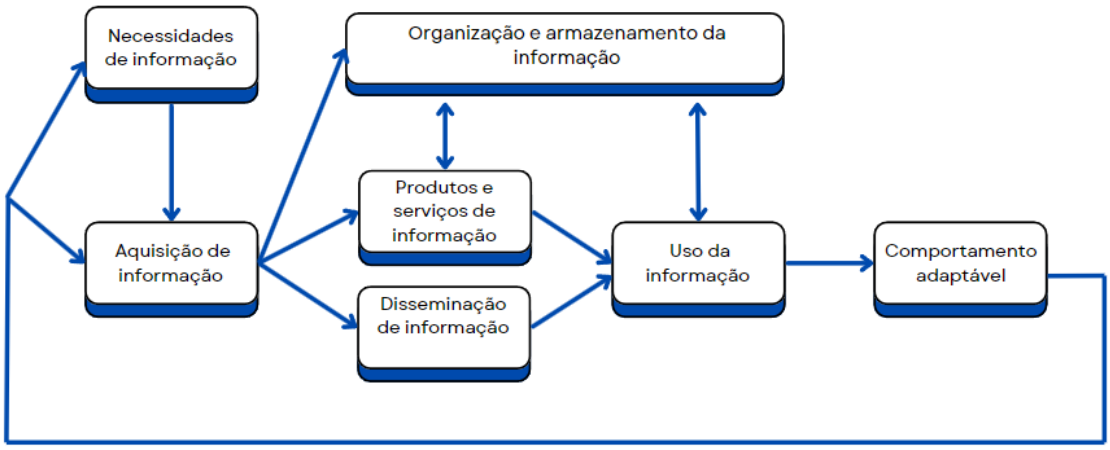
Em sentido geral, a gestão da informação cuida dos processos executados desde a origem até o uso da informação: a coleta, a organização, o armazenamento, a recuperação, os produtos e serviços de informação, a disseminação, uso, os efeitos do uso na vida dos usuários, das organizações e da sociedade e, ainda, o comportamento em informação das pessoas. (Le Coadic, 2004, Davenport; Prusak, 1998; Choo, 1998; Mcgee; Prusak, 1994).

Na sua proposta teórico-metodológica denominada ecologia informacional, Davenport e Prusak (1998) definem o gerenciamento da informação como processo, um conjunto estruturado de etapas que inicia com a Determinação das Exigências de Informação, segue com a Obtenção de Informação, depois vem a Distribuição, que se refere à disseminação da informação e o processo termina com o Uso da Informação.

Choo (1998) propôs um modelo de processo de gestão da informação (Figura 5). Apresentado como um ciclo, o modelo envolve seis etapas básicas: identificação das necessidades de informação, aquisição de informações, organização e armazenamento de informações, disseminação de informações, produtos e serviços de informação e uso de informações. Cada etapa requer planejamento, organização, coordenação e controle de uma série de atividades apoiadas pela tecnologia da informação. O autor também destaca o comportamento em informação das pessoas (também evidenciado na Figura 5), não como uma etapa do processo de gestão da informação, mas para debater sobre como o

comportamento em informação se relaciona com outros comportamentos: de busca por informação, orientado para as fontes e canais de informação, e para o comportamento de uso de informação, nas ações físicas e mentais envolvidas na incorporação da informação encontrada na base de conhecimento existente da pessoa.

Figura 4 - O ciclo de gestão da informação



Fonte: Adaptado de Choo (1998).

2.3.1.1 Necessidades de informação

Segundo Le Coadic (2004), as necessidades de informação surgem:

- em função do conhecimento
- em função da ação.

Necessidade em função do conhecimento - relaciona-se à curiosidade (científica ou não) e à vontade de conhecer. Necessidade em função da ação - diz respeito à informação como meio para a realização de uma atividade profissional ou individual. Mas, "a informação permanece sendo o meio de desencadear uma ação com objetivo; é a condição necessária à eficácia dessa ação." (Le Coadic, 2004, p. 40).

Choo (1998) destaca a importância de distinguir a necessidade informacional:

- Sobre o objeto da necessidade - que informação é requerida;
- Sobre as exigências da situação - por que e como será usada.

As necessidades podem ser conhecidas por meio de várias circunstâncias:

- Querer - um estado ou fato de estar sem, ou não ter suficiente, ausência ou deficiência de informação; ou como definiram Lara, Camargo e Rocha (2002), procurar informação por vontade de autorrealização;
- Demanda - solicitar uma informação que é devida ou necessária;
- Exigência - uma condição que é dada por direito. No Brasil, por exemplo, a Lei

de Acesso à Informação (LAI) (Brasil, 2011), ganha destaque no ordenamento jurídico porque tem como objetivo garantir o direito de acesso à informação. A LAI determina que os órgãos e entidades públicas devem divulgar proativamente um rol mínimo de informações na internet, a chamada transparência ativa. Quando uma informação é divulgada pelo governo em resposta a uma solicitação de informação pelo cidadão, ocorre a transparência passiva. Portanto, não basta que a universidade divulgue suas ações. É necessário também que responda a pedidos de acesso a informações específicas, as necessidades de informações por demanda, como discorre Choo (1998) no item acima.

2.3.1.2 Aquisição ou coleta de informação

Diz respeito à confiabilidade do método de coleta e à confiabilidade das fontes. Coletar informações é um processo ininterrupto e consiste na exploração de todo o ambiente informacional (Davenport; Prusak, 1998). Nas organizações, em geral, a rede de coleta de informação é coordenada em um único local - a base de dados, o sistema de informação, o centro de documentação - para gerir devidamente problemas relacionados à cobertura, redundância, economia de escala e especialização.

No âmbito das organizações públicas, o profissional da informação atua como tradutor do discurso burocrático em uma série de documentos e leis que informam sobre o sistema administrativo (Manfredi-Sánchez, 2017). Nesse caso, a aquisição ou coleta pode ser demasiada complexa, tendo em vista a quantidade de fontes de informações exigidas, a diversidade das fontes humanas ou o volume de informações estocadas.

2.3.1.3 Organização e armazenamento da informação

São os registros e a construção dos acervos ou estoques de informação. Diz também respeito à classificação à definição de categorias, à indexação, aos descritores e a todos os recursos para facilitar a busca (recuperação da informação) e a navegação. O objetivo do processo de organização da informação é possibilitar o acesso ao conhecimento contido na informação (Brascher; Café, 2008).

Para ser organizada, a informação precisa ser descrita. Uma descrição é um enunciado de propriedades de um ‘objeto’ ou das relações desse objeto com outros que o identificam: textos, imagem, registros sonoros, representações cartográficas (Svenonius, 2000 *apud* Brascher; Café, 2008). Todos esses tipos de informações registradas são denominados por Brascher e Café (2008, p. 5) de “'objeto informacional”.

A descrição de conteúdo tem por objeto o conhecimento, a descrição física, por sua vez, direciona-se ao suporte da informação. A organização da informação é, portanto, um processo que envolve a descrição física e de conteúdo dos objetos informacionais. O produto desse processo descritivo é a representação da informação. Assim, a representação da informação é "um conjunto de elementos descritivos que representam os atributos de um objeto informacional específico." (Brascher; Café, 2008, p. 5).

No âmbito da organização e da representação da informação temos como objeto os registros de informação. Segundo Brascher e Café (2008), estamos, portanto, no mundo dos objetos físicos, distinto do mundo da cognição, ou das ideias, cuja unidade elementar é o conceito. Ou seja, quando nos referimos à organização e à representação do conhecimento, estamos no mundo dos conceitos e não naquele dos registros de informação. Assim, todo tipo de método de indexação, resumo, catalogação, classificação, criação de bases de dados bibliográficas e textuais para a recuperação da informação se referem à organização da informação.

A abordagem epistemológica da informação elaborada por Dretske (1981) fornece fundamentos a investigação sobre o papel fundamental da informação como propulsora de alicerces para o conhecimento, com ênfase no significado e no vínculo entre informação objetiva, ação e conhecimento. [...] informação é aquilo que é capaz de produzir conhecimento, e uma vez que conhecimento requer verdade, informação requer verdade também." (Dretske, 1981, p. 45, *apud* Vitti-Rodrigues; Matulovic; Gonzalez, 2017, p. 139 tradução dos autores). A partir desse pressuposto, Dretske (1981) argumenta que o significado (genuíno), atrelado à informação objetiva, decorre das formas de representação disponíveis no receptor, as quais proporcionam conhecimento e possibilidades de ação eficiente por parte de agentes contextualmente situados e incorporados. "Representações inadequadas da informação recebida podem dar lugar à ambiguidade e erros, com consequências práticas para os agentes cognitivos." (Vitti-Rodrigues; Matulovic; Gonzalez, 2017, p. 139).

Portanto, todo projeto de sistema de informação de negócios (gerenciais, executivas, etc.) necessita de um bom sistema de organização de informações. As informações podem ser distinguidas entre gerenciais, técnicas, operacionais, entre outras. Um dos grandes desafios é garantir que as pessoas construam sistemas informatizados de maneira que todas as informações sejam neles registradas (Amorim; Tomaél, 2011).

Embora existam *softwares* especializados em fazer o gerenciamento de informações, cada projeto e cada empresa possui suas necessidades e possibilidades em

termos de organização de informações. Os sistemas de informação devem ser projetados para que sejam autoexplicativos e minimizem ao máximo os erros no preenchimento dos campos. Ademais, as pessoas que irão usar os sistemas de informação necessitam ser treinadas (Amorim; Tomaél, 2011).

2.3.1.4 Produtos e serviços de informação

Voltando à Figura 2, outra etapa da gestão da informação diz respeito aos produtos e serviços de informação. Além de serem instrumentos para disseminação de informação, eles se traduzem na interface direta entre a informação e o usuário.

Assumem formas variadas, dirigidas ou não, dependendo do enfoque, da prioridade conferida às partes interessadas ou aos aspectos da informação em si e dos meios utilizados para sua operacionalização.

O sistema de informação existe para entregar uma saída desejada, ou seja, todo sistema é desenhado e configurado para fornecer um determinado resultado. “Os resultados dos sistemas de informação predominantes são produtos, serviços ou novas informações que são oferecidas ao usuário para atender às suas expectativas e necessidades.” (Ponjuán Dante, 2011, p. 16).

Choo (1998) entende que os produtos e serviços de informação agregam valor potencial à disseminação da informação e motivam o seu uso nas decisões organizacionais. Assim, gráficos, relatórios, mapas, enfim, a customização da informação ao seu público-alvo, a visualização da informação, é o que torna esta fase importante e integrada ao processo de gestão da informação.

Os produtos e serviços de informação são consideráveis não somente porque tratam diretamente de determinado assunto, mas também por serem "diretos" em seus focos, orientação e formato, de maneira a dar a cada usuário, a sua respectiva e específica informação.

2.3.1.5 Disseminação da informação

Disseminar informação supõe tornar público os produtos ou serviços de informação gerados ou organizados por uma organização. A noção de disseminação é comumente interpretada como equivalente à de difusão, ou mesmo de divulgação, compartilhamento ou publicação da informação.

Aqui cabe uma ressalva de Lara e Conti (2003, p. 30): “Qualquer ação de formação deve ser entendida com a finalidade de renovação.” Ou seja, a disseminação da

informação para utilização, diferentemente da disseminação como “propaganda”, como divulgação ou como ato educacional dirigido, objetiva mais o processo do que o objeto, pretende, antes de tudo, criar familiaridade com as informações, para que os usuários sejam um pouco mais eles mesmos os motores de sua formação.

Na visão ecológica da informação de Davenport e Prusak (1998), alguns fatores impactam nessa fase: arquitetura informacional, a política de informação e o investimento tecnológico. Enfrentar essas questões não é tarefa simples. No entanto, se, teoricamente, os vínculos entre a emissão e o usuário da informação são entendidos como necessários, sua operacionalização requer investimentos.

Falar em disseminação da informação via produtos e serviços de informação “supõe considerar que os benefícios dessa ação se relacionam diretamente às possibilidades de geração do conhecimento.” (Lara; Conti, 2003, p. 27). Se o conhecimento é inseparável do usuário da informação (sujeito do conhecimento), as ações de disseminação devem observar os requisitos que permitam adaptar as informações e suas formas de acesso aos veículos, públicos e contextos (Lara; Conti, 2003).

As tecnologias também devem passar dos recursos mais estáticos da comunicação da informação para processos dinâmicos e colaborativos. Lara; Conti (2003) observam, que o debate sobre a disseminação é restrito, grande parte das vezes, às tecnologias de informação e comunicação. Sem desprezar sua importância, os autores observam que há uma tendência em circunscrever a disseminação ao problema da melhor escolha e combinação entre *hardware, software*, quando a questão é principalmente de conteúdo e de formas de instituição de elos com os públicos. A tecnologia passa a pensar (e a limitar) a disseminação.

2.3.1.6 Uso da informação

Esta é a etapa da apropriação da informação e da criação do conhecimento organizacional. Uso da informação é a razão de ser do processo informacional e ocorre, segundo Choo (1998), em três áreas ligadas:

- Criação de sentido (o que essas informações significam?).
- Criação de conhecimento (que conhecimento nós precisamos e como podemos desenvolvê-lo?).
- Tomada de decisão (qual rumo de ação é melhor para a organização?).

Uso é o objetivo final de um serviço de informação ou de um sistema de informação e deve ser pensado em termos da utilização da informação e dos efeitos

resultantes desses usos nas atividades dos usuários, das pessoas, das organizações e da sociedade (Le Coadic, 2004).

Segundo Choo (1998), a gestão da informação é a chave para a criação do conhecimento e sua utilização nas organizações, e deve levar à chamada "organização inteligente". Hjorland (2000) assinala que a informação não é, por si só, a motivação básica ou a meta para a pessoa que está a sua procura. A alimentação, um problema a resolver, ou um lugar seguro para residir podem ser o objetivo. Assim, a informação não é, geralmente, um fim em si mesma, mas algo que ajuda a orientar uma pessoa para um objetivo. É um fenômeno pragmático no sentido de que a informação para uma pessoa não precisa ser informação para outra. Ou seja, ela somente vai fazer sentido no contexto onde ela é produzida, disseminada e utilizada. O conhecimento, fruto da relação pessoal com a informação, é, nesse caso, subjetivo (inerente a cada pessoa), mas ao mesmo tempo social, pois o ser humano interage com o mundo que o circunda, no domínio que ele atua, como defendem Capurro e Hjorland (2007).

Nessa perspectiva, o valor da informação só se torna evidente se ela for aplicada. Isso requer, no entendimento de North e Scharle (2020), que as pessoas estejam motivadas para fazer o melhor uso da informação e que a organização as capacite. Todavia, os autores ressalvam que, ter muito conhecimento não significa automaticamente que uma pessoa vai agir de maneira competente. A habilidade ou capacidade de agir adequadamente em uma situação específica é conhecida como competência. O desenvolvimento de competência requer que as pessoas apliquem seus conhecimentos e reflitam sobre suas experiências. Esta capacidade de fazer uma escolha adequada de ações depende de um amplo repertório de experiências e conhecimentos desenvolvidos ao longo do tempo.

2.3.2 Gestão do conhecimento

A abrangência da gestão do conhecimento revela um conjunto heterogêneo de interesses, perspectivas e questões de pesquisa. As raízes das perspectivas da gestão do conhecimento foram discutidas por muitos autores, entre eles, Cleveland (1985), Simon (1967), Gardner, (1994) e Senge (2013). Os esforços desses e outros pesquisadores giravam em torno da aprendizagem e da racionalização do trabalho, gestão da qualidade total e das ciências da gestão, na sua maioria com o objetivo de melhorar a eficácia organizacional. Além disso, as contribuições vinham de pesquisas sobre a psicologia

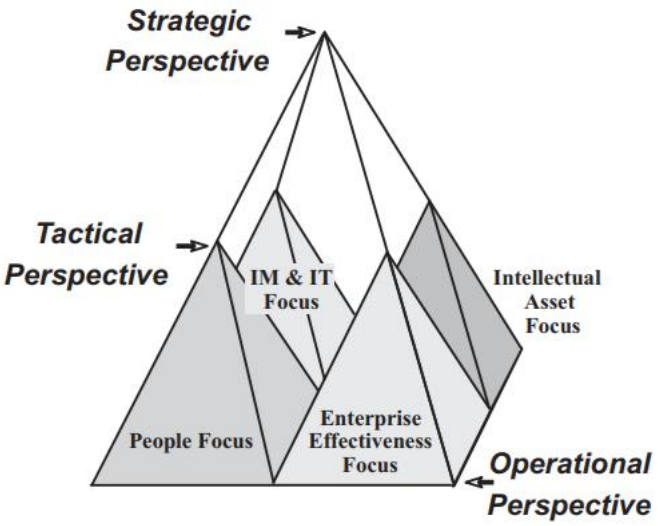
organizacional para compreender o papel do conhecimento no comportamento humano, sobre as ciências cognitivas e a organização que aprende a aprender para fornecer uma base para tornar as pessoas mais eficazes. Portanto, sempre foi importante incorporar uma melhor compreensão dos aspectos cognitivos de como o conhecimento – compreensão, modelos mentais e associações – afeta a tomada de decisões e a execução de trabalho intensivo em conhecimento ao decidir como conduzir a gestão do conhecimento.

Alguns aspectos do comportamento de atuação na gestão do conhecimento em toda a empresa são indicados por Wiig (2000). O autor descreve elementos que se enquadram nos auspícios da gestão do conhecimento, como aprendizagem, inovação e criação e aplicação eficaz de ativos de conhecimento:

a) Do ponto de vista do modelo de gestão, as perspectivas, a coordenação, a facilitação e das atividades de monitoramento necessárias para uma gestão do conhecimento ativa requerem novas e diferentes percepções, ênfases e abordagens.
b) Dos gestores, consequentemente, também são exigidos novos valores, percepções e prioridades.
c) Das pessoas, demanda um novo foco no papel que o conhecimento desempenha na capacidade das pessoas de fornecer trabalho de qualidade.

Wiig (2000) parte de uma perspectiva ampla de gestão do conhecimento "ao longo de e no interior" da organização. O argumento do autor é que algumas organizações avançadas perseguem um impulso estratégico central com quatro focos táticos, conforme indicado na Figura 6.

Figura 5 - Áreas da estratégia abrangente de gestão do conhecimento



Fonte: Wiig (2000, p. 7).

Dessas áreas, como se lê na Figura 1, algumas organizações se concentram nas pessoas, na partilha de conhecimentos entre indivíduos ou na construção de capacidades educativas e de distribuição elaboradas de conhecimentos. Algumas enfatizam o uso da tecnologia para capturar, manipular e localizar conhecimento e, inicialmente, muitas se concentram na gestão da informação relacionada com o conhecimento, em vez de na gestão do conhecimento. Outras, concentram-se na utilização do conhecimento para melhorar a eficácia operacional e global da organização. Outros ainda prosseguem a construção e exploração de capital intelectual (IC) para aumentar o valor econômico.

Essas organizações, segundo Wiig (2000), criam ambientes "vigilantes do conhecimento" para concentrar atenção constante e generalizada na garantia de IC competitivo para sustentar o sucesso e a viabilidade a longo prazo. Consequentemente, a viabilidade da gestão do conhecimento depende diretamente da qualidade competitiva dos seus ativos de conhecimento e da aplicação bem-sucedida destes ativos em todas as suas atividades.

Para isso, North e Scharle (2020) enfatizam que a troca de conhecimentos e a aprendizagem mútua devem ser valores explícitos e praticados regularmente. Principalmente os líderes, que segundo os autores, devem comportar-se como modelos para promover os valores da partilha de conhecimento e da aprendizagem mútua. Os executivos seniores precisam estar ativamente envolvidos em projetos para melhorar a gestão do conhecimento. Estruturas organizacionais, funções e responsabilidades para a gestão do conhecimento devem ser estabelecidas e praticadas.

As experiências de North e Scharle (2020) lhes dão argumentos para afirmar que alguns gestores dão às pessoas tempo para partilhar e aprender, mas há pouco apoio visível do topo. Existe, em geral, uma atitude positiva em relação à colaboração e à partilha de conhecimentos, mas as limitações de tempo são apontadas como a razão pela qual isso não acontece regularmente.

Como vimos, vários aspectos da gestão do conhecimento são de interesse e devem ser enfatizados. No entanto, Wiig (2000), ressalta que, no longo prazo, as iniciativas e atividades de gestão do conhecimento normalmente não resultam em mais trabalho. Em vez disso, o conhecimento melhorado e a sua utilização, muitas vezes nos níveis mais baixos da organização, levam a menos retrabalho e à análise, à decisão e à execução mais rápidas, especialmente de tarefas não rotineiras e outros efeitos desejáveis e redutores de trabalho. Em vez de serem funções adicionais, devem, na medida do possível, basear-se

e fazer parte de esforços preexistentes e contínuos – muitas vezes sem torná-los mais difíceis, demorados ou exigentes.

North e Scharle, (2020) propõem um *framework* de gestão do conhecimento (ver Figura 7).

Com base numa cultura organizacional voltada à organização que aprende e na base da informação e do conhecimento, o ciclo de gestão do conhecimento de North e Scharle, (2020) contribui para a prestação de serviços eficazes, orientados para o cidadão e para o desenvolvimento e inovação de serviços futuros, tendo em conta os fatores econômicos, ambiente sociodemográfico e jurídicos. A maioria das organizações opera em ambientes afetados por fatores externos, aos quais devem responder da melhor forma possível. No Brasil, nas últimas décadas, surgiram diversos dispositivos legais do Sinaes atuando sobre as universidades públicas federais, como estamos estudando nesta pesquisa.

Figura 6 - Estrutura de GC

Fonte: North e Scharle (2020, p. 14), tradução nossa.

A parte central do framework de North e Scharle (2020) é um ciclo de gestão do conhecimento que contém os seguintes elementos essenciais.

Determinar o conhecimento necessário

O primeiro passo é identificar o conhecimento e as habilidades necessárias para atender às necessidades dos grupos interessados. Uma interpretação mais ampla deverá incluir a análise das necessidades de todas as partes interessadas. Isso pode ser feito em relação a serviços e processos. Isso inclui as seguintes práticas:

a) As necessidades atuais e futuras dos estudantes/cidadãos e outras partes interessadas, e as tendências do mercado (de trabalho) e da tecnologia são analisadas e traduzidas na estratégia organizacional.

b) Da estratégia organizacional derivam objetivos de conhecimento e competências: o que precisamos saber e ser capazes de fazer para satisfazer as necessidades atuais e futuras dos nossos stakeholders?
c) Identificar sistematicamente o conhecimento crítico para uma prestação de serviços eficaz.

Analisar o conhecimento existente

O segundo passo é analisar o conhecimento existente e identificar as lacunas em relação aos conhecimentos e competências exigidas. Isso inclui as seguintes práticas:

a) É realizada uma análise periódica em todos os níveis da organização para garantir que os conhecimentos e as competências corretas para uma prestação de serviços eficaz estejam disponíveis. São identificadas lacunas entre conhecimentos e competências necessários e existentes.
b) A organização investiga quais são os conhecimentos e competências adequados para uma prestação eficaz de serviços e inovação de serviços no futuro e identifica as lacunas.
c) O departamento de Recursos Humanos possui um sistema eficaz para determinar e avaliar habilidades e competências importantes dos funcionários.
d) As informações relevantes para processos, direitos de propriedade intelectual e sistemas de informação são documentadas e avaliadas.

Adquirir o conhecimento necessário

O conhecimento relevante deve estar acessível. A ISO 9001:2015 na nota de rodapé 2 do capítulo Conhecimento Organizacional dá dicas sobre como o conhecimento pode ser adquirido usando:

a) Fontes internas (por exemplo, propriedade intelectual, conhecimento adquirido com a experiência, lições aprendidas com fracassos e projetos bem-sucedidos, captura e compartilhamento de conhecimento e experiência não documentados, resultados de melhorias em processos, produtos e serviços);
b) Fontes externas (por exemplo, normas, relatórios de órgãos fiscalizadores, conferências, recolha de conhecimento de agências reguladoras ou fornecedores externos).

Adquirir o conhecimento necessário inclui as seguintes práticas:

a) Existência de uma estratégia para adquirir conhecimento internamente e/ou externamente.
b) Programas de capacitação, treinamento e aprendizagem eficazes.
c) Diferentes formas flexíveis e móveis de aprendizagem que apoiam a aquisição do conhecimento necessário (por exemplo, formação, e-learning, aprendizagem baseada no trabalho, aprendizagem em equipe).
d) Aprendemos sistematicamente com os erros. Analisar sistematicamente relatórios de órgãos fiscalizadores ou reguladores e empreender ações de melhoria.
e) A organização desenvolve e utiliza sistematicamente fontes externas de conhecimento (por exemplo, cooperação com instituições/serviços de investigação e serviços educativos, consultores, fornecedores, serviços *online*, etc.).

Partilhar conhecimento e disponibilizá-lo

A aquisição do conhecimento necessário está ligada à partilha de conhecimento dentro e fora de uma organização. É importante compreender que o conhecimento da organização está refletido em documentos e processos, e incorporado nos sistemas de TI e na estrutura organizacional, etc. A organização precisa sempre de pessoas que sejam capazes de captar, enriquecer e trocar conhecimento, bem como conhecimento externo que complementa os recursos internos. Uma cultura organizacional aberta representa um fator chave para o sucesso.

Compartilhar conhecimento e aprendizagem dentro e fora da organização melhora a qualidade, a produtividade e a velocidade da prestação de serviços. Evitar esforços redundantes e capitalizar experiências poupa tempo e dinheiro e evita "reinventar a roda". Por exemplo, além de partilhar ativamente conhecimentos dentro da UFPE, aprender com outras universidades (sejam nacionais, de outros países ou privadas) pode ser imensamente benéfico para melhorar a eficácia organizacional.

A partilha de conhecimento acontece, até certo ponto, em todas as organizações. O desafio, no entanto, é fazer com que a partilha de conhecimentos e a aprendizagem sejam uma prática sistemática e ampliada a toda a organização.

Compartilhar conhecimento inclui as seguintes práticas:

a) Uma cultura organizacional e ações de incentivos promovem a partilha de conhecimentos e a aprendizagem como um todo.

b) A formação e a aprendizagem devem estar eficientemente alinhadas com os objetivos estratégicos e operacionais da organização.
c) O recrutamento e a integração de novos trabalhadores e a transferência de conhecimentos dos trabalhadores que transitam para outros cargos, abandonam o trabalho ou se aposentam devem ser sistemáticos.
d) O conhecimento individual dos especialistas deve ser disponibilizado à organização através de intercâmbio pessoal, comunidades de prática e documentação.
e) Os meios de comunicação e os sistemas de informação (por exemplo, bases de dados, Intranet, redes sociais) devem apoiar o acesso fácil e a troca de informações internos e externos, quando é o caso.

Preservar e proteger o conhecimento

A etapa final do ciclo do conhecimento é manter e atualizar o conhecimento existente e adquirido. Isto pode ser feito documentando o conhecimento necessário, a fim de preservá-lo para a organização, e transmitindo-o aos novos trabalhadores, para que seja preservado para a próxima geração. A identificação sistemática dos riscos decorrentes da perda de conhecimentos, por exemplo, mediante reformulação ou rotatividade de pessoal, é um pré-requisito importante para poder estabelecer medidas eficazes para a conservação do conhecimento. Isso inclui as seguintes práticas:

a) Estabelecer uma estratégia e uma abordagem sistemática para garantir, documentar e atualizar conhecimentos críticos para o sucesso.
b) Identificar sistematicamente os riscos de perda de conhecimento e do conhecimento especializado concentrado num indivíduo para que seja efetivamente transmitido no devido tempo, antes das mudanças de pessoal.
c) Utilizar sistematicamente as possibilidades legais para a proteção do conhecimento (por exemplo, proteção de marcas registradas, patentes).

A gestão do conhecimento só pode funcionar eficazmente se os funcionários apoiarem ativamente os objetivos da organização, fizerem o melhor uso dos seus conhecimentos e partilharem abertamente as suas experiências. Embora pareça lógico que os funcionários que conhecem o propósito do seu trabalho e o apoiam completamente, que participam e obtêm reconhecimento e que se sentem seguros no seu emprego sejam aqueles que melhor utilizam os seus talentos em benefício da organização, isto nem sempre é o caso.

2.3.3 Diferenças entre gestão da informação e do conhecimento

Para entender melhor o conceito de gestão do conhecimento é preciso compreender a diferença entre gestão da informação e conhecimento. O objetivo da presente subseção é discutir não apenas como a gestão do conhecimento e a gestão da informação são diferentes ou semelhantes, mas também como e por que essas duas disciplinas se cruzam, levando em consideração os riscos envolvidos em projetos de gestão do conhecimento que não destacam claramente essas diferenças.

Como vimos anteriormente, a gestão do conhecimento trata das pessoas, de como elas usam informações para criar e compartilhar conhecimento, enquanto a gestão da informação está frequentemente associada aos sistemas de tecnologia da informação que as pessoas usam para coletar, organizar, armazenar, criar serviços de informação e disseminar informações. A partir da literatura disponível e do próprio entendimento de Jain (2012), as semelhanças e diferenças entre informação e conhecimento e gestão da informação e do conhecimento podem ser identificadas no Quadro 6.

Quadro 6 - Semelhanças e diferenças entre gestão da informação e do conhecimento

<table>
<tr><td colspan="2">Semelhanças entre informação e conhecimento</td></tr>
<tr><td colspan="2">a. Ambos são vitais para todos.
b. Ambos estão vinculados ao contexto do assunto ou da realidade em observação.
c. Ambos são multidisciplinares.
d. Ambos se caracterizam como atividades complexas e, assim sendo, requerem habilidades analíticas.
e. Ambos são organizados e divulgados usando tecnologias de informação e comunicação.</td></tr>
<tr><td colspan="2">Diferenças entre informação e conhecimento</td></tr>
<tr><td>Informação</td><td>Conhecimento</td></tr>
<tr><td>a. A informação é mais facilmente. identificada, organizada e disseminada.
b. A informação está sempre visível.
c. As informações podem ser desconectadas do portador.
d. Informação são interpretadas em um contexto significativo.</td><td>a. A identificação do conhecimento é uma atividade complexa.
b. O conhecimento nem sempre é visível.
c. O conhecimento está conectado ao portador.
d. O conhecimento é preditivo e orientado para o futuro.</td></tr>
<tr><td colspan="2">Diferenças entre gestão da informação e gestão do conhecimento</td></tr>
<tr><td>Gestão da informação (GI)</td><td>Gestão do conhecimento (GC)</td></tr>
<tr><td>a. GI enfatiza o envolvimento humano na identificação das necessidades de informação, coleta, armazenamento, recuperação, organização, e disseminação de informações.
b. GI está trabalhando com objetos.
c. GI trata a informação como um recurso.
d. GI inclui apenas conhecimento explícito.</td><td>a. A GC enfatiza o envolvimento humano no compartilhamento, de informações e criação do conhecimento.
b. GC está trabalhando com pessoas.
c. GC trata o conhecimento como um recurso.
d. GC inclui conhecimento tácito e explícito.</td></tr>
</table>

e. O sucesso da GI depende do uso e da apropriação da informação pelas pessoas, isto é, da criação do conhecimento.	e. O sucesso da GC depende da eficácia do conhecimento criado.

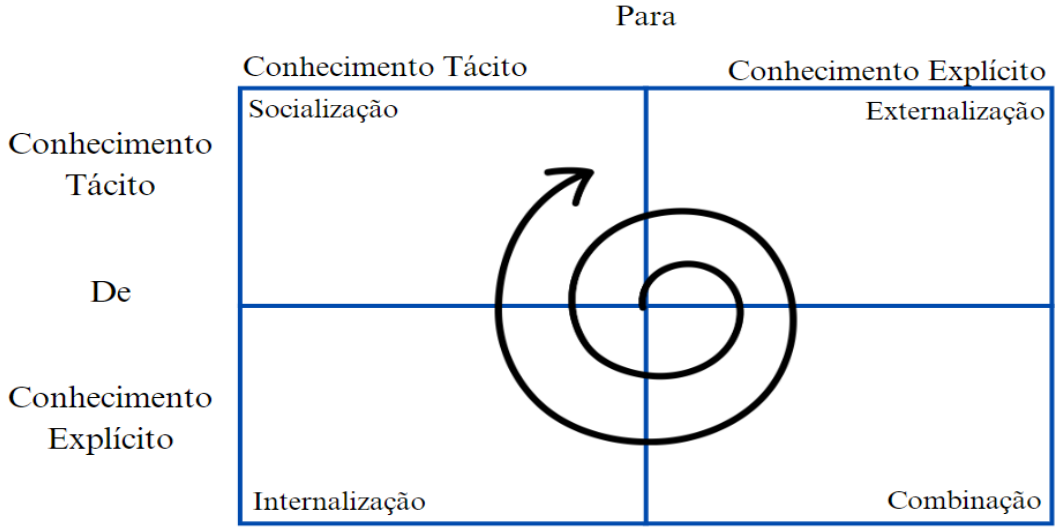
Fonte: Adaptado de Jain (2012).

Embora o Quadro 6 tenha evidenciado que há diferenças entre informação e conhecimento, Jain (2012) argumenta que nunca é demais enfatizar que a informação é a base do conhecimento. Em outras palavras do autor, todo conhecimento é informação, mas nem toda informação é conhecimento. O que é conhecimento num contexto pode ser informação noutro contexto, pelo que ambos dependem do contexto e da finalidade do uso.

Do ponto de vista gerencial, a diferença essencial entre informação e conhecimento é o fato de a informação ser mais facilmente identificada, organizada e distribuída. O conhecimento, por outro lado, não pode realmente ser gerenciado porque é pessoal. Assim, na concepção de Fotache (2013), a gestão do conhecimento limita-se a criar as condições adequadas para que as pessoas aprendam (utilizando informação e experimentando) e apliquem o conhecimento em benefício da organização. A aplicação do conhecimento pode ser traduzida em informação relevante que é partilhada e utilizada em novos produtos e processos que criam valor às pessoas.

Esta visão de conhecimento pode levar à conhecida "espiral de criação de conhecimento", proposta por Nonaka e Takeuchi (1997).

Figura 7 - O conhecimento em espiral



Fonte: Adaptado de Nonaka e Takeuchi (1997).

O trabalho de Nonaka e Takeuchi (1997) é desenvolvido em volta do que eles chamam quatro processos de conversão de conhecimento:

a) Socialização - descreve a ação implícita do conhecimento tácito, frequentemente até sem o uso de linguagem – por exemplo, por meio da prática.
b) Externalização - converte o conhecimento tácito para o explícito, frequentemente pelo uso de metáforas e análises.
c) Combinação - combina e passa o conhecimento formalmente codificado de uma pessoa para outra.
d) Internalização - torna explícito o conhecimento por trás da forma tácita, como as pessoas o internalizam, como em "aprender fazendo". Aprender deve, portanto, tomar lugar no corpo tanto quanto na mente.

Cada processo envolve a conversão de uma forma de conhecimento (tácito ou explícito) em outra forma de conhecimento (tácito ou explícito). Este modelo centra-se na forma como o conhecimento pode ser criado dentro da organização e na sua utilidade para identificar e avaliar determinadas atividades-chave. Mas, Grant (2000), alerta considerar o grau de tacicidade dos diferentes tipos de conhecimento. Alguns conhecimentos estão tão profundamente arraigados que são completamente intransferíveis, por exemplo, as habilidades olfativas de um especialista em fragrâncias. É inútil treinar especialistas em fragrâncias, a menos que eles tenham aptidões específicas para começar. A gestão eficaz do conhecimento em análise de fragrâncias requer o uso intenso dos poucos especialistas da empresa, exigindo a sua mobilidade dentro da empresa para onde quer que as suas competências sejam necessárias.

Quando as competências são transferíveis, é necessário conceber processos de formação e mecanismos de comunicação que correspondam às características de como serem transferidos. Se a aquisição de conhecimentos exigir a aprendizagem pela prática, então os seminários e cursos de formação terão provavelmente um valor limitado.

Mesmo que o conhecimento tácito não possa ser facilmente transferido, será possível integrá-lo? O principal desafio de muitas empresa é conseguir a coordenação entre múltiplos especialistas, de modo que as suas diferentes bases de conhecimento possam ser integradas para produzir bens e serviços (Grant, 2000). Essa integração não requer necessariamente transferência de conhecimento. A transferência de conhecimento é crítica para efeitos de replicação, mas para efeitos de produção a chave é integrar eficientemente diferentes conhecimentos especializados. Uma questão crítica na

concepção de processos, por exemplo, é integrar o conhecimento especializado de diferentes indivíduos sem os custos de terem de aprender uns com os outros.

Embora a maioria dos autores concorde com a visão apresentada por Nonaka e Takeuchi sobre como o conhecimento é criado, Fotache, (2013) enfatiza que isso não explica claramente a diferença entre informação e conhecimento. Segundo a autora, o termo "conhecimento explícito" pode ser utilizado quase como sinônimo de "informação". Isto poderia influenciar os especialistas que estudam a contribuição de ambos os autores a pensarem muito em termos de gestão da informação em vez de gestão do conhecimento.

Grant (2000), na mesma linha, ressalta que a distinção entre conhecimento tácito e explícito é fundamental para praticamente todos os aspectos da gestão do conhecimento. Se o conhecimento for explícito, a sua identificação, armazenamento e transferência podem ser tratados pela gestão da informação da organização. As questões que envolvem a gestão do conhecimento tácito são completamente diferentes e a criação de valor a partir desse conhecimento pode exigir abordagens fundamentalmente novas às estruturas organizacionais e aos sistemas de gestão.

As pessoas muitas vezes têm medo de partilhar os seus conhecimentos. Eles acreditam que perderão a vantagem que sua expertise lhes proporciona entre seus pares e dentro da organização. Contudo, na melhor das circunstâncias, apenas uma pequena fração dos conhecimentos especializados aplicáveis de um indivíduo pode ser obtida e partilhada. Frequentemente, como assinala Wiig (2000), apenas conhecimentos concretos, operacionais ou rotineiros podem ser comunicados. *Insights* profundos e amplos geralmente não estão disponíveis e podem não existir, exceto como capacidade de raciocinar até que uma situação assim o exija. O autor ressalta que, quando os especialistas fornecem conhecimento de forma aberta e ampla, eles tendem a ser considerados importantes pelos seus pares e a ganham *status* e reconhecimento.

Todavia, no entendimento de Wiig (2000), o conhecimento pessoal não pode ser partilhado diretamente. O conhecimento é construído por processos de aprendizagem complexos e resulta em modelos mentais e associações altamente individuais que, para alguns, podem ser bastante diferentes do conhecimento de origem.

A perspectiva oferecida por Von Krogh, Ichijo e Nonaka (2000) é que os processos de gestão do conhecimento são necessariamente focados em pessoas, sugerindo que os profissionais de gestão do conhecimento devem reconhecer que aumentar a diversidade e a qualidade das fontes de informação disponíveis e a capacidade

interpretativa dos funcionários são estratégias mais importantes do que aumentar a quantidade de informação disponível.

2.3.4 Alinhamento da gestão da informação e da gestão do conhecimento às estratégias da organização

Esta pesquisa parte do pressuposto de que um processo explícito da gestão das informações obtidas do Enade, se alinhado com a estratégia global da universidade, deve gerar conhecimentos que agreguem valor aos cursos de graduação da UFPE. No entanto, a gestão sistemática das informações obtidas do Enade deve ser uma estratégia organizacional e gerencial consciente que vise atingir os objetivos da UFPE por meio da gestão dos recursos de conhecimento da universidade.

Por isso, segundo North e Scharle (2020), é tarefa dos líderes em todos os níveis alinhar as atividades e moldar as condições para alcançar esses objetivos da organização ou unidade. Senge (2013) diz que o líder como professor, em vez de dar todas as respostas, faz as perguntas certas. Em particular, conscientiza os colaboradores e a organização sobre as limitações dos modelos de pensamento existentes e trabalha para aprimorá-los. O líder, como administrador, está ciente da sua responsabilidade de interligar os colaboradores e a organização e, portanto, esforça-se para criar as condições de trabalho quanto para alcançar estratégia da organização. Nesta função, na perspectiva do autor, os líderes enfatizam junto das suas equipes as ligações entre o conhecimento a desenvolver e os objetivos da organização.

Nem a informação, nem o conhecimento são um fim em si mesmos, servem a um propósito. Um gestor pode conceber conscientemente tais propósitos. As pessoas devem estar esclarecidas quanto ao que a organização pretende alcançar e devem ser organizadas em torno dessas necessidades organizacionais. Definir entregas concisas ou resultados desejados também motiva as pessoas a contribuírem.

Nesse sentido, o alinhamento entre a gestão da informação e a gestão do conhecimento e as estratégias da organização tem, no ponto de vista de North e Scharle (2020), três princípios:

Em primeiro lugar, idealmente, todos na organização conhecem a estratégia da organização e são capazes de traduzi-la em objetivos e requisitos, ou, caso desta pesquisa, em necessidades de informação e de conhecimento organizacional:

a) O que a organização DEVE SABER.
b) O que a organização DEVE FAZER.

c) O que a organização SABE.
d) O que a organização PODE FAZER.

Em segundo lugar, a organização é capaz de observar as necessidades atuais e futuras das partes interessadas e tirar conclusões relevantes.

Em terceiro lugar, a organização garante que, em todos os níveis, os colaboradores possuem ou podem desenvolver os conhecimentos específicos necessários.

O debate em torno da Gestão do Conhecimento (GC) evidencia a ausência de um conceito unívoco, o que gera múltiplas definições e compromete tanto o desenvolvimento da pesquisa quanto a eficácia das aplicações práticas. Com base na epistemologia de Taketani-Osada, Trzesniak, Muniz Júnior e Batista Júnior (2009) argumentam que a consolidação conceitual requer a identificação de atributos críticos. Nesse sentido, os autores organizam as dimensões de GC em três categorias: natureza (captura, reuso e formalização do conhecimento), aplicação (projetos, colaboração entre trabalhadores e times virtuais) e finalidade (geração de valor agregado, vantagem competitiva e resultados mensuráveis). A partir dessas dimensões, propõem um enunciado segundo o qual a GC corresponde à atuação sistematizada, formal e deliberada para capturar, preservar, compartilhar e reutilizar conhecimentos tácitos e explícitos, visando benefícios mensuráveis para organizações e indivíduos.

Nesta pesquisa, a questão geral, portanto, é o que precisamos saber sobre as notas do Enade e o que podemos fazer para satisfazer as necessidades atuais e futuras dos estudantes e da universidade. O alinhamento entre a gestão da informação e a estratégia da universidade orienta o desenvolvimento de conhecimentos e competências. Os líderes de todos os níveis revisam regularmente a estratégia com os funcionários e tomam as ações corretivas necessárias. O desenvolvimento de recursos humanos está claramente ligado à estratégia organizacional.

Dependendo da tarefa, o pessoal dedica grande parte do seu tempo de trabalho com atividades relacionadas com a informação e a comunicação. Portanto, no entendimento de North e Scharle (2020), sistemas eficazes de informação e comunicação desempenham um papel crucial na prestação de serviços. Os sistemas de informação têm de apoiar tarefas de gestão e operacionais. As atividades gerenciais estão focadas na tomada de decisões e necessitam de boas análises para embasar as decisões. É necessário reunir informações de múltiplas fontes e tirar conclusões com a maior precisão possível. O desafio é levar informações de várias fontes ao ponto de ação. Tais atividades requerem

um bom suporte ao processo de gestão da informação e a disponibilidade e acessibilidade às informações.

Os líderes do ápice estratégico, por exemplo, não devem precisar navegar em enormes quantidades de informação, mas devem ter os documentos e serviços de informação mais relevantes ao seu alcance, num formato bem-preparado.

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Esta seção define o delineamento da pesquisa e, portanto, abrange o tipo de pesquisa quanto aos seus objetivos e a sua abordagem de avaliação e o método de coleta e análise das informações. A pesquisa é uma atividade de indagação e descoberta, desenvolvida em um processo contínuo e intrinsecamente inacabado, apoiada por procedimentos metodológicos. O pesquisador deve explicar com segurança suas descobertas por meio do método científico, o qual é um conjunto de atividades sistemáticas e racionais que visam produzir conhecimento válido e verdadeiro, identificando erros e orientando as decisões científicas de forma mais segura e econômica. (Marconi; Lakatos, 2022).

3.1 ABORDAGEM DA PESQUISA

Quanto à natureza, esta pesquisa é **aplicada**, pois visa gerar conhecimento para aplicação prática, propondo soluções para problemas reais e específicos. Esse tipo de pesquisa possibilita ao pesquisador se aprofundar na investigação com o objetivo de resolver questões identificadas que requerem soluções práticas. De acordo com Vergara (2010), a pesquisa aplicada tem como finalidade a prática e geralmente é motivada por uma necessidade imediata. Segundo Thiollent (2009), ela está empenhada na elaboração de diagnósticos, identificação de problemas e busca de soluções. Responde a uma demanda formulada por clientes, atores sociais ou instituições.

Quanto aos objetivos, caracteriza-se como pesquisa **descritiva.** Gil (2008) explicita que esse tipo de pesquisa tem como objetivo primordial descrever as características de uma determinada população ou fenômeno, bem como estabelecer relações entre variáveis. Requer, portanto, elevado domínio sobre o tema que está sob investigação.

Assume a abordagem de avaliação **qualiquantitativa**, esse método misto é descrito por Creswell (2007) como a necessidade de esclarecer dados quantitativos e qualitativos em um único estudo. Gil (2008) expõe que são desenvolvidas com o objetivo de proporcionar visão geral, de tipo aproximativo, acerca de determinado fato.

Quanto ao método, é uma pesquisa **documental**, pois utilizará como principais fontes de coleta de informações os dispositivos legais, principalmente os relatórios do Enade. Além disso, considerando que a UFPE é regulada pelo Governo Federal, foi realizado um levantamento de documentos legais, incluindo legislações e

regulamentações internas. Os resultados deste levantamento estão demonstrados no Quadro abaixo.

Quadro 7 - Documentos que fundamentaram a pesquisa

Documento	Descrição	Ano
Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004	Institui o SINAES e dá outras providências	2004
Portaria nº 2.051, de 9 de julho de 2004	Regulamenta os procedimentos de avaliação do SINAES, instituído na Lei no 10.861, de 14 de abril de 2004.	2004
Portaria CONAES Nº106, de 23 de julho de 2004	Apresenta a composição da Comissão Assessora de Avaliação Institucional e suas atribuições.	2004
Roteiro de Autoavaliação	Destina-se às Comissões Próprias de Avaliação (CPAs) e à comunidade de professores, estudantes e técnico-administrativos das IES brasileiras.	2004
RESOLUÇÃO N° 03/2012	Institui o Fórum dos Coordenadores de Cursos de Graduação da Universidade Federal de Pernambuco	2012
Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017	Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação das instituições de educação superior e dos cursos superiores de graduação e de pós-graduação no sistema federal de ensino.	2017
B.O. UFPE, Recife, 53 (067 Especial): 01 – 60 25 de Julho De 2019	Estatuto e Regimento Geral da Universidade Federal de Pernambuco	2019
Resolução nº 1, de 12 de abril de 2024	Aprova o Regimento da Reitoria da Universidade Federal de Pernambuco.	2024
Resolução nº 02/2003 do CEPE	Regulamenta a administração da graduação na Universidade e dá outras providências.	2003
Portaria Normativa nº 6, de 1º de julho de 2025	Aprova a Estrutura Regimental da Diretoria de Avaliação Institucional	2025

Fonte: a pesquisa (2025).

3.2 COLETA DE INFORMAÇÕES

Além da consideração da legislação vigente, foram duas as fontes de coleta das informações:

a) Relatório do Enade do período entre 2018 e 2022.
b) Aplicação de um questionário para os servidores que atuam no âmbito da gestão administrativa e acadêmica da UFPE, com relação direta com os cursos, objeto deste estudo.

3.2.1 Relatório do Enade

Os relatórios do Enade, utilizados como base nesta pesquisa, constituem documentos públicos elaborados e disponibilizados pelo Inep. Esses relatórios apresentam uma estrutura padronizada composta por cinco capítulos, os quais fornecem um conjunto de informações relevantes sobre o desempenho dos estudantes, o perfil dos concluintes e os indicadores de qualidade dos cursos de graduação. O Inep disponibiliza relatórios abrangendo os resultados do Enade, divididos em dois tipos:

a) Por curso,
b) Por IES.

Para este estudo foram utilizados os Relatórios de IES, os quais seguem a seguinte estrutura:

Capítulo 1: Número de Participantes da IES por Curso e Município;
Capítulo 2: Síntese dos Resultados da Prova;
Capítulo 3: Comparação das Médias dos Cursos da IES no Município com as Médias do Brasil;
Capítulo 4: Resultados do Questionário do Estudante;
Capítulo 5: Opinião dos Estudantes Concluintes sobre a IES no Município.

Inicialmente, planejava-se abordar os últimos três ciclos do Enade (cada ciclo abrangendo três anos), entretanto só foi possível abordar dois ciclos, devido a inconsistências nos relatórios disponibilizados. Como se lê na relação abaixo, alguns cursos foram avaliados, uma, duas ou três vezes nos ciclos entre 2016 e 2018:

a) Serviço Social: Avaliado três vezes em dois ciclos (2016, 2018, 2022);
b) Educação Física (Bacharelado): Avaliado 3 vezes (2016, 2019, 2021);
c) Arquitetura e Urbanismo: Avaliado em 2017 e 2019;
d) Engenharia: Avaliado em 2017 e 2019;
e) Design: Avaliado em 2018 e 2021;
f) Física (Bacharelado): Avaliado uma vez em dois ciclos.

Outrossim, devido à pandemia, o Enade 2020 não foi realizado. Portanto, os resultados apresentados na relação acima incluem os anos de 2016, 2017, 2018, 2019, 2021 e 2022.

Devido a um quantitativo muito expressivo de cursos da UFPE participantes do Enade no período entre 2016 e 2022, delimitou-se, para análise, unicamente os cursos de graduação integrados ao CCSA. A lista dos 60 cursos avaliados no referido período pode ser visualizada no APÊNDICE 2. Ademais, além de contar com uma amostra significativa

de cursos participantes, o CCSA é sede do Mestrado em Gestão Pública. Foram delimitados os ciclos que compreendem o período de 2018 a 2022.

Os cursos do CCSA participantes do Enade 2018-2022 e que foram objeto de análise foram:

- Administração;
- Ciências Contábeis;
- Ciências Econômicas;
- Secretariado Executivo;
- Serviço Social;
- Turismo.

Registra-se que, nos relatórios de 2018 e 2022, não foram observadas alterações nas notas finais referentes ao conceito Enade. Contudo, verifica-se que, em 2018, a apuração era apresentada com duas casas decimais, enquanto em 2022 passou a ser expressa com três casas decimais, conforme demonstrado nos quadros a seguir.:

Quadro 8 – Conceito Enade x Notas finais – Ano 2018

Conceito ENADE	Notas finais
1	0,0 a 0,94
2	0,95 a 1,94
3	1,95 a 2,94
4	2,95 a 3,94
5	3,95 a 5,0
Sem Conceito	

Fonte: Relatório de IES do Enade – 2018

Quadro 9 – Conceito Enade x Notas finais – Ano 2022

Conceito ENADE	Notas finais
1	0 a 0,944
2	0,945 a 1,944
3	1,945 a 2,944
4	2,945 a 3,944
5	3,945 a 5
Sem Conceito	

Fonte: Relatório de IES do Enade – 2022

Ressalta-se que todas as análises foram realizadas considerando duas casas decimais, não havendo, portanto, alterações nos resultados finais.

3.2.2 Aplicação de questionário

Os questionários aplicados nesta dissertação foram elaborados com base nas etapas do processo de gestão da informação delineadas por Choo, com ênfase nas fases de disseminação e uso das informações, correspondentes às etapas finais do referido modelo.

Os respondentes foram constituídos por gestores administrativos e acadêmicos, responsáveis pela elaboração e implementação de políticas institucionais e pela condução e coordenação dos cursos de graduação, conforme detalhado a seguir:

a) Gestores Indiretos ao processo pedagógico do curso

- Reitor da UFPE, autoridade máxima da instituição, com papel estratégico na definição e implementação de políticas acadêmicas e institucionais.
- Pró-Reitoria de Graduação (Prograd), que supervisiona e orienta as diretrizes institucionais para a educação superior, incluindo a utilização das informações do Enade para a melhoria dos cursos.
- Diretoria de Avaliação Institucional (DAI): Diretor, que tem por função a coordenação do sistema de avaliação realizando a análise dos dados institucionais para formulação de políticas de ensino, de pesquisa e de extensão da UFPE. A diretoria foi instituída a partir do novo Regimento da Reitoria da UFPE, aprovado pela Resolução nº 1, de 12 de abril de 2024. De acordo com esse regimento, a Diretoria de Avaliação Institucional é definida como uma unidade estratégica vinculada ao Gabinete do Reitor, com a finalidade de coordenar o sistema de avaliação institucional e realizar a análise de dados com vistas à formulação de políticas de ensino, pesquisa e extensão na Universidade.
- Coordenação de Informações Gerenciais: subordinada à Diretoria de Avaliação Institucional, tem como competências a coordenação da análise e divulgação de informações institucionais relativas ao ensino, à pesquisa e à extensão; a proposição, acompanhamento e análise de indicadores que apoiem os processos de avaliação institucional; e a contribuição direta na construção de instrumentos avaliativos, bem como na coleta, análise e publicação dos dados resultantes. Também é responsável pela consolidação e atualização das informações institucionais no sistema do Censo da Educação Superior do MEC e junto às agências nacionais e internacionais responsáveis pelos rankings acadêmicos. Além disso, realiza pesquisas e estudos estatísticos que subsidiam o aprimoramento das políticas institucionais. Essas atribuições estão formalizadas

na Portaria Normativa nº 6, de 1º de julho de 2025, que aprova a estrutura regimental da Diretoria de Avaliação Institucional.

- Diretor e vice-diretor, responsáveis pela coordenação geral das atividades acadêmicas e administrativas do centro. Entende-se serem agentes devidamente qualificados e detentores de autoridade institucional para fornecer informações relevantes quanto à utilização dos resultados do Enade nos processos decisórios no âmbito do Centro.

b) Gestores diretos ao processo pedagógico do curso

- Coordenadores dos cursos de Administração, Ciências Contábeis, Ciências Econômicas, Secretariado Executivo, Serviço Social e Turismo, que têm participação direta na gestão acadêmica dos cursos submetidos à avaliação do Enade no período analisado nesta pesquisa. A Resolução Nº 02/2003 do Conselho Coordenador de Ensino, Pesquisa e Extensão da UFPE, no seu art. 9º, destaca as competências do coordenador de curso e pode ser lida no ANEXO 1.

A função e as competências de cada um dos respondes estão estabelecidas no Estatuto e Regimento Interno da UFPE.[3]

A seleção desses participantes se justifica pela posição estratégica que ocupam na gestão administrativa e acadêmica, sendo diretamente envolvidos em processos decisórios, nos quais as decisões podem (ou não) ser tomados com base nas informações constantes nos relatórios do Enade. A pesquisa buscou compreender como as informações do Enade são utilizadas na gestão acadêmica e institucional, considerando as percepções e experiências desses gestores em seus respectivos cargos.

Os questionários disponíveis no APÊNDICE 1 foram estruturados para cada grupo de respondentes da relação acima, composto exclusivamente por perguntas fechadas. Esse formato foi escolhido para garantir a objetividade das respostas, facilitar a análise dos dados e minimizar a variabilidade na interpretação das questões pelos participantes.

O questionário foi disponibilizado em formato eletrônico, permitindo fácil acesso e preenchimento pelos participantes. A estimativa média de tempo para resposta era de aproximadamente 15 minutos, buscando equilibrar a abrangência das informações coletadas com a praticidade para os respondentes.

As perguntas foram elaboradas de forma clara e direta, abordando aspectos relacionados ao uso das informações do Enade na gestão acadêmica e institucional.

[3] Estatuto e Regimento Geral da UFPE: https://www.ufpe.br/documents/38962/1870976/bo67.pdf

Para garantir a adesão dos participantes, foram fornecidas orientações claras no início do questionário, explicando sua importância e assegurando o sigilo das respostas. Além disso, o envio de lembretes foi realizado para reforçar a participação dentro do prazo estipulado. Os questionários foram enviados por e-mail, e foi realizada busca ativa para alcançar os respondentes.

Para esta aplicação, foi utilizada a ferramenta Google Forms. Essa escolha se deve à sua facilidade de uso (é uma ferramenta intuitiva), gratuidade, interface amigável, segurança (visto que será acessada através do e-mail institucional) e à praticidade na tabulação dos dados coletados (que são automaticamente resumidos em gráficos e tabelas).

3.2.3 Amostra e critérios de inclusão e exclusão

A amostra composta por 12 participantes distribuídos entre diferentes gestores administrativos e acadêmicos se traduz em subconjunto representativo dos servidores da UFPE que estão envolvidos mais diretamente com o Enade.

Uma vez que a pesquisa foi bem direcionada a determinados respondentes, os critérios de inclusão e exclusão foram os seguintes:

a) Critérios de inclusão:
- Profissionais que ocupam cargos de coordenação, direção ou alta gestão na instituição.
- Servidores ativos, vinculados formalmente à instituição no período da pesquisa.
- Participantes que concordaram com os termos da pesquisa e autorizarem o uso de suas respostas.

b) Critérios de exclusão:
- Servidores afastados ou licenciados durante o período da pesquisa.
- Indivíduos que não responderem ao questionário dentro do prazo estabelecido.
- Participantes que não concordarem com os termos da pesquisa.

3.4 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO

Para a análise e interpretação das informações coletadas foram utilizados diferentes *software* e técnicas. A análise das respostas dos questionários foi realizada por

meio da estatística descritiva. Segundo Freund e Simon (2000), a estatística descritiva será aplicada sempre que houver necessidade de coletar, processar, interpretar e apresentar dados numéricos.

Inicialmente foi construído um banco de dados com as informações provenientes dos relatórios do Enade. Como já dito anteriormente, o Inep disponibiliza relatórios abrangendo os resultados do Enade por curso ou por IES. Nesta pesquisa optou-se pelo relatório por IES. Para as informações do banco de dados, foi utilizado o Power BI, um *software* usado para transformar dados brutos em *insights* visuais e interativos. O software permite criar *dashboards*, relatórios e visualizações que ajudam a tomar decisões.

Assim sendo, o Banco de Dados foi construído seguindo com as informações mencionadas no Quadro 8.

Quadro 10 - Informações para construção do banco de dados

Capítulo 1 - Número de participantes da IES, por curso e município. - Número de participantes da IES por curso: população x presentes
Capítulo 2 - Síntese dos resultados da prova. - Distribuição dos conceitos por curso
Capítulo 3 - Comparação das médias dos cursos da IES no município com as médias do Brasil. - Comparação entre as médias dos cursos da IES no Município e a média do Brasil - estudantes concluintes - Comparação entre as médias dos cursos da IES no Município e a média do Brasil, em Formação Geral - estudantes concluintes - Comparação entre as médias dos cursos da IES no Município e a média do Brasil, no Componente de Conhecimento Específico - estudantes concluintes
Capítulo 4 - Resultados do questionário do estudante. -Verifica a distribuição percentual de estudantes da Área para o curso sobre: a) Sexo e raça ou cor. b) Renda familiar. c) A escolaridade do pai. d) A escolaridade da mãe. e) Bolsa de estudo ou financiamento. f) Auxílio permanência. g) Algum tipo de bolsa acadêmica recebida.
Capítulo 5 - Opinião dos estudantes concluintes sobre a IES no município. - Referenciais curriculares do curso associados à formação crítico-reflexiva, cidadã e ética para o exercício profissional. Verifica o percentual de estudantes que consideram que: a) As disciplinas cursadas contribuíram para sua formação integral, como cidadão profissional. b) Os conteúdos abordados nas disciplinas do curso favoreceram sua atuação em estágios ou em atividades de iniciação profissional. c) As metodologias de ensino utilizadas no curso os desafiaram a aprofundar conhecimentos e desenvolver competências reflexivas e crítica. d) O curso contribuiu para o desenvolvimento da sua consciência ética para o exercício profissional. e) O curso possibilitou aumentar sua capacidade de reflexão e argumentação. f) O curso promoveu o desenvolvimento da sua capacidade de pensar criticamente, analisar e refletir sobre soluções para problemas da sociedade. g) Os planos de ensino apresentados pelos professores contribuíram para o desenvolvimento das atividades acadêmicas e para seus estudo. h) As referências bibliográficas indicadas pelos professores nos planos de ensino contribuíram para seus estudos e aprendizagem.

- Oportunidades para extensão universitária, iniciação científica e intercâmbios e/ou estágios no país e fora do país. Verifica o percentual de estudantes que consideram que: a) Foram oferecidas oportunidades para os estudantes participarem de programas, projetos ou atividades de extensão universitária. b) Foram oferecidas oportunidades para os estudantes participarem de projetos de iniciação científica e de atividades que estimularam a investigação acadêmica. c) O curso favoreceu a articulação do conhecimento teórico com atividades práticas. d) Foram oferecidas oportunidades para os estudantes realizarem intercâmbios e/ou estágios no país. e) Foram oferecidas oportunidades para os estudantes realizarem intercâmbio e/ou estágios fora do país.

Fonte: elaborado pela autora (2025).

A construção do banco de dados foi realizada de forma minuciosa e detalhada, por se tratar da base para um modelo de um processo de Gestão da Informação.

3.5 APROVAÇÃO DO COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

O projeto desta pesquisa foi submetido à Plataforma Brasil, sistema oficial para análise e monitoramento pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da UFPE, vinculado ao Conselho Nacional de ética em Pesquisa (CONEP). O CEP verifica se a documentação está completa e adequada, podendo solicitar ajustes antes de iniciar a análise ética. Um membro do CEP é designado para analisar o projeto e emitir um parecer. O relator avalia os aspectos éticos da pesquisa, considerando riscos, benefícios e o respeito aos direitos dos participantes. O relator apresenta o parecer na reunião colegiada do CEP, onde é discutido e emitido um parecer final.

O parecer divulgado na Plataforma Brasil, informando a decisão do CEP sobre a aprovação do projeto desta pesquisa consta no processo CAAE: 86564925.5.0000.5208, Número do Parecer: 7.585.950, aprovado em 22 de maio de 2025.

4. RESULTADOS E DISCURSSÕES

Esta seção expõe os resultados da pesquisa, articulando-os com a discussão teórica pertinente. Para fins de sistematização, os achados foram organizados conforme os objetivos específicos que nortearam o estudo:

a) **Identificação das partes interessadas e do seu interesse nas informações do Enade.**
b) **Proposição de um processo de gestão da informação**.
c) **Diretrizes para a institucionalização do processo de gestão do conhecimento**.

A identificação das partes interessadas foi realizada por meio da análise dos capítulos 1 a 5 dos Relatórios do Enade por IES. Esses capítulos evidenciam que, embora os atores envolvidos — como coordenadores de curso, gestores institucionais e órgãos reguladores — possuam demandas informacionais distintas, todos compartilham o objetivo comum de promover a qualidade do ensino superior no Brasil.

Adicionalmente, os interesses específicos de cada grupo foram examinados mediante a aplicação de questionários, cujo propósito era verificar:

- O acesso às informações contidas nos relatórios;
- A utilização efetiva desses dados;
- A percepção de relevância atribuída às informações disponibilizadas.

As análises supracitadas não apenas atenderam ao primeiro objetivo, mas também subsidiaram a elaboração de um modelo de gestão da informação baseado nos relatórios do Enade.

Entende-se por gestão da informação a aplicação de princípios administrativos aos processos de coleta, organização, controle, disseminação e uso de dados estratégicos, com vistas a embasar a tomada de decisão em organizações de qualquer natureza. Neste estudo, os relatórios do Enade serviram como base para mapear as necessidades informacionais das partes interessadas. Em seguida, as informações foram:

- Organizados e categorizados;
- Representados em formatos acessíveis;
- Transformados em produtos e serviços informacionais, adaptados às demandas identificadas.

Essa abordagem visa não apenas à disseminação eficiente das informações, mas também ao seu uso efetivo na melhoria contínua dos cursos de graduação.

4.1IDENTIFICAÇÃO DAS PARTES INTERESSADAS

Os resultados do Enade interessam a diversos partes interessadas(*stakeholders*), que são afetadas diretamente pela gestão acadêmica, pelas políticas de pesquisa ensino e extensão, pela política de informação da UFPE e pela sua imagem institucional. Dias Sobrinho (2003, p. 60) destaca que: “Os resultados das avaliações devem apresentar indicadores que demonstrem que as metas estabelecidas foram cumpridas e que são eficientes”. Isto posto, pode-se compreender que os resultados do Enade têm grande valor na construção do conhecimento sobre a própria realidade da UFPE e dos grupos de interesse.

Os respondentes do questionário, como descrito na seção dos procedimentos metodológicos, são as partes mais diretamente interessadas nos relatórios do Enade do CCSA. A eles cabe a tomada de decisão sobre agir ou não agir a partir das informações registradas no documento. São os gestores com mais autoridade formal e institucional para realizar alterações nos cursos ou na universidade, com base nas informações do Enade.

Mediante os relatórios do Enade, podemos considerar que está havendo uma maior viabilização de acesso à informação. Porém, “o acesso à informação não significa o acesso ao conhecimento.” (Bernardino, 2015, p. 21). Os relatórios do Enade são produzidos para compartilhar a informação com as partes interessadas das IES. Portanto, a informação pode, ou não, ser acessada, analisada e transformada em conhecimento. Para Luckesi (2011, p. 154), conhecimento é “a compreensão inteligível da realidade, que o sujeito humano adquire através de sua confrontação com essa mesma realidade”. Para o autor, o conhecimento é construído quando “ a realidade exterior adquire, no interior do ser humano, uma forma abstrata pensada, que lhe permite saber e dizer o que essa realidade é”.

Todavia, outras partes interessadas também se mostram relevantes, embora suas necessidades de informação variem conforme suas funções institucionais. Por meio de análise documental dos Relatórios de IES e Relatórios de Curso do Enade, resoluções internas da UFPE, além de portarias e normativas do Inep e da UFPE, foi possível identificar os seguintes stakeholders:

a) Discentes,

Identificados como parte central do processo avaliativo do Enade, são os principais respondentes do Exame, tanto na prova quanto no Questionário do Estudante. A importância dessa parte interessada está explícita nos Relatórios de Curso do Enade, que analisam o desempenho dos estudantes e suas percepções sobre a formação recebida.

b) Docentes

São avaliados indiretamente por meio das respostas dos discentes ao Questionário do Estudante, como evidenciado nas perguntas: “Os planos de ensino apresentados pelos professores contribuíram para o desenvolvimento das atividades acadêmicas e para seus estudos” e “As referências bibliográficas indicadas pelos professores nos planos de ensino contribuíram para seus estudos e aprendizagens”. A presença dos docentes como parte interessada decorre da leitura desses instrumentos disponíveis nos relatórios do Enade e na composição dos cursos.

c) Membros do Núcleo Docente Estruturante (NDE)

De acordo com a Resolução UFPE nº 01/2013, art. 2º, inc. I, compete ao NDE assessorar a coordenação do curso nos processos de implantação, avaliação e atualização do PPC. Assim, ao receber os resultados do Enade, os membros do NDE podem utilizá-los como subsídio para refletir e propor melhorias no currículo. Essa relação também é destacada nos Relatórios de IES, que indicam a necessidade de refletir sobre os compromissos político-pedagógicos da instituição.

d) Membros da Comissão Própria de Avaliação (CPA)

Nos Relatórios de IES do Enade, o Inep afirma que as informações do Enade devem ser integradas às avaliações internas realizadas pela CPA, fortalecendo os processos institucionais de autoavaliação. A CPA, portanto, é identificada como parte interessada na medida em que as informações provindas do Enade subsidiam sua atuação.

e) Diretores dos outros Centros

Segundo o Estatuto da UFPE, art. 57, inc. IV, compete ao Diretor coordenar e atuar para a melhoria das atividades de ensino, pesquisa, extensão e gestão. O uso das informações do Enade pode, portanto, auxiliar na formulação de estratégias para a melhoria contínua das ações acadêmicas no âmbito dos Centros.

f) Estudantes candidatos aos cursos ofertados na UFPE

Conforme descrito no Relatório de Cursos do Enade, os resultados do exame, em conjunto com o Questionário do Estudante, subsidiam decisões de gestores, formulação de políticas públicas e também influenciam na escolha dos estudantes por determinados cursos. Assim, esses candidatos utilizam os resultados como referência para a tomada de decisão.

g) Coordenadores de Curso dos outros Centros

De acordo com a Resolução UFPE nº 03/2012, que institui o Fórum dos Coordenadores de Cursos de Graduação, art. 3º, inc. IV, o Fórum tem como objetivo socializar experiências exitosas e buscar soluções inovadoras para o ensino. Nesse contexto, as informações do Enade podem ser utilizadas como insumo para discussões coletivas e formulação de estratégias de melhoria entre os coordenadores de cursos.

4.2 O INTERESSE DAS PARTES INTERESSADAS NAS INFORMAÇÕES DO ENADE

Esta seção apresenta uma análise das informações provenientes dos questionários aplicados às partes interessadas como apresentado no Quadro 9. As análises visaram compreender como as partes interessadas percebem, valorizam, acessam e utilizam as informações oriundas dos relatórios do Enade no âmbito da gestão universitária e dos cursos.

Quadro 11 - Relação dos respondentes e taxa de retorno

Nível gerencial	Participantes (questionários enviados)	Respondentes	%
Gestão Indireta do Curso de Graduação	Reitor Pró-Reitora de Graduação (Prograd), Diretor de Avaliação Institucional, Coordenadora de Informações Gerenciais Diretor de Centro (CCSA) Vice-diretor de Centro (CCSA) Subtotal: 6	04	66,7%
Gestão Direta do Curso de Graduação	Coordenadores dos cursos: Administração Ciências Contábeis Ciências Econômicas Secretariado Executivo Serviço Social Turismo Subtotal: 6	06	100%

Fonte: Elaborado pela autora com dados da pesquisa (2025).

No Quadro 9 é apresentada um panorama das questões abordadas nos questionários com as correspondentes respostas dos respondentes. A análise descritiva dos questionários aplicados aos coordenadores de curso, diretor/vice-diretor do CCSA e membros da Reitoria permitiu identificar convergências e divergências na forma como cada grupo percebe, utiliza e valoriza as informações provenientes dos relatórios do Enade.

Quadro 12 – Perguntas e respostas dos stakeholders de acordo com a escala de concordância

N	Perguntas	Gestão Direta dos Cursos de Graduação	Gestão Indireta dos Cursos de Graduação	
		Coordenadores de Curso	Diretor / Vice-Diretor CCSA	Reitoria
1	Há quanto tempo você exerce a função?	Menos de 1 ano: 2 1 a 3 anos: 2 3 a 5 anos: 2	Ambos 3 a 5 anos	Ambos menos de 1 ano
2	Você já foi coordenadora ou coordenador de curso em outras ocasiões?	Não: 1 Sim 5	Não se aplica	Não se aplica
3	Você já utilizou relatórios do ENADE para planejar ações?	Não: 3 Sim: 3	Não: 1 Sim: 1	Não: 1 Sim: 1
4	Você conhece os relatórios de resultados do ENADE em detalhes?	Não: 4 Sim: 2	Não: 1 Sim: 1	Não se aplica
5	Você considera importante saber quantos estudantes do participaram do ENADE?	4 Concordam Totalmente 1 Concorda 1 Não concorda nem discorda	2 Concordam	1 Concorda Totalmente 1 Concorda
6	A quantidade de participantes do curso é relevante para avaliar a representatividade dos resultados?	5 Concordam Totalmente 1 Concorda	1 Concorda Totalmente 1 Concorda	2 Concordam Totalmente
7	Você considera relevante conhecer o desempenho médio dos estudantes do seu curso no ENADE?	5 Concordam Totalmente 1 Concorda	1 Concorda Totalmente 1 Concorda	2 Concordam Totalmente
8	Os resultados do ENADE são úteis para identificar áreas do curso que precisam de melhorias?	5 Concordam Totalmente 1 Concorda	1 Não concorda nem discorda 1 Concorda	2 Concordam Totalmente
9	Você considera importante comparar o desempenho do curso com as médias estaduais, regionais e nacionais?	4 Concordam Totalmente 2 Não concordam nem discordam	1 Concorda Totalmente 1 Concorda	2 Concordam Totalmente
10	Informações sobre o desempenho em Formação Geral e Conhecimento Específico ajudam a avaliar a eficácia do currículo?	3 Concordam Totalmente 1 Não concorda nem discorda 2 Discordam	2 Concordam	2 Concordam Totalmente
11	Informações sobre o perfil socioeconômico dos estudantes ajudam a planejar políticas de apoio e permanência nos cursos?	3 Concordam Totalmente 3 Concordam	1 Concordam Totalmente 1 Concorda	1 Concorda Totalmente 1 Concorda
12	Informações sobre auxílios financeiros recebidos pelos estudantes são úteis para compreender as condições de permanência do aluno no curso?	2 Concordam Totalmente 3 Concordam 1 Não concorda nem discorda	1 Concorda 1 Discorda	1 Concorda Totalmente 1 Concorda
13	Você considera importante saber a percepção dos estudantes concluintes sobre as metodologias de ensino e a qualidade do curso?	3 Concordam Totalmente 3 Concordam	1 Concorda 1 Não concorda nem discorda	2 Concordam Totalmente

14	Informações sobre oportunidades de extensão, iniciação científica e estágios são relevantes para planejar melhorias no curso?	2 Concordam Totalmente 2 Concordam 1 Não concorda nem discorda 1 Discorda	2 Concordam	1 Concorda Totalmente 1 Concorda
15	Você utilizaria as informações do ENADE para planejar melhorias da graduação?	2 Concordam Totalmente 3 Concordam 1 Não concorda nem discorda	1 Concorda 1 Discorda	2 Concordam Totalmente
16	Os resultados do ENADE podem ser usados para justificar solicitações de melhorias em infraestrutura e recursos para o curso?	4 Concordam Totalmente 2 Concordam	1 Concorda 1 Discorda	2 Concordam Totalmente
17	Você acredita que as informações do ENADE são úteis para embasar ações que visem melhorar a qualidade do ensino no curso?	2 Concordam Totalmente 4 Concordam	2 Concordam	Não se aplica
18	Os resultados do ENADE podem embasar distribuição dos recursos aos centros, especificando inclusive os cursos que devem ser atendidos?	Não se aplica	Não se aplica	2 Concordam Totalmente
19	Em sua opinião, os resultados do ENADE são divulgados pela UFPE adequadamente?	1 Concorda Totalmente 2 Não concordam nem discordam 2 Discorda 1 Discorda Totalmente	1 Concorda 1 Discorda	2 Concordam Totalmente
20	Você acredita que as informações do ENADE são úteis para fortalecer a imagem da universidade em rankings e avaliações externas?	Não se aplica	Não se aplica	2 Concordam Totalmente
21	Você recebeu alguma orientação para ter acesso aos resultados do Enade do seu curso?	Não: 3 Sim: 2 Não lembro: 1	Não se aplica	Não se aplica
22	Em sua opinião, os resultados do ENADE são divulgados para os grupos de interesses internos (alunos, docentes, coordenadores, NDEs, diretores de centro) e externos (futuros discentes e sociedade civil) adequadamente?	Não se aplica	Não se aplica	1 Concorda Totalmente 1 Concorda
23	Os resultados do Enade geram um volume enorme de informações. Você acredita que a UFPE se beneficiaria definindo um setor/serviço responsável pela análise e uso dessas informações?	2 Concordam Totalmente 4 Concordam	1 Concorda 1 Não concorda nem discorda	1 Concorda Totalmente 1 Concorda

Fonte: a pesquisa (2025).

Legenda:

Escala de Concordância = A pergunta utilizou a escala:

DT (Discordo totalmente), D (Discordo), NCD (Não concordo nem discordo), C (Concordo), CT (Concordo totalmente).

Não se aplica = A pergunta não foi direcionada ao respectivo grupo.

Hunt e Zartarian (1990) destacam que 95% da informação útil é pública e acessível. No entanto, o uso efetivo desses dados depende não apenas de sua disponibilidade, mas também de fatores como clareza na apresentação, relevância para o público e capacidade de compreensão e aplicação. A simples disponibilização, portanto, é condição necessária, mas não suficiente.

No contexto acadêmico, os Coordenadores de Curso são responsáveis pela gestão pedagógica, incluindo o uso de dados para melhorias. Entretanto, como revelou a pesquisa (Quadro 10), apenas metade deles afirmou utilizar as informações do Enade no planejamento de ações. Isso indica uma subutilização de recursos disponíveis, sugerindo a necessidade de estratégias mais eficazes para promover o aproveitamento desses dados.

Todos os respondentes reconheceram o valor estratégico das informações do Enade tanto para a gestão acadêmica dos cursos quanto para a administração universitária. Esse reconhecimento provavelmente está ligado à legitimidade institucional do Sinaes, reforçada pela transparência da prova e pela divulgação pública dos resultados.

Como destaca Frohmann (2004), a credibilidade de um relatório como fonte informativa depende de normas e práticas documentais que sustentem sua validade. Sem esses critérios, o potencial informativo dos dados ficaria comprometido.

Apesar disso, apenas dois coordenadores relataram ter recebido algum tipo de orientação sobre o acesso aos resultados do Enade. E a percepção sobre a adequação da divulgação dessas informações pela UFPE também é heterogênea e até contraditória. Os dois respondentes da Reitoria concordam totalmente com as estratégias de disseminação adotadas pela UFPE. Porém, os maiores interessados - os coordenadores de curso – não as consideram bem adequadas. Apenas um dos seis concordou totalmente (16,7%); dois deles não concordaram nem discordaram (33,3%); dois discordaram (33,3%) sobre a adequação das estratégias de disseminação; e um discordou totalmente (16,7%)

Portanto, pontos de fragilidade foram identificados. Se depender dos principais usuários das informações do Enade, as respostas ao questionário apontam que os produtos e serviços de informação atual da UFPE não estão agregando valor potencial à informação, tampouco motivando o seu uso na gestão acadêmica. Portanto, gráficos, relatórios, seminários, mapas, enfim, a customização da informação ao seu público-alvo, a visualização da informação, é o que torna esta fase importante e integrada ao processo de gestão da informação. Especialmente no que diz respeito ao compartilhamento das informações com os diversos grupos de interesse.

Os produtos e serviços de informação são consideráveis porque tratam diretamente de determinado assunto, mas também, segundo Choo (1994; 2024), por serem "diretos" em seus focos, orientação e formato, de maneira a dar a cada usuário, a sua respectiva e específica informação.

Importante ressaltar que todos os respondentes concordaram, embora em escalas de intensidades diferentes (ver Linha 23, Quadro 10), que a universidade se beneficiaria com a criação de um setor específico para análise, disseminação e uso das informações do Enade. Um ponto de consenso entre todos os grupos foi a defesa de um setor ou serviço específico para análise, interpretação e disseminação das informações do Enade, com atuação colaborativa junto a coordenadores, diretores e gestores da UFPE. Tal estrutura seria essencial para transformar as informações disponíveis em conhecimento útil e aplicável à melhoria da qualidade do ensino superior ofertado pela instituição.

Essa constatação reforça que, embora haja uma valorização das informações do Enade, o uso efetivo dessas informações ainda carece de institucionalização, fluxos, rotinas estruturadas e integração entre os níveis de gestão administrativa e acadêmica.

4.3 PROPOSIÇÃO DE UM PROCESSO DE GESTÃO DA INFORMAÇÃO

Como vimos, as informações produzidas pelo Sinaes estão disponíveis, mas não totalmente usadas. Todavia, os respondentes reconhecem sua relevância para a gestão dos cursos de graduação, evidenciando que os relatórios do Enade têm uma relação direta com o cotidiano das universidades.

Gestão da informação é um processo de várias etapas, cujo objeto de gestão é a informação. Ou seja, é a aplicação de princípios de gestão para a coleta, organização, controle, disseminação e uso de informações relevantes para o apoio ao processo decisório das organizações de todos os tipos. A literatura mostra diferentes autores e variados modelos de gerenciar a informação em uma organização (Le Coadic, 2004, Davenport; Prusak, 1998; Choo, 1998; Mcgee; Prusak, 1994).

A proposição deste modelo teórico metodológico segue as etapas propostas por Choo (1998) e assim sendo, segue as seguintes etapas:

1. Identificação das necessidades de informação;
2. Coleta das informações;
3. Organização e armazenamento da informação;
4. Disseminação da informação;
5. Uso da Informação.

6. Criação de produtos e serviços de informação;

A gestão da informação suscita novas práticas e nova forma de administrar a informação oriunda do Enade, bem como se estabelece uma nova lógica para pensar a construção do conhecimento sobre a situação do processo de ensino e aprendizagem. A grande questão que se coloca com as informações produzidas pelo Enade não é onde encontrar a informação, mas como oferecer acesso e, ao mesmo tempo, aprender e ensinar a selecioná-la, classificá-la, avaliá-la, interpretá-la e usá-la. Nesse contexto, o desafio é a passagem de um tipo de conteúdo, que era banco ou uma planilha de dados, para uma análise do seu conteúdo informativo.

Portanto, devido à relevância do uso das informações do Enade para comunidade acadêmica, faz-se necessário que as partes interessadas atendam as demandas dessa questão.

4.3.1 Necessidades de informações das partes interessadas

Os discentes são o centro do processo avaliativo e a principal fonte de informação. A inclusão da participação no Enade no histórico escolar é obrigatória para ingressantes e concluintes dos cursos de bacharelado, licenciatura e tecnológicos vinculados às áreas avaliadas na edição do exame, tornando sua participação indispensável.

Um bom desempenho no Enade valoriza o diploma no mercado de trabalho, ampliando oportunidades de emprego e melhores salários. Além disso, permite que os estudantes avaliem seus conhecimentos e identifiquem áreas que exigem maior dedicação.

Para os docentes, os resultados do Enade orientam ajustes curriculares e metodológicos, possibilitando a atualização do Projeto Pedagógico do Curso (PPC) em consonância com as demandas dos discentes e do mercado. O bom desempenho também fortalece a reputação do curso e contribui para a credibilidade dos professores, já que o Enade é um importante indicador da qualidade do ensino superior e influencia a percepção pública da instituição.

Adicionalmente, os dados socioeconômicos coletados — como renda, escolaridade dos responsáveis e bolsas recebidas — ajudam a compreender o perfil dos estudantes e suas realidades. Essas informações orientam ações de permanência e inclusão, refletindo diretamente nas condições acadêmicas do corpo discente.

A CPA utiliza as informações do Enade para monitorar e melhorar continuamente os indicadores de qualidade acadêmica da instituição. Essas informações servem como

base para os processos de autoavaliação institucional, essenciais ao Sinaes, Na prática, os resultados permitem à CPA avaliar políticas acadêmicas e administrativas, propondo ajustes com embasamento empírico.

Para o NDE, o Enade oferece *insights* valiosos sobre o desempenho dos cursos, destacando:

a) Aspectos pedagógicos: Desempenho em formação geral e conhecimentos específicos, identificando pontos fortes e fragilidades;
b) Percepção discente: Qualidade do ensino (metodologias, teoria versus prática), oportunidades de extensão, pesquisa e intercâmbio;
c) Formação integral: Contribuição do curso para o desenvolvimento ético e crítico dos estudantes.

Esses dados orientam o NDE na implementação de melhorias curriculares e gerenciais, assegurando alinhamento com as necessidades formativas.

A importância do Enade para os Diretores de Centro está ligada a vários pontos. Bons resultados no Enade contribuem para consolidar a reputação do centro acadêmico, o que pode atrair mais recursos, projetos e reconhecimento interno e externo. Os diretores têm um papel mediador entre os cursos e as instâncias superiores. Os resultados do Enade podem embasar discussões com a Prograd e a Reitoria para a melhoria das condições de ensino e infraestrutura.

Aos estudantes candidatos aos cursos ofertados na UFPE, um bom desempenho no Enade pode atrair mais estudantes para o curso, pois eles buscam cursos e universidades com boa reputação e qualidade acadêmica comprovada.

Os coordenadores de curso podem utilizar os resultados para sensibilizar os professores sobre a necessidade de revisões em práticas pedagógicas e estratégias de ensino. Informações sobre a captação e retenção de discentes. Uma IES com resultado de destaque tende a ser observada pelos estudantes que procuram boas referências universidades. Além disso, um bom conceito no Enade pode ser tratado em campanhas de divulgação para fortalecer a imagem da instituição.

Como responsável pela qualidade dos cursos de graduação, a Pró-reitora da Prograd deveria utilizar as informações do Enade para definir ações de melhoria para manter ou aumentar o conceito institucional. Além disso, o Enade fornece subsídios informacionais significativos para a revisão de políticas acadêmicas e pedagógicas e identifica necessidades específicas dos cursos para direcionar recursos para casos

distintos. Outrossim, bons resultados ajudam a aumentar o impacto de iniciativas voltadas à qualidade do ensino e à permanência estudantil.

Na condição de um *stakeholder* do ápice estratégico, o Reitor pode usar os resultados positivos para reforçar o prestígio da universidade em rankings e avaliações externas. Por exemplo, o Reitor pode comparar o desempenho médio dos cursos com outras universidades brasileiras, entendendo onde a UFPE está posicionada no contexto nacional. Considere-se, aqui, que os resultados do Enade impactam na captação de recursos, parcerias e na reputação da universidade no cenário nacional. O Enade serve como insumo para decisões de longo prazo, como a abertura de novos cursos ou a revisão de políticas institucionais e, portanto, os seus indicadores são fundamentais para ajustes no plano de desenvolvimento institucional (PDI). Ademais, os resultados do Enade ajudam a construir uma cultura institucional voltada à qualidade e à inovação.

Cada parte interessada identificada pode encontrar nas informações do Enade um motivo para refletir, avaliar e agir sobre suas respectivas esferas de responsabilidade. A relevância desses resultados está diretamente relacionada à sua capacidade de revelar padrões, evidenciar fragilidades e orientar melhorias no processo formativo. Nesse sentido, a apropriação crítica e sistemática das informações oriundas do Enade por parte desses grupos é um indicativo de maturidade institucional e compromisso com a qualidade da educação.

4.3.3 Coleta das informações

As informações foram coletas dos relatórios do Enade dos anos de 2018 e 2022, visando facilitar a leitura e a comparação dos dados ao longo do tempo. A seguir, são detalhadas as etapas de construção e analisados cada fase do painel, destacando suas contribuições para os objetivos da pesquisa.

4.3.4 Organização e classificação das informações

As informações foram organizadas e classificadas mediante a criação de um Painel Informacional. Para exemplo de sua aplicação, o painel informacional foi desenvolvido com base nos relatórios do Enade dos anos de 2018 e 2022, sobre os cursos de graduação do CCSA, tidos como objeto de estudo desta pesquisa.

O painel foi desenvolvido em duas etapas: uma versão preliminar, voltada para a visualização inicial dos dados, e uma versão final, aprimorada com a criação de

indicadores com o objetivo de tornar a informação mais analítica e útil para a tomada de decisão.

Versão preliminar: Acesse aqui

Versão final com indicadores: Acesse aqui

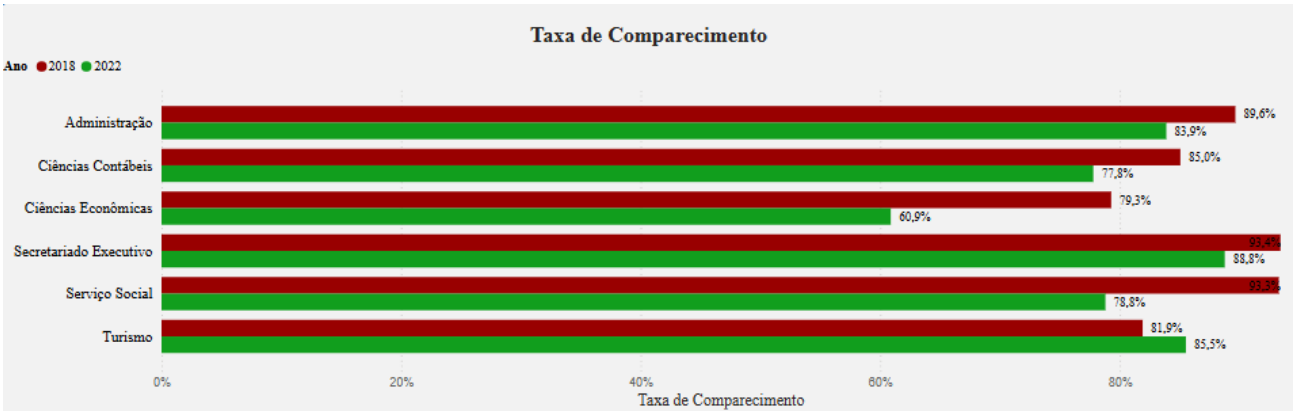
O painel informacional foi construindo em 5 capítulos, assim como foi o banco de dados, levando em consideração a estrutura dos relatórios do Enade. Segue algumas inferências feitas a partir da análise do painel.

4.3.4.1 Número de participantes da IES - cap. 1

O quantitativo de discentes que compareceram para realizar a prova do Enade é um indicador que revela a adesão dos alunos ao processo avaliativo, e pode indicar possíveis dificuldades logísticas ou de mobilização dos cursos e das instituições para realização da prova. Essa informação pode fornecer *insights* sobre o engajamento dos estudantes e indicar áreas que demandam mais atenção em termos de incentivo à participação.

Diante disto, calculamos o quantitativo da população e o quantitativo de presentes de cada curso e criamos o indicador "taxa de comparecimento", conforme Gráfico 1.

Gráfico 1 - Taxa de comparecimento 2018 – 2022



Fonte: a pesquisa (2025).

Note-se pelo Gráfico 1 que, tanto em 2018 quanto em 2022, o curso com a menor taxa de comparecimento foi o de Ciências Econômicas e o curso com a maior taxa foi o de Secretariado Executivo, com destaque para 2018, quando atingiu o índice mais alto entre os cursos analisados, chegando a 93,4%. Esse resultado sugere que foram implementadas estratégias eficazes de mobilização junto aos discentes. Lembrando que a participação na prova é obrigatória e que a ausência pode resultar em pendências na formação, impedindo a emissão do diploma até a regularização da situação.

4.3.4.2 Síntese do conceito Enade - Cap. 2

O Conceito Enade é calculado com base nas notas dos estudantes na prova, utilizando um método estatístico chamado afastamento padronizado. A nota final do curso considera dois fatores: o desempenho dos concluintes na Formação Geral (25% da nota) e no Componente Específico (75%), seguindo a proporção das questões da prova (10 e 30, respectivamente).

Os conceitos variam de 1 a 5, sendo que notas mais altas indicam melhor desempenho. (Gráfico 2)

Gráfico 2 - Conceito Enade 2018 - 2022

Curso	2018	2022	Situação
Administração	5	4	↓
Ciências Contábeis	3	4	↑
Ciências Econômicas	4	3	↓
Secretariado Executivo	2	4	↑
Serviço Social	5	5	→
Turismo	4	5	↑

Fonte: a pesquisa (2025).

A instituição pode usar esse indicador para planejar e implementar melhorias, como ajustes no currículo e no ensino, dando ênfase aos cursos que alcançaram notas mais baixas. Destaque para o curso de Secretariado Executivo, que subiu de conceito 2 para 4, e para Serviço Social, que manteve seu desempenho de excelência.

4.3.4.3 Resultado prova formação geral e conhecimento específico - Cap. 3

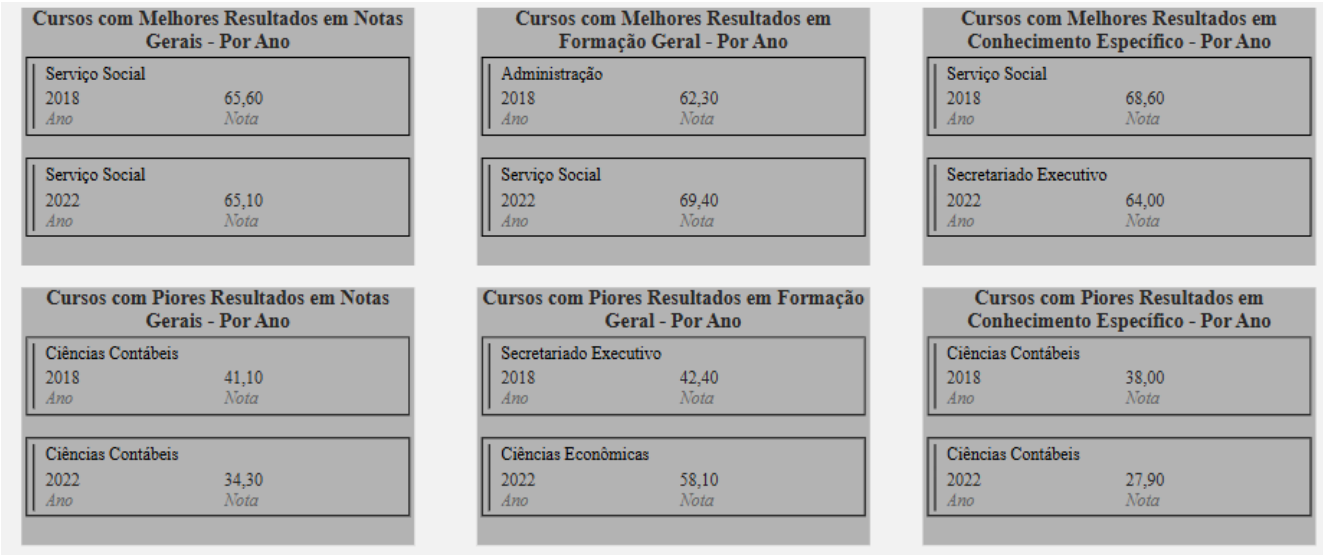
Aqui são comparadas as médias dos cursos da IES no município com as médias nacionais, considerando o desempenho dos concluintes nos componentes de Formação Geral e Conhecimento Específico.

Esses resultados são valiosos para os gestores, pois oferecem uma referência da qualidade dos cursos (Figura 8). Além disso, permitem avaliar o desempenho em cada componente da prova, ajudando a identificar pontos de melhoria na graduação. Também

auxiliam a gestão da IES a refletir sobre a qualidade do ensino ofertado e a verificar quantos cursos ficaram acima, na média, ou abaixo do desempenho nacional.

Os componentes de Formação Geral são comuns a todos os cursos e são estruturados em 10 questões, sendo duas discursivas e oito de múltipla escolha, envolvendo situações-problema e estudos de casos. Os componentes de Conhecimentos Específicos de cada área de avaliação são estruturados em 30 questões, sendo três discursivas e 27 de múltipla escolha, envolvendo situações-problema e estudos de casos.

Figura 8– Melhores e piores resultados em notas gerais, formação geral e conhecimento específico



Fonte: a pesquisa (2025).

Entre os cursos analisados, pelo que se vê na Figura 8, o curso de Serviço Social destacou-se por apresentar o melhor desempenho geral tanto em 2018 quanto em 2022, considerando a média dos componentes de Formação Geral e Conhecimento Específico.

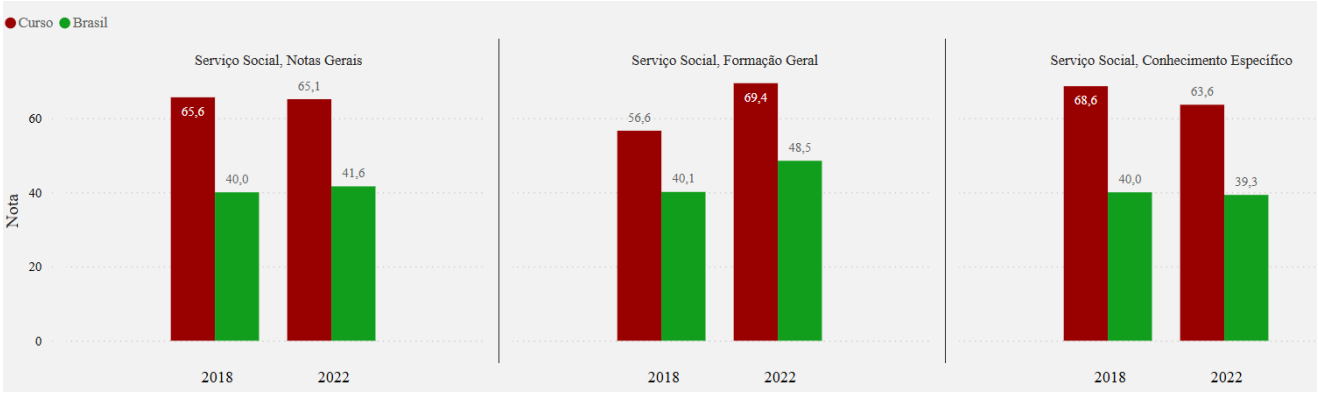
No que se refere à Formação Geral, observa-se que, em 2018, o curso de Administração obteve o melhor desempenho, enquanto, em 2022, o destaque foi o curso de Serviço Social. O bom desempenho nessa dimensão sugere que os discentes possuem competências essenciais para a formação superior, tais como capacidade de interpretação e análise crítica, conhecimento interdisciplinar e engajamento com temas contemporâneos. Esses resultados indicam que a instituição tem promovido o desenvolvimento de competências transversais, proporcionando uma formação mais abrangente, que transcende o domínio técnico específico da área. Por outro lado, os cursos de Secretariado Executivo, em 2018, e Ciências Econômicas, em 2022, apresentaram os

desempenhos mais baixos nesse componente, evidenciando a necessidade de atenção e possíveis intervenções para aprimoramento.

Em relação ao Componente de Conhecimento Específico, os cursos com melhor desempenho foram Serviço Social, em 2018, e Secretariado Executivo, em 2022. Esse resultado indica que os estudantes desses cursos demonstraram um domínio sólido dos conteúdos técnicos e práticos da área de formação, sugerindo que estão bem-preparados para o exercício profissional. Além disso, evidencia a qualidade da formação ofertada, bem como o alinhamento do curso às diretrizes curriculares estabelecidas. Por outro lado, o curso de Ciências Contábeis obteve os piores resultados nesse componente nos dois anos analisados, sinalizando a necessidade de acompanhamento institucional e a implementação de ações voltadas para a melhoria do ensino e do aprendizado.

O Curso de serviço social teve destaque tanto quando comparado com os cursos analisados, como quando verificamos a sua comparação, com o próprio curso, a nível nacional, como é apresentado no Gráfico 3.

Gráfico 3 – Comparativo do curso de Serviço Social da UFPE com os resultados nacionais



Fonte: a pesquisa (2025).

Esse resultado representa um indicativo positivo para a UFPE, evidenciando o curso de Serviço Social como uma referência de qualidade em nível nacional. Isso sugere que a formação ofertada é mais robusta do que a média nacional, tanto no desenvolvimento de competências gerais quanto no domínio dos conhecimentos técnicos da área. Além disso, indica que os estudantes estão bem-preparados e que o currículo está alinhado às diretrizes e exigências da profissão. Outro fator que pode ter contribuído para esse desempenho é um maior engajamento dos discentes com o Enade.

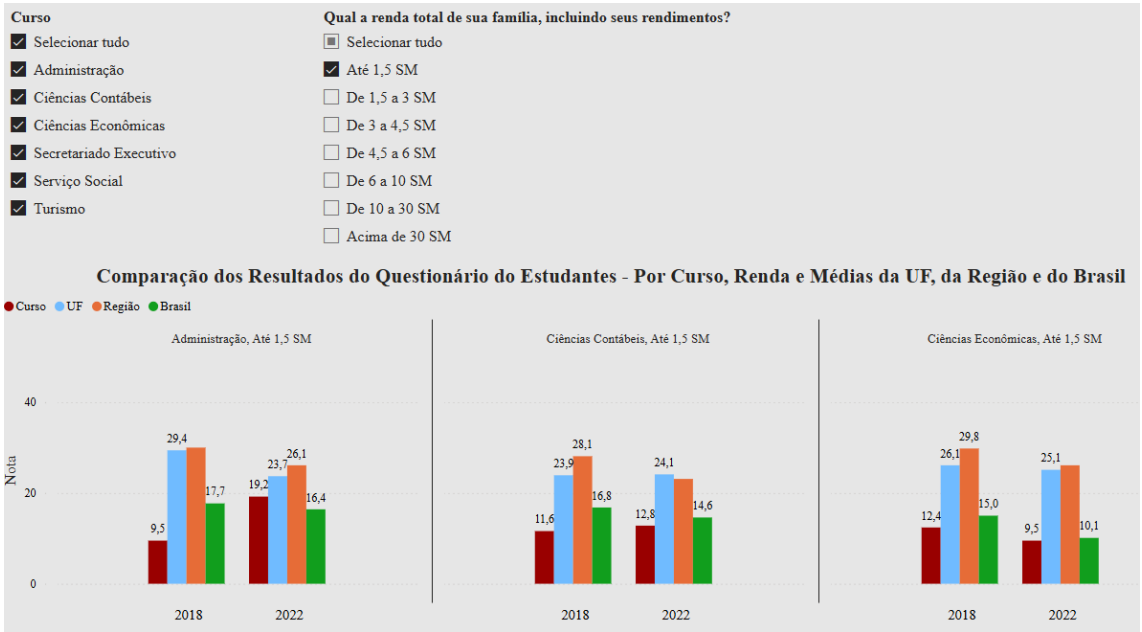
4.3.4.4 Perfil socioeconômico, condições de financiamento e políticas de permanência dos estudantes - Cap. 4

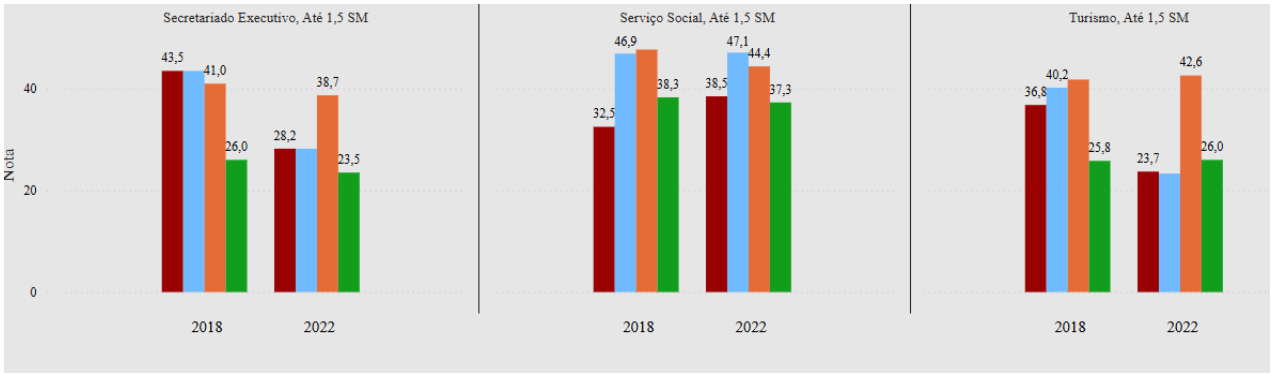
No Relatório Enade, as informações sobre os estudante dizem respeito ao perfil socioeconômico e cultural dos e as suas opiniões sobre as condições de financiamento e das políticas de permanência na universidade.

O Inep selecionou e disponibilizou no relatório sete questões: Quatro delas são sobre o perfil dos estudantes concluintes: Cor/raça e sexo, escolaridade do pai, escolaridade da mãe renda familiar total; as outras três abordam a opinião dos estudantes sobre oportunidades de apoio financeiro: Bolsa/financiamento para mensalidades (não se aplica a realidade da UFPE), auxílio permanência e bolsa acadêmica. Juntas, essas questões ajudam a entender o perfil dos estudantes na instituição.

No que se refere a esta etapa da análise, destaca-se o potencial dos grupos de interesse atuarem ativamente na produção de informações e conhecimento, a partir da interação com o painel informacional desenvolvido. A ferramenta oferece funcionalidades interativas. Por exemplo, caixas de seleção permitem cruzamentos de dados a partir de diferentes variáveis, incluindo curso, sexo, cor/raça, renda familiar, nível de escolaridade dos pais, acesso a auxílios estudantis e tipos de bolsas. Esse modelo de painel favorece análises segmentadas e comparações tanto intra quanto intercursos, ampliando as possibilidades de leitura e interpretação dos dados. No Gráfico 4 é apresentado um exemplo dessa funcionalidade interativa.

Gráfico 4 – Comparativo dos cursos do CCSA na variável: Renda Total Familiar





Fonte: a pesquisa (2025).

Com base nas múltiplas possibilidades de cruzamento e construção de informações que o painel oferece, foi selecionado, como recorte analítico, o item da pergunta: *"*Qual a renda total de sua família, incluindo seus rendimentos?". Para fins de ilustração, optou-se por considerar todos os seis cursos do CCSA, com ênfase no percentual de estudantes que declararam possuir renda familiar de até 1,5 salário-mínimo.

A análise comparativa entre os anos de 2018 e 2022 revela mudanças significativas no perfil socioeconômico dos ingressantes. O curso de Administração, por exemplo, apresentou um aumento expressivo no percentual de estudantes com renda familiar até 1,5 salário-mínimo, passando de 9,5% em 2018 para 19,2% em 2022. A mesma tendência de crescimento foi observada nos cursos de Ciências Contábeis (de 11,6% para 12,8%) e Serviço Social (de 32,5% para 38,5%). Este último, embora não tenha apresentado a maior variação percentual, permanece como o curso com o maior quantitativo de estudantes com esse perfil de renda no CCSA.

Em contrapartida, outros cursos apresentaram queda nesse indicador, sugerindo mudanças no perfil de renda dos estudantes ingressantes. É o caso de Ciências Econômicas (de 12,4% para 9,5%), Turismo (de 36,8% para 23,7%) e Secretariado Executivo (de 43,5% para 28,2%). Ressalta-se, em especial, o curso de Secretariado Executivo, que registrou uma redução significativa de 15,3 pontos percentuais nesse grupo de renda.

Essas informações são fundamentais para a gestão acadêmica e administrativa da universidade, especialmente para os diretores de centro e coordenadores de curso, pois permitem identificar perfis de vulnerabilidade socioeconômica, embasando decisões sobre a oferta e distribuição de auxílios estudantis, com vistas a minimizar a evasão e promover a permanência dos estudantes. O uso estratégico das declarações de renda, portanto, não apenas contribui para o monitoramento das condições de acesso à educação superior, como também fundamenta políticas institucionais de inclusão e equidade.

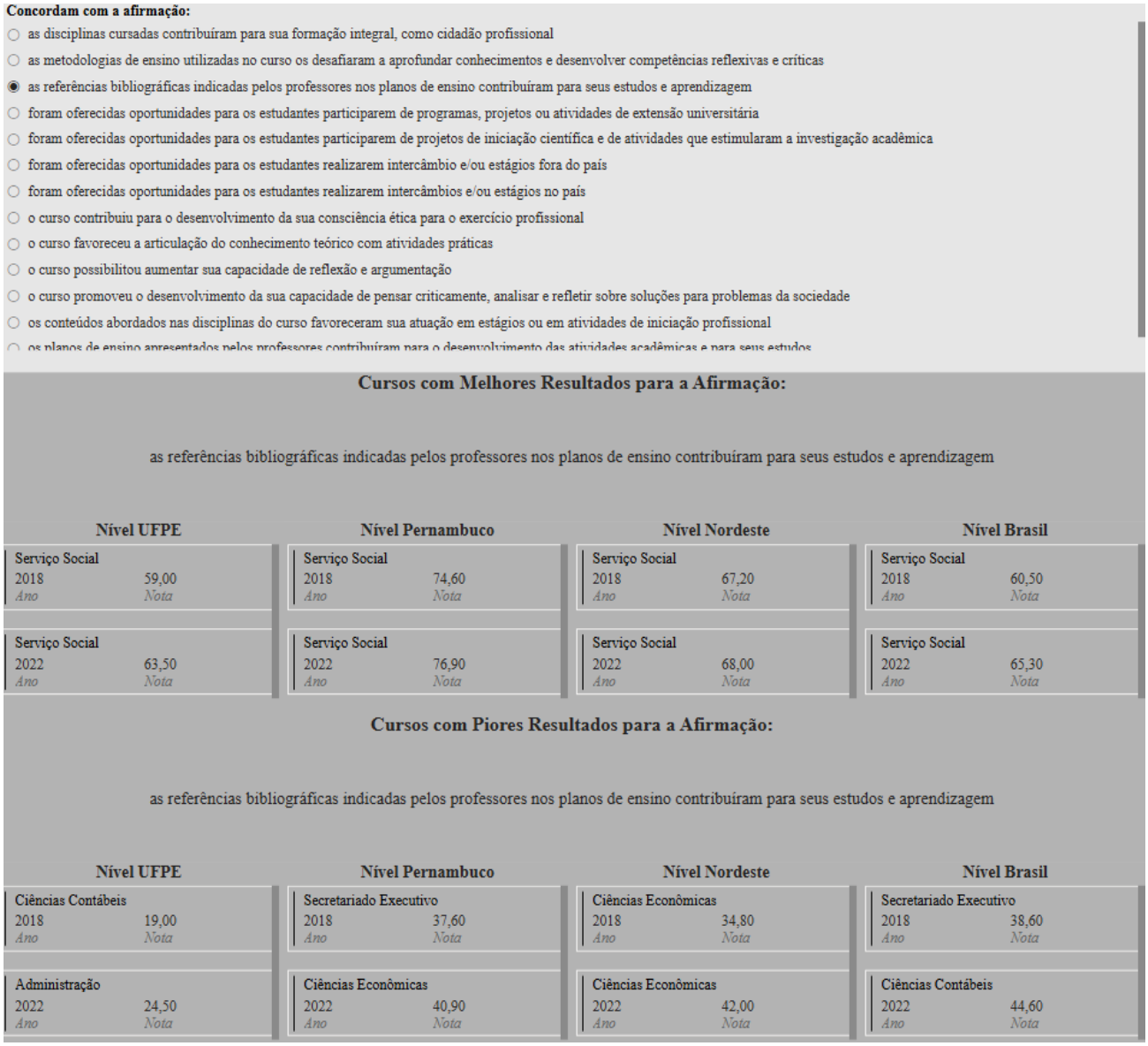
4.3.4.5 Opinião dos estudantes sobre a IES - Cap. 5

Nesta subseção são apresentadas as percepções dos estudantes participantes do Enade acerca da universidade considerando quatro dimensões avaliadas no instrumento: Organização Didático-Pedagógica, Infraestrutura, Instalações Físicas e Oportunidades de Ampliação da Formação Acadêmica e Profissional. Para essa análise, foram organizados os 13 questionamentos específicos direcionados aos estudantes, distribuídos por curso.

No painel informacional (Figura 9), além das opções de filtros por curso e por item afirmativo, foi implementado na parte inferior da interface um formato de visualização inovador, que permite identificar, por afirmação selecionada, os cursos com melhores e piores resultados em diferentes recortes geográficos: UFPE, Estado, Região Nordeste e Brasil. Essa funcionalidade visa facilitar o reconhecimento de padrões e a comparação entre cursos em distintas escalas.

Como recorte analítico desta parte do painel, selecionamos a seguinte afirmação, que apresentou percentuais críticos em diversos cursos: "As referências bibliográficas indicadas pelos professores nos planos de ensino contribuíram para seus estudos e aprendizagem."

Figura 9 – Percentual de estudantes que concordam com a afirmação selecionada por curso: UFPE, Estado, Região e Brasil (2018 e 2022)



Fonte: a pesquisa (2025).

As informações revelam que o curso de Serviço Social se destaca positivamente em relação à opinião dos estudantes. Os discentes desse curso demonstraram maior satisfação quanto à contribuição das referências bibliográficas para os seus estudos, registrando os melhores resultados entre todos os cursos analisados, tanto na UFPE quanto nos recortes estadual, regional e nacional. Esse bom desempenho foi consistente nos dois ciclos analisados (2018 e 2022), indicando um padrão sustentado de qualidade percebida pelos estudantes.

Por outro lado, é possível observar que diversos cursos da UFPE apresentaram baixos percentuais de concordância com a mesma afirmação, sendo frequentemente posicionados entre os piores resultados nos anos analisados. Essa constatação sugere a necessidade de reflexão crítica sobre a prática pedagógica, em especial no que diz respeito

à adequação, atualização e articulação das referências bibliográficas indicadas nos planos de ensino com os conteúdos desenvolvidos em sala de aula.

A análise do painel evidencia que a percepção dos estudantes pode variar significativamente entre os cursos, e que elementos como a clareza dos objetivos pedagógicos, a qualidade das bibliografias recomendadas e o vínculo dos conteúdos com a realidade profissional influenciam diretamente na avaliação da experiência acadêmica.

Nesse contexto, o curso de Serviço Social pode ser considerado referência positiva, sendo recomendável que os demais cursos investiguem as práticas adotadas por esse colegiado e reflitam sobre os aspectos que vêm influenciando favoravelmente a percepção discente.

4.3.5 Criação de produtos e serviços de informação

Além de instrumentos de disseminação, os produtos e serviços de informação funcionam como interface direta entre o conteúdo e o usuário. Gráficos, relatórios, mapas e, sobretudo, a customização da informação para o público-alvo — ou seja, sua visualização — é o que torna essa etapa essencial e integrada à gestão da informação.

Como destaca Choo (1998), tais recursos agregam valor à disseminação informacional e incentivam sua aplicação em decisões organizacionais. Sua relevância não se limita ao tratamento direto de temas específicos, mas também à objetividade com que abordam focos, orientações e formatos, entregando a cada usuário a informação precisa de que necessita.

Nesse contexto, propõe-se a implementação de painéis informacionais elaborados e segmentados por perfil de público. Essa abordagem alinha-se aos princípios da gestão da informação, que prioriza a contextualização e a relevância do conteúdo para o usuário. Parte-se do pressuposto de que a mera disponibilização de dados não assegura sua efetividade — daí a construção dos painéis com base nas necessidades informacionais específicas. Dessa forma, grandes volumes de registros são convertidos em informações organizadas, acessíveis e visualmente intuitivas.

É crucial ressaltar, porém, que as informações disponibilizadas não se resumem a conjuntos numéricos: elas representam realidades construídas a partir de perspectivas particulares dos discentes, permeadas por interesses e valores que podem influenciar até mesmo a percepção da realidade do processo pedagógico da UFPE.

4.3.5.1 Um painel informacional para os coordenadores de curso

A construção de painéis informacionais direciona a informação ao usuário e às suas necessidades informacionais. Grandes volumes de registros são transformados em informações organizadas, acessíveis e visualmente compreensíveis para o uso.

O painel informacional voltado aos coordenadores de curso tem por finalidade oferecer um mecanismo de acompanhamento específico do desempenho do curso sob sua coordenação. As informações mais bem direcionadas à coordenação do curso são as apresentadas no Quadro 11.

Quadro 13- Painel informacional para coordenadores de curso

1. Desempenho do Curso Notas gerais do curso no Enade por ano de aplicação Indicador de Diferença entre os Desempenhos Observado e Esperado (IDD) do curso por ano Conceito Preliminar de Curso (CPC) do curso por ano Distribuição dos componentes da nota Enade (formação geral, componente específico)
2. Comparações Temporais Internas Comparativo entre edições anteriores do Enade para o mesmo curso (série histórica) Evolução da participação dos estudantes no exame
3. *Benchmarking* Comparação do desempenho com: o Cursos da mesma área no estado o Cursos da mesma área na região o Cursos da mesma área em universidades federais o Média nacional da área **4. Análises de Participação e Perfil** Taxa de participação no Enade Informações socioeconômicas dos estudantes Comparativo de desempenho por faixa etária, sexo e tipo de escola de ensino médio
5. Os indicadores (Alertas e Recomendações) Sinalização visual de queda de desempenho Indicadores abaixo da média nacional Sugestões de aprofundamento para autoavaliação e ações de melhoria
6. Exportação e Uso Didático Opção para exportar gráficos e tabelas para relatórios do curso Sugestões de uso das informações em reuniões colegiadas, ações do NDE e relatórios da CPA

Fonte: Elaborado com base no relatório Enade (2025).

4.3.5.2 Um painel informacional para os Diretores de Centro

O painel informacional desenhado para os Diretores de Centro (Quadro 12) tem por finalidade oferecer uma visão institucional ampla, com foco na série histórica de desempenho dos cursos de graduação vinculados ao seu centro acadêmico, sinalizando tendências, padrões e alertas que subsidiem decisões de gestão administrativa e acadêmica.

Quadro 14 - Painel Informacional para Diretores de Centro

1. Visão geral institucional Número de cursos avaliados por ano Evolução da nota geral da UFPE no Enade (todos os ciclos) Distribuição das notas por faixa (1 a 5) por ano Percentual de cursos por nota.
2. Série histórica consolidada Linha do tempo com desempenho médio da instituição nos últimos ciclos Evolução do conceito Enade por grande área (Ciências Humanas, Exatas, Saúde etc.).
3. Indicadores (Painel de Alertas) Cursos com queda consecutiva de nota Cursos com desempenho abaixo da média da categoria administrativa (universidades federais) Cursos com desempenho abaixo da média estadual, regional e nacional Cursos com baixa participação dos concluintes Cursos com conceito Enade < 3.
4. Comparações externas Comparação da UFPE com outras IFES da região Nordeste, por área Ranking interno e externo por conceito Enade.
5. Análises por Centro Acadêmico Desempenho médio por centro Evolução do desempenho dos centros por área do conhecimento.
6. Indicadores de contexto Número de inscritos e participantes no Enade por curso IDD médio institucional e por curso (com alertas para notas abaixo da média institucional) CPC médio institucional e por curso (com alertas para notas abaixo da média institucional).

Fonte: Elaborado com base no relatório Enade (2025).

4.3.5.3 Um painel dos indicadores de qualidade da educação superior

Moreira, Moreira e Araújo (2022) destacam que os indicadores de qualidade desempenham um papel estratégico ao possibilitarem a sistematização e a interpretação de resultados que orientem tanto a formulação de políticas públicas quanto o aperfeiçoamento da qualidade da educação superior. Tais indicadores funcionam como instrumentos de indução e monitoramento, permitindo que uma IES não apenas

diagnostique seu desempenho, mas também estabeleça planos de ação mais coerentes com os desafios identificados.

Nesse cenário, torna-se cada vez mais necessário compreender e propor formas de utilização mais eficazes das informações geradas, de modo a ampliar seu potencial formativo e pedagógico. A intenção, portanto, é refletir sobre os usos possíveis dos resultados do Enade e dos indicadores de qualidade da educação superior, com vistas à construção de uma proposta que valorize seu emprego na gestão acadêmica e na promoção da qualidade educacional.

Na construção da presente proposta, são considerados apenas os indicadores de qualidade que têm como base os resultados do Enade e que se referem diretamente à avaliação de cursos de graduação. Dessa forma, opta-se por não incluir Índice Geral de Cursos (IGC), cuja aplicação é voltada à avaliação institucional, tampouco o Conceito de Curso, cuja atribuição depende da realização de visita *in loco*, o que o torna limitado em termos de abrangência.

Entre os principais indicadores utilizados para aferir a qualidade da educação superior no país, destacam-se:

a) O Conceito Enade é um indicador de qualidade que avalia os cursos de graduação a partir do desempenho dos estudantes concluintes no Enade. O exame, de aplicação nacional, possibilita a obtenção de um panorama abrangente sobre os resultados da aprendizagem dos estudantes nas áreas avaliadas. Por meio dele, é possível refletir sobre a efetividade do processo formativo ao longo da graduação, considerando em que medida os concluintes incorporaram as competências, habilidades e conhecimentos previstos nas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) do respectivo curso. O Conceito Enade é formado com a nota de Formação Geral, comum a todos os cursos avaliados em cada ciclo, e com a nota de Componente Específico, que contempla conteúdos e habilidades diretamente ligados à área de formação do curso. A combinação desses dois elementos resulta em um indicador que busca refletir tanto a formação integral quanto a formação técnica dos estudantes.
b) O Conceito Preliminar de Curso (CPC) é um indicador de qualidade que avalia os cursos de graduação, atribuindo a eles uma única medida que varia de 1 a 5. O referido conceito é composto por diferentes variáveis, que traduzem resultados da avaliação de desempenho de estudantes, infraestrutura e instalações, recursos didático-pedagógicos e corpo docente. As variáveis utilizadas em sua composição

foram retiradas do Enade. Operacionalmente, cursos que obtiverem CPC 1 e 2 serão automaticamente incluídos no cronograma de visitas dos avaliadores do Inep.

c) O Indicador de Diferença entre os Desempenhos Observado e Esperado (IDD) mede o quanto um curso contribui para o aprendizado dos alunos além do que seria esperado com base em seu perfil de entrada. Em outras palavras, mede o valor agregado pelo curso no desenvolvimento dos estudantes, mensura o impacto efetivo do processo formativo oferecido pelo curso, isolando o efeito da trajetória anterior do estudante.

No quadro 13 é demonstrado como o Inep compõe a nota de cada um desses três indicadores e o percentual de peso que é atribuído a casa nota.

Quadro 15- Indicadores: composição da nota x porcentagem atribuída pelo Inep (quadro)

INDICADORES	COMPOSIÇÃO		PORCENTAGEM
Conceito Enade	Formação Geral		25%
	Conhecimento Específico		75%
CPC	Enade		20%
	IDD		35%
	Questionário do estudante	Organização Didática e Pedagógica	7,5%
		Infraestrutura	5%
		Oportunidade de Ampliação da Formação	2,5%
	Censo	Mestres	7,5%
		Doutores	15%
		Regime de Trabalho	7,5%
IDD	Enem x Enade		

Fonte: Elaborado pela autora com base no Inep (2025).

Esses três indicadores – Conceito Enade, CPC e IDD – compõem, portanto, um conjunto de métricas que permitem uma análise articulada da qualidade dos cursos de graduação, servindo de subsídio para a formulação de políticas de gestão acadêmica orientadas à distribuição de recursos para o processo pedagógico, de ensino e aprendizagem, formação de docentes e de programas aos discentes.

Para fins ilustrativos da proposta do modelo de gestão da informação foram criados produtos e serviços de informação conforme sugerido por Choo (1998). As informações utilizadas são públicas, extraídas diretamente das bases do Inep, o que assegura a transparência e a reprodutibilidade da proposta em diferentes contextos institucionais.

Foi criado um painel informacional disponibilizado no link: https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiYWU4Nz M1ZDUtNGVjNi00NDVkLTg4YmQtMWYzNDMyNzBmN2MyIiwidCI6ImUyZjc3ZDAwLTAxNjMtNGNmNi05MmIwLTQ4NGJhZmY5ZGY3ZCJ9

Para ilustrar o produto de informação e seu formato em prestação de serviço, apresenta-se no **APÊNDICE 3**, as tabelas automatizadas pelo Power Bi dos resultados dos indicadores de qualidade da educação superior (Enade, CPC e IDD) com interpretações referentes ao curso de Administração (escolhido aleatoriamente), cujos resultados foram utilizados como exemplo para fins de análise e visualização. Ressalta-se que todas as informações utilizadas são públicas e disponíveis no portal do Inep.

4.3.6 Disseminação e uso das informações

O processo de gestão da informação cria relações com o conhecimento, visto que dá grande ênfase aos recursos de comunicação da informação. Aqui disseminação refere-se às tarefas dos agentes e profissionais da informação, dirigindo conteúdo específicos a seus destinatários. Consiste em assegurar o intercâmbio de informações. A informação só interessa se circula, a disseminação é, portanto, o processo intermediário que viabiliza a troca de informações entre as pessoas (Le Coadic, 2004). Nesta seção é apresentada a etapa da Gestão da Informação - Compartilhamento das Informações para Usuários Específicos – que significa disseminar a informação. A proposta é o compartilhamento de informações produzidas e disponibilizadas pelo Enade, para partes interessadas específicas. Atualmente, a UFPE disponibiliza um painel informacional único sobre o Enade, acessível em: https://joaoeudes.shinyapps.io/ENADE_NOVO/. Embora represente um avanço importante no uso de informações educacionais, esse modelo unificado não diferencia as necessidades específicas de cada parte interessada, o que pode comprometer a efetividade da informação para fins de gestão, acompanhamento e tomada de decisão.

A operacionalização da proposta envolve, inicialmente, a atuação da Diretoria de Avaliação Institucional integrada à Reitoria, responsável pelo processamento e análise do

conteúdo informativo dos relatórios do Enade. Entende-se ser o setor articulador do trabalho junto aos coordenadores de cursos de graduação. Essas ações terão caráter dialógico, propositivo e não punitivo, com o objetivo de promover a leitura compartilhada das informações e a construção conjunta de estratégias de melhoria.

A metodologia aqui proposta visa fomentar uma cultura avaliativa formativa e colaborativa no âmbito da educação superior, a partir do uso sistemático dos resultados do Enade e dos indicadores de qualidade da educação superior. Busca-se, com isso, fortalecer a gestão acadêmica dos cursos de graduação, promovendo uma análise crítica e construtiva das informações produzidos por essas avaliações externas.

Após a divulgação dos resultados dos indicadores pelo Inep, produtos e serviços de informação produzidos e visitas técnicas e reuniões formativas realizadas com os coordenadores de cursos. Esses encontros configuram-se como momentos privilegiados de reflexão sobre o curso, sua organização curricular, os processos pedagógicos e os impactos da formação oferecida. A leitura e a análise das informações devem orientar decisões informadas sobre ajustes no projeto pedagógico, revisão de metodologias, estratégias de acompanhamento discente e fortalecimento da integração entre ensino, pesquisa e extensão.

Como subsídio a essas análises, serão apresentados modelos de tabelas e quadros-síntese elaborados em Power BI, trazendo um olhar interno e externo para cada indicador. Esses instrumentos têm como objetivo facilitar a visualização, o cruzamento e a interpretação dos resultados, servindo como base para o diálogo entre os sujeitos envolvidos.

O Inep disponibiliza publicamente, em seu portal eletrônico, uma série de relatórios que apresentam os resultados detalhados do Enade, organizados por curso de graduação. Entre esses documentos, destaca-se o Relatório de Curso, cuja finalidade é traduzir os resultados obtidos a partir da análise do desempenho e do perfil dos estudantes concluintes em cada curso avaliado.

Dentre as informações constantes nesse relatório, uma tabela se sobressai como instrumento de grande potencial analítico: a Distribuição das respostas dos concluintes, em cada alternativa das questões objetivas do componente de Conhecimento Específico, considerando diferentes recortes — curso, unidade federativa, grande região, categoria administrativa, organização acadêmica e respostas específicas da IES. A partir dessa fonte, é possível identificar as questões com maior e menor percentual de acerto entre os

estudantes concluintes de determinado curso, o que permite direcionar análises mais profundas sobre os pontos fortes e fracos do processo formativo.

Para dar continuidade à análise, é possível acessar também a prova de Conhecimento Específico, igualmente disponibilizada pelo Inep em seu portal. A prova do Enade tem por objetivo aferir o desempenho dos estudantes em relação aos conteúdos programáticos previstos nas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) de cada curso de graduação. Além disso, avalia-se a capacidade de ajustamento dos estudantes às exigências decorrentes da evolução do conhecimento, bem como suas competências para compreender temas transversais e interdisciplinares, ligados à realidade brasileira e mundial.

Como etapa complementar, se pode consultar o Relatório Síntese de Área, que amplia a compreensão sobre o desempenho dos estudantes ao correlacionar dados quantitativos e qualitativos. Em especial, destaca-se a seção intitulada "Concepção e Elaboração das Provas do Enade", que apresenta a matriz de prova, contendo informações detalhadas sobre o perfil de cada questão, as competências avaliadas e os respectivos objetos de conhecimento. Essa matriz é essencial para compreender o alinhamento entre os conteúdos exigidos e o perfil profissional delineado para a área.

A partir da articulação entre o Relatório de Curso, a prova aplicada e o Relatório Síntese de Área, torna-se possível realizar um trabalho pedagógico qualificado junto às coordenações de curso, NDEs e demais instâncias acadêmicas. Esse trabalho permite identificar, com base empírica, os conteúdos e competências que apresentam maior domínio por parte dos estudantes (fortalezas), bem como aqueles que requerem atenção e aprimoramento (fragilidades). Com base nessa análise, podem ser delineadas estratégias de melhoria, como ajustes curriculares, revisão de práticas pedagógicas e fortalecimento de ações de apoio à aprendizagem.

Adicionalmente, destaca-se que o formato das questões também pode exercer influência significativa sobre o desempenho dos estudantes. Itens mais complexos, com enunciados extensos, maior número de alternativas ou exigência de articulação interdisciplinar, por exemplo, tendem a apresentar menor índice de acertos — o que não necessariamente indica ausência de conhecimento, mas sim desafios relacionados à leitura, interpretação ou familiaridade com o estilo da prova.

Com o propósito de exemplificar a aplicação da metodologia proposta, apresentam-se, a seguir, as quatro etapas que orientam o processo de acesso e uso das informações do Enade.

Etapa 1: Acesso ao Relatório de Curso

- Acesse o portal do Inep (https://inep.gov.br/educacao-superior/enade/resultados).
- Selecione o ano da edição, estado, município, instituição, área e curso desejado.
- Baixe o Relatório de Curso correspondente.
- Localize a tabela "Distribuição das respostas dos concluintes em cada alternativa das questões objetivas – Componente de Conhecimento Específico".
- Classifique as questões com base nos percentuais de acerto da IES, identificando as de maior e menor desempenho.

Etapa 2: Consulta à Prova Enade

- No mesmo portal do Inep, acesse a seção "Provas e Gabaritos".
- Baixe a prova do curso em análise e seu respectivo gabarito.
- Relacione as questões identificadas na etapa anterior aos conteúdos e competências avaliadas.

Etapa 3: Análise da Matriz de Prova (Relatório Síntese de Área)

- No Relatório Síntese de Área, vá até a seção **"Concepção e Elaboração das Provas"**.
- Consulte a **matriz de prova**, onde constam:
    - Perfil da questão
    - Competências avaliadas
    - Objetos de conhecimento
- Vincule cada questão analisada ao seu respectivo eixo da matriz.

Etapa 4: Sistematização e Análise Pedagógica

Com os dados organizados, pode-se elaborar um quadro-resumo com as seguintes informações:

Quadro 16 - Sugestão de Análise pedagógica das questões de Conhecimento Específico do Enade 2023 (curso: Serviço Social)

Nº da Questão	% Acerto IES	Perfil Profissional Avaliado	Competência Avaliada	Objeto de Conhecimento	Sugestão de Ação Pedagógica

Fonte: a pesquisa (2025).

Esse quadro pode ser utilizado em reuniões com o NDE e o colegiado de curso como instrumento para a construção de ações pedagógicas baseadas em evidências. Recomenda-se, ainda, que essa análise seja incorporada aos relatórios anuais de autoavaliação institucional, fortalecendo o uso formativo dos resultados do Enade.

Para ilustrar a metodologia de acesso e uso da informação proposta, apresenta-se no **APÊNDICE 4**, um passo a passo com registros visuais (*prints*) das etapas referentes ao curso de Serviço Social (escolhido aleatoriamente), cujos resultados foram utilizados como exemplo para fins de análise e visualização. Ressalta-se que todas as informações utilizadas são públicas e disponíveis no portal do Inep.

4.4 DIRETRIZES PARA A INSTITUCIONALIZAÇÃO DO PROCESSO DE GESTÃO DO CONHECIMENTO

Com base no modelo de gestão expresso nesta pesquisa, acredita-se que o objetivo fundamental da gestão da informação é o conjunto métodos e técnicas de processamento dos recursos de informação da universidade e a sua utilização estratégica em todo o seu ciclo de vida: coleta → processamento → criação de produtos e serviços → disseminação → uso.

Nas universidades, o Enade é parte integrante deste ciclo e precisa sempre ser visto nesta relação. Tomar os resultados do Enade de forma isolada e estanque significa produzir *rankings* baseados em juízos apressados, sem confiabilidade, injustos com os cursos avaliados e que pouco ou nada contribuem para a melhoria da qualidade das atividades acadêmicas.

O que há de novo – certamente na forma de impulsos de gestão amplamente aceites – são as abordagens explícitas, deliberadas e sistemáticas para combinar os esforços de criação de conhecimento, uma vez que a informação pode ser transmitida, distribuída, disseminada, mas o conhecimento, por si só, é de cada pessoa. Assim, não há maneira de analisar valor da informação, a não ser pela referência de quem a usa.

Assim sendo, a gestão do conhecimento representa uma mudança de ênfase na informação para o foco nas pessoas que criam conhecimento - que desenvolvem ideias ou noções de algo - por meio de informações que lhe são apresentadas. O conhecimento refere-se à compreensão tácita ou explícita sobre as relações entre os fenômenos.

As perspectivas, a coordenação e as atividades de monitoramento necessárias para a gestão do conhecimento requerem novas e diferentes percepções, ênfases e abordagens, principalmente sobre o papel que o conhecimento e a informação desempenham na

capacidade da universidade – e dos servidores (técnicos, professores e gestores) – de fornecer trabalho de qualidade.

Com base em North e Scharle (2020), algumas diretrizes que consideramos significativas no processo de gestão do conhecimento:

a) Determinar os conhecimentos necessários ao bom funcionamento do processo de ensino e aprendizagem;
b) Ao abordar as necessidades e tendências em mudança, a organização deve considerar o seu conhecimento atual e determinar como adquirir ou aceder a qualquer conhecimento adicional necessário e às atualizações exigidas.
c) O compartilhamento de conhecimento precisa ser valorizado na organização. Partilhar conhecimento e disponibilizá-lo às partes interessadas.
d) Preservar e proteger o conhecimento, documentando o conhecimento necessário, a fim de transmiti-lo aos novos servidores e para que seja preservado para a próxima geração.
e) As universidades devem estimular a liderança dos Coordenadores de Cursos, uma vez que estão conectados com professores e alunos e, assim, ajudam a detectar novas oportunidades e também problemas no processo pedagógico. Eles são uma fonte de informação e são os líderes para promover os valores da partilha de conhecimento e da aprendizagem mútua.
f) Criar um ambiente de orientado para produção de conhecimento é entender que os elementos-chave nesse processo são as pessoas. Expandir a base de conhecimento dentro da universidade, é, portanto, levar em conta a natureza e as características do conhecimento e estabelecer as condições para a sua criação[4].
g) Poderemos precisar de uma teoria inteiramente nova para gerir eficazmente o conhecimento – e para vinculá-lo adequadamente à estratégia e às operações diárias de uma universidade. Uma agenda de pesquisa a ser desenvolvida é sobre a adoção de perspectivas de conhecimento mais centradas nas pessoas. As pessoas são os agentes inteligentes que criam e agem em novas oportunidades.

A gestão da informação e a gestão do conhecimento continuarão a evoluir e a contar com o apoio de muitas áreas teóricas e metodológicas. Por exemplo, as ciências cognitivas aumentarão a compreensão da tomada de decisões, o apoio cognitivo necessário para o

[4] Tais condições específicas são apresentadas por Choo (2006) como o 'contexto capacitante', isto é, espaços propícios para a troca de informações e aprendizado entre as pessoas, mediados por meios físicos, virtuais ou outros.

trabalho, a aprendizagem eficaz e os processos de transferência de competências. A investigação sobre a natureza do trabalho intelectual explicará como os diferentes tipos de conhecimento são utilizados e como devem ser acedidos. As ciências de gestão fornecerão métodos para gerir as prioridades e os investimentos em capital intelectual. As avançadas tecnologias de informação e comunicação aumentarão as capacidades para suplantar e apoiar tarefas de trabalho complexas.

No entanto, muito precisa ser feito. Não entendemos muito sobre conhecimento. A nossa compreensão dos aspectos cognitivos do funcionamento humano (relacionados com a tomada de decisões e o trabalho intensivo em conhecimento) é marginal. Não temos uma compreensão geral de como realizar uma gestão do conhecimento abrangente e sistemática dentro de uma universidade pública.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa teve como objetivo geral analisar a gestão da informação referente ao Enade na UFPE, à luz do Sinaes. Para cumprir tal propósito, foram definidos três objetivos específicos: (I) identificar as partes interessadas das informações do Enade; (II) identificar o interesse dessas partes interessadas nas informações; e (III) propor a institucionalização de um processo de gestão da informação no âmbito do Sinaes, voltado para a identificação de áreas de excelência dos cursos ou aspectos que demandam melhorias.

O primeiro e o segundo objetivos foram alcançados por meio de uma análise documental minuciosa dos Relatórios de Curso e Relatórios de IES do Enade, leis, portarias institucionais, resoluções e normativas da UFPE, além da aplicação de questionários a gestores e coordenadores da instituição. Essa abordagem permitiu mapear os diferentes stakeholders envolvidos — como discentes, docentes, coordenadores de curso, membros do NDE, da CPA, diretores de centro e estudantes candidatos — e compreender seus diferentes interesses e necessidades informacionais. Observou-se que, embora essas partes interessadas estejam em diferentes posições institucionais, todas compartilham o interesse em utilizar as informações provindas do Enade para subsidiar práticas de gestão, avaliação, ensino e tomada de decisão.

Para o terceiro objetivo foi levantada uma proposta que visa à institucionalização de um processo sistemático de gestão da informação no âmbito do Sinaes, com foco na utilização crítica e estratégica das informações oriundas do Enade, especialmente para

identificar áreas de excelência e aspectos que demandam melhorias nos cursos de graduação. Para essa proposta, foram usadas as etapas da gestão da informação delineadas por Choo (1998), identificação das necessidades informacionais, coleta, organização, disseminação e uso da informação, além da criação de produtos e serviços.

Para tanto, a proposta considera os diferentes perfis dos stakeholders envolvidos no processo avaliativo, oferecendo painéis informacionais segmentados por público-alvo, como coordenadores de curso, diretores de centro e gestores da administração superior, garantindo que cada grupo tenha acesso a conteúdo de seu interesse. A proposta também prevê a produção de produtos informacionais como relatórios e quadros-sínteses e a criação de serviços de disseminação e uso das informações com a realização de reuniões formativas e visitas técnicas, nas quais as informações são analisadas coletivamente pelas coordenações, NDEs e CPAs, promovendo ações de melhoria embasadas nas fragilidades e potencialidades identificadas.

Dentre os achados deste estudo, destaca-se o consenso acerca da importância da criação de um setor institucional específico voltado à análise, interpretação, disseminação e uso estratégico das informações, no recorte desta dissertação, oriundas do Enade. A proposta foi unanimemente reconhecida pelos respondentes como benéfica para a universidade.

Com essas etapas, acreditamos alcançar o objetivo geral desta pesquisa - potencializar a geração de conhecimento sobre a situação dos cursos de graduação da UFPE, por meio da gestão das informações disponibilizadas pelo Enade, de acordo com a necessidades de informação das partes interessadas – buscando consolidar uma cultura institucional permanente de leitura crítica e sistematizada das avaliações.

Contudo, este estudo apresenta algumas limitações que precisam ser consideradas na interpretação dos resultados. A principal delas diz respeito ao recorte institucional e amostral: o foco da pesquisa foi a UFPE, com aplicação de questionários especificamente no âmbito do CCSA. Embora os achados sejam relevantes e consistentes com a realidade investigada, não é possível generalizá-los para outras instituições de ensino superior sem a devida contextualização e adaptação às especificidades locais. Além disso, a adesão voluntária aos questionários pode ter influenciado o perfil dos respondentes, o que, por sua vez, impacta na representatividade dos dados e pode introduzir vieses na análise. Destaca-se, ainda, a dificuldade enfrentada na obtenção de respostas por parte dos representantes da Reitoria, o que limitou a abrangência da perspectiva da gestão central na análise das práticas de uso da informação. Essa limitação reforça a necessidade de

estratégias mais eficazes de engajamento institucional em estudos dessa natureza, sobretudo quando envolvem instâncias superiores da administração universitária. Por fim, ressalta-se que o estudo se concentrou na dimensão da gestão da informação, não explorando de forma aprofundada aspectos estruturais, culturais e políticos que também influenciam o uso dos resultados do Enade nas instituições.

A partir deste estudo, abrem-se possibilidades para pesquisas futuras. Sugere-se, por exemplo, a aplicação da metodologia em outras instituições e centros universitários, de forma a comparar práticas de uso da informação do Enade em diferentes contextos. Outra vertente promissora é a investigação sobre os impactos reais do uso (ou da ausência de uso) dessas informações nos processos de avaliação interna e de melhoria dos cursos. Além disso, estudos voltados à construção de ferramentas tecnológicas que facilitem a visualização e interpretação dos dados do Enade por parte dos diversos públicos interessados podem contribuir significativamente para a institucionalização de uma cultura de uso da informação na educação superior.

Em síntese, esta dissertação evidencia que a gestão da informação no contexto do Enade, quando bem estruturada, pode se constituir como instrumento estratégico para a geração de conhecimento sobre a instituição, contribuindo para o fortalecimento da avaliação institucional e para o aprimoramento contínuo dos cursos de graduação.

REFERÊNCIAS

ARONI, Allan. 50 anos da Reforma Universitária de 1968: a reforma que não acabou. **Rev. bras. hist. Educ.**, Maringá-PR, v. 17, n. 3 (46), p. 235-259, Julho/Setembro 2017. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/pdf/rbhe/v17n3/1519-5902-rbhe-17-03-00235.pdf. Acesso em: 03 jul. 2024.

AMORIM, Fabiana Borelli; TOMAÉL, Maria Inês. O uso de sistemas de informação e seus reflexos na cultura organizacional e no compartilhamento de Informações. **Perspectivas em Gestão & Conhecimento**, João Pessoa, v. 1, n. 1, p. 74-91, jan./jun. 2011. Disponível em: https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/pgc/article/view/9938. Acesso em: 12 jul. 2024.

ANDES. ANDES-SN reforça críticas ao Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (Enade). **ANDES Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior**. Disponível em: https://www.andes.org.br/conteudos/noticia/aNDES-sN-reforca-criticas-ao-exame-nacional-de-desempenho-de-estudantes-enade1. Acesso em: 18 jun. 2024.

SILVA, Assis Leão da; GOMES, Alfredo Macedo. Avaliação institucional no contexto do Sinaes: A CPA em questão. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior**, Campinas; Sorocaba, SP, v. 16, n. 3, 2011. Disponível em: https://periodicos.uniso.br/avaliacao/article/view/906 . Acesso em: 7 out. 2024.

BALZAN, Newton César; DIAS SOBRINHO, José. (Org.). **Avaliação institucional:** teoria e experiência. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

BARREYRO, Gladys Beatriz; ROTHEN, José Carlos. Para uma história da avaliação da educação superior brasileira: análise dos documentos do Paru, Cnres, Geres e Paiub. **Avaliação**, **Revista da Rede de Avaliação Institucional da Educação Superior**, Campinas; Sorocaba, SP, v. 13, n. 1, p. 131-152, mar. 2008. Disponível em: https://www.scielo.br/j/aval/a/hWYTSMnMrWR5Q3TyzCpdQRj/?format=pdf&lang=pt Acesso em: 1 jul. 2025.

BERNARDINO, Fernanda Amaral. **Tecnologia e educação**: representações sociais na sociedade da informação. 1. ed. Curitiba: Appris, 2015.

BRÄSCHER, Marisa; CAFÉ, Lígia. Organização da informação ou organização do conhecimento? *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 9, 2008, São Paulo, **Anais**... São Paulo: ANCIB, 2008. Disponível em: http://enancib.ibict.br/index.php/enancib/ixenancib/paper/viewFile/3016/2142. Acesso em: 1 jul. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. **Indicadores de Qualidade da Educação Superior.** Disponível em: https://www.gov.br/inep/pt-br/acesso-a-informacao/dados-abertos/indicadores-educacionais/indicadores-de-qualidade-da-educacao-superior . Acesso em: 6 jun. 2025.

BRASIL. **Lei nº. 9.394 de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 02 jul. 2024.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 10 ago. 2024.

BRASIL. **Lei nº. 10.172 de 9 de janeiro de 2001.** Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10172.htm. Acesso em: 02 jul. 2024.

BRASIL. **Lei nº. 10.861 de 14 de abril de 2004.** Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e dá outras providências. 2004. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/l10.861.htm. Acesso em: 10 jun. 2024.

BRASIL. **Lei nº. 14.129 de 29 de março de 2021.** Dispõe sobre princípios, regras e instrumentos para o Governo Digital e para o aumento da eficiência pública e altera a Lei nº 7.116, de 29 de agosto de 1983, a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 (Lei de Acesso à Informação), a Lei nº 12.682, de 9 de julho de 2012, e a Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017. 2021. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/l14129.htm. Acesso em: 5 mar. 2024.

BRASIL. **Lei nº. 14.375 de 21 de junho de 2022.** Altera as Leis nºs 10.260, de 12 de julho de 2001, 10.522, de 19 de julho de 2002, e 12.087, de 11 de novembro de 2009, para estabelecer os requisitos e as condições para realização das transações resolutivas de litígio relativas à cobrança de créditos do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies), a Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, para estabelecer a possibilidade de avaliação in loco na modalidade virtual das instituições de ensino superior e de seus cursos de graduação, a Lei nº 13.988, de 14 de abril de 2020, para aperfeiçoar os mecanismos de transação de dívidas, e a Lei nº 13.496, de 24 de outubro de 2017; e revoga dispositivos das Leis nºs 13.530, de 7 de dezembro de 2017, 13.682, de 19 de junho de 2018, 13.874, de 20 de setembro de 2019, e 14.024, de 9 de julho de 2020. 2022. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2022/Lei/L14375.htm#art11. Acesso em: 10 jun. 2024.

BRASIL. **Lei nº. 9.131 de 24 de novembro de 1995.** Altera dispositivos da Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961, e dá outras providências. 1995. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9131.htm. Acesso em: 10 ago. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria nº. 130 de 14 de julho de 1993.** Cria Comissão Nacional de Avaliação com o objetivo de estabelecer diretrizes e viabilizar a implementação do processo de avaliação institucional nas universidades brasileiras. In: Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras. Brasília, DF: SESu, 1994. p. 33.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria nº. 249 de 18 de março de 1996.** PROVÃO – EXAME NACIONAL DE CURSOS – SISTEMÁTICA. 1996. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/arquivos/mec_legis/port0249_180396.pdf. Acesso em: 10 ago. 2024.

BURKE, Peter. Problemas causados por Gutenberg: a explosão da informação nos primórdios da Europa moderna. **Estudos Avançados**, São Paulo, Brasil, v. 16, n. 44, p. 173–185, 2002. Disponível em: https://revistas.usp.br/eav/article/view/9854.. Acesso em: 20 jun. 2024.

CAPURRO, Rafael. Pasado, presente y futuro de la noción de información. **Filosofia da informação**, Rio de Janeiro, v. 1 n. 1, p. 110-136, ago./fev. 2014. Disponível em: https://doi.org/10.21728/logeion.2014v1n1.p110-136. Acesso em: 24 jun. 2024.

CAPURRO, Rafael; HJØRLAND, Birger. O conceito de informação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 12, n. 1, p. 148-207, jan./abr. 2007. Disponível em: https://periodicos.ufmg.br/index.php/pci/article/view/22360. Acesso em: 28 jun. 2024.

CHOO, Chun Wei. **A organização do conhecimento**: como as organizações usam a informação para criar significado, construir conhecimento e tomar decisões. 2. ed. São Paulo: SENAC, 2006.

CHOO, Chun Wei. **Information management for the intelligent organization**: the art of scanning the environment. 2. ed. ASIS Monograph Series, 1998.

CHOO, Chun Wei. Perception and use of information sources by chief executives in environmental scanning. **Library and Information Science Research**, Boston, v. 16, p. 23-40, 1994. Disponível em: https://doi.org/10.1016/0740-8188(94)90040-X . Acesso em: 28 jun. 2024.

CHUA, Alton. A framework for knowledge management implementation. **Journal of Information & Knowledge Management**, v. 2, n. 1, 2003. Disponível em: https://doi.org/10.1142/S0219649203000279. Acesso em: 20 jun. 2024.

CLEVELAND, Harlan. The twilight of hierarchy: Speculations on the Global Information Society**. Public Administration Review**, v. 45, n. 1, p. 185-195, 1985. https://doi.org/10.2307/3110148. Acesso em: 10 de jul. 2024.

COHEN, Don. Toward a knowledge context. Report on the first annual U.C. Berkeley forum on knowledge and the firm. **California Management Review**, v. 40, n. 3, p. 22-39, 1998. Disponível em: https://doi.org/10.2307/41165941. Acesso em: 28 jun. 2024.

COMISSÃO ESPECIAL DE AVALIAÇÃO (CEA). **SINAES:** bases para uma nova proposta de avaliação da educação superior brasileira**.** 2004. Disponível em: https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/avaliacoes_e_exames_da_educacao_superior/bases_para_uma_nova_proposta_de_avaliacao_da_educacao_superior_brasileira.pdf Acesso em: 10 jun. 2024.

CUNHA, Luiz Antônio. Nova reforma do ensino superior: a lógica reconstruída**.** **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 101, p. 20-49, jul. 1997. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/pdf/cp/n101/n101a02.pdf. Acesso em: 25 jun. 2024.

DAVENPORT, Thomas H.; PRUSAK, Laurence. **Ecologia da Informação:** porque só a informação não basta para o sucesso na era da informação. Tradução Bernadette. Siqueira Abrão. São Paulo: Futura, 1998.

DIAS SOBRINHO, José. Educação superior, globalização e democratização: o debate ético político. *In:* LEITE, Denise (Org.). **Avaliação participativa e qualidade**: os atores locais em foco. Porto Alegre: Sulina, 2009. cap. 3, p.33-55.

DIAS SOBRINHO, José. **Avaliação:** Políticas educacionais e reformas da Educação Superior**.** São Paulo: Cortez, 2003.

DIAS DA SILVA, Juliana; OLIVEIRA, Cassius Gomes De. Avaliação da educação superior no Brasil, aspectos históricos e legais. **Avaliação**: **Revista da Avaliação da Educação Superior**, Campinas, v. 25, n. 2, p. 238–256, 2020. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S1414-4077/S1414-40772020000200001. Acesso em: 10 ago. 2024.

DRETSKE, Fred. **Knowledge and the flow of information**. Oxford: Blackwell, 1981.

DRUCKER, Peter. **As novas realidades**: no governo e na política, na economia e nas empresas, na sociedade e na visão de mundo. 2 ed. São Paulo: Pioneira, 1989.

DRUCKER, Peter. **Desafios gerenciais para o século XXI**. 4 ed. São Paulo: Thompson, 2007.

EIPA - European Institute of Public Administration. **About the European CAF Resource Centre**. European CAF Resource Centre, 2013. Disponível em: https://www.eipa.eu/caf-resource-centre/. Acesso em: 10 jul. 2024.

FONSECA, Stella Oggioni da; NAMEN, Anderson Amendoeira. Mineração em bases de dados do INEP: uma análise exploratória para nortear melhorias no sistema educacional brasileiro. **Educação em Revista,** v. 32, n. 1, p. 133-157, 2016. Disponível em: https://doi.org/10.1590/0102-4698140742. Acesso em: 12 jul. 2024.

FOSSO WAMBA, Samuel; GUNASEKARAN, Angappa; AKTER, Shahriar; REN, Steven Ji-Fan; DUBEY, Rameshwar; CHILDE, Stephen J. Big data analytics and firm performance: effects of dynamic capabilities. **Journal of Business Research**, v. 70, January, p. 356-365, 2017. Disponível em: https://doi.org/10.1016/j.jbusres.2016.08.009. Acesso em: 30 abr. 2024.

FOTACHE, Gabriela. Comparative study regarding information management and knowledge management. **Economy Transdisciplinarity Cognition**, v. 16, p. 63–70, 2013. Disponível em: https://www.ugb.ro/etc/etc2013no2/12_Fotache.pdf. Acesso em: 12 jul. 2024.

FREUND, John E. **Estatística aplicada.** 9. ed. Porto Alegre: Bookman, 2000.

FROHMANN, Bernd. Documentation redux: prolegomenon to (another) philosophy of information. **Library Trends**, v. 52, n. 3, p. 387–407, 2004. Disponível em: https://dblp.org/db/journals/libt/libt52.html#Frohmann04. Acesso em: 24 jun. 2024.

GARDNER, Howard. **Estruturas da mente**: a teoria das inteligências múltiplas. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1994.

GAUR, Sanjaya S.; VASUDEVAN, Hari; GAUR, Ajai.S. Market orientation and manufacturing performance of Indian SMEs. **European Journal of Marketing**, v. 45, n. 7/8, p. 1172-1193, 2011. Disponível em: 10.1108/03090561111137660. Acesso em: 10 ago. 2024.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 3. ed. São Paulo: Atlas, 1995.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 6. ed. - São Paulo: Atlas, 2008.

GOMES, Henriette Ferreira. Mediação da informação e suas dimensões dialógica, estética, formativa, ética e política: um fundamento da Ciência da Informação em favor do protagonismo social. **Informação & Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v. 30, n. 4, p. 1-23, out./nov. 2020.

GRANT, Robert Morris. Shifts in the world economy: the drivers of knowledge management. *In:* DESPRES, Charles; CHAUVEL, Daniele. **Knowledge horizons**: the present and the promise of knowledge management. Boston: Butterworth-Heinemann, 2000. p. 27-53. Disponível em: https://doi.org/10.1016/B978-0-7506-7247-4.50005-7. Acesso em: 25 jun. 2024.

GRUPO EXECUTIVO PARA A REFORMULAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR. RELATÓRIO – GERES. Brasília: Ministério da Educação, 1986. Disponível em: https://www.schwartzman.org.br/simon/pdf/geres.pdf. Acesso em: 9 jul. 2024.

GRUPO GESTOR DA PESQUISA. Programa de Avaliação da Reforma Universitária. **Educação brasileira**, Brasília, CRUB, v. 5, n. 10, 1983. Disponível em: https://www.crub.org.br/revista-educacao-brasileira-ano-v-n-10-1983-esta-disponivel/. Acesso em: 09 ago. 2024.

HJØRLAND, Birger. lnformation seeking behaviour: what should a general theory look like? **The New Review of Information Behaviour Research,** v. 1, p. 19-34, December, 2000. Disponível em:

HLUPIC, Vlatka; POULOUDI, Athanasia; RZEVSKI, George. Towards an integrated approach to knowledge management: 'hard', 'soft', and 'abstract' issues. **Knowledge and Process Management,** v. 9, n. 2, p. 90-102, 2002. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/227505604_Towards_an_integrated_approach_to_knowledge_management_'hard'_'soft'_and_'abstract'_issues. Acesso em: 23 set. 2024.

HOOD, Christopher. Making sense of controls over government**.** In: HOOD, C Christopher; JAMES, Oliver.; PETERS, B. Guy; SCOTT, Colin. (Orgs.). **Controlling**

modern government: variety, commonality and change. Cheltenham, UK: Edward Elgar, 2004. p. 185-206.

HUNT, Charles; ZARTARIAN, Vahé. **Le renseignement stratégique au service de votre entreprise**. Paris: First, 1990.

JAIN, Priti. An empirical study of knowledge management in university libraries in SADC countries. *In*: HOU, Huei-Tse. **New research on knowledge management applications and lesson learned**. InTech, 2012. DOI: 10.5772/2529 p. 137 – 154.

JAPIASSÚ, Hilton; MARCONDES, Danilo. **Dicionário básico de filosofia.** 4. ed. atual. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2006.

KOHLI, Ajay; JAWORSKI, Bernard. Market orientation: the construct, research propositions, and managerial implications. **The Journal of Marketing**, v. 54, n. 2, p. 1-18, 1990. https://doi.org/10.2307/1251866. Acesso em: 06 ago. 2024.

LARA, Marilda Lopes Ginez de; CAMARGO, Joice Cláudia C.; ROCHA, Silvia Gagliardi. Informação estatística e cidadania. **São Paulo em Perspectiva**, v.16, n.3, p. 86-91, jul./set. 2002. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S0102-88392002000300012. Acesso em: 12 jul. 2024.

LARA, Marilda Lopes Ginez de; CONTI, Vivaldo Luiz. Disseminação da informação e usuários. **São Paulo em Perspectiva**, v. 17, n. 3-4, p. 26-34, 2003. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S0102-88392003000300004. Acesso em: 12 jul. 2024.

LE COADIC, Yves-François. **A ciência da informação**. Tradução Maria Yêda F. S. de Filgueiras Gomes. 2. ed. rev. e atual. Brasília: Briquet de Lemos, 2004.

LIMA, Priscila da Silva Neves; AMBRÓSIO, Ana Paula Laboissière; FERREIRA, Deller James; BRANCHER, Jacques Duílio. Análise de dados do Enade e Enem: uma revisão sistemática da literatura. **Avaliação**, Campinas; Sorocaba, SP, v. 24, n. 1, p. 89-107, 2019. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S1414-40772019000100006. Acesso em: 30 abr. 2024.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Filosofia da educação**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

MANFREDI-SÁNCHEZ, Juan-Luis. Horizontes de la información pública. El profesional de la información, v. 26, n. 3, p. 353-360, 2017. Disponível em: https://scholar.google.com/citations?user=EY-EZTgAAAAJ&hl=en. Acesso em: 2 abr. 2024.

MARCONI, Maria de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica.** 9 ed. São Paulo: Atlas, 2022.

MARCONI, Maria de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de pesquisa.** 3. Ed. São Paulo: Atlas, 1999.

MCGEE, James; PRUSAK, Laurence. **Gerenciamento estratégico da informação**: aumente a competitividade e a eficiência da sua empresa utilizando a informação como uma ferramenta estratégica. Rio de Janeiro: Campus, 1994.

MCKNIGHT, Susan. A futuristic view of knowledge and information management. **BiD textos universitaris de biblioteconomia i documentacion.** 2007. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/50947992_A_Futuristic_View_of_Knowledge_and_Information_Management#fullTextFileContent. Acesso em: 07 ago. 2024.

MOREIRA, Denilson Nunes; MOREIRA, Elisete Maria da Silva; ARAUJO, Elvira Aparecida Simões de. Indicadores da educação superior e os desafios para o estado de Rondônia. **Revista Brasileira de Ensino Superior, Passo Fundo**, v. 6, n. 1, p. 19-38, jan./mar. 2022. DOI: https://doi.org/10.18256/2447-3944.2022.v6i1.3448. Acesso em: 30 jun. 2025.

NARVER, John; SLATER, Stanley F. The effect of a market orientation on business profitability. **Journal of Marketing**, v. 54, n. 4, p. 20-35, 1990. https://doi.org/10.2307/1251757. Acesso em 30 abr. 2024.

NONAKA, Ikujiro; TAKEUCHI, Hiro. **Criação de conhecimento na empresa**: como as empresas japonesas geram a dinâmica da inovação. 20ª. reimpressão. Rio de Janeiro: Elsevier, 1997.

NORTH, Klaus; PRESSER, Nadi Helena. **Reflexões fundamentais para a prática da gestão do conhecimento**. Recife: Néctar, 2011.

NORTH, Klaus; SCHARLE, Ágota. **European network of public employment services**: Practitioner toolkit on knowledge management. Luxembourg: Publications Office of the European Union, 2020.

NURUZZAMAN, N.; GAUR, Ajai S.; SAMBHARYA, Rakesh B. A microfoundations approach to studying innovation in multinational subsidiaries. **Global Strategy Journal,** v. 9, n. 1, p. 1-25, 2018. Disponível em: https://doi.org/10.1002/gsj.1202. Acesso em: 30 abr. 2024.

PARISI, Baby de Fátima Barbosa; OLIVEIRA, Kleber Fernandes de. Painel de gestão acadêmica dos cursos de graduação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe: uma proposta de Power Bi® como ferramenta gerencial. **Revista de Gestão e Avaliação Educacional**, *[S. l.]*, v. 10, n. 19, p. e64035, 2021. DOI: 10.5902/2318133864035. Disponível em: https://periodicos.ufsm.br/regae/article/view/64035 . Acesso em: 20 fev. 2025.

POLANY, Michael. **A dimensão tácita**. Tradução de Eduardo Beira. Portugal: Inovatec, 2010.

POLANY, Michael. **Personal Knowledge:** towards a Post-Critical philosophy. Chicago: University of Chicago Press, 1958.

PONJUÁN DANTE, Gloria. La gestión de información y sus modelos representativos. Valoraciones. **Ciencias de la Información**, La Habana, v. 42, n. 2, p. 11-17, mayo/ago.

2011. Disponível em: https://cinfo.idict.cu/index.php/cinfo/article/view/280. Acesso em 11 jul. 2024.

PROGRAMA DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL DAS UNIVERSIDADES BRASILEIRAS (PAIUB). Comissão Nacional de Avaliação das Universidades Brasileiras. Avaliação das universidade brasileiras. Brasília, DF, 1993. Disponível em: http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me002072.pdf. Acesso em: 07 ago. 2024

ROSA, Ana Beatriz Almagro Rodrigues; SIMIONATO ARAKAKI, Ana Carolina; FURNIVAL, Ariadne Chloe Mary. Gestão de dados de pesquisa nas bibliotecas universitárias públicas paulistas. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, *[S. l.]*, v. 18, p. 1–20, 2022. Disponível em: https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/1685. Acesso em: 22 jun. 2024.

SENGE, Peter. **A quinta disciplina:** Arte e prática da organização que aprende. Tradução de Gabriel Zide Neto. 38 ed. Santana de Parnaíba – SP: Best Seller, 2013.

SHAPIRO, Carl; VARIAN, Hal R. **A economia da informação**: como os princípios econômicos se aplicam à era da Internet. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

SIMON, Herbert A. Motivational and emotional controls of cognition. **Psychological Review***,* v. 74, n. 1, p. 29–39, 1967. https://doi.org/10.1037/h0024127. Acesso em 11 jul. 2024.

TENÓRIO, Robinson Moreira; ANDRADE, Maria Antonia Brandão de. **A avaliação da educação superior no Brasil: desafios e perspectivas.** AVALIAÇÃO EDUCACIONAL desatando e reatando nós, p. 31, 2009.

THIOLLENT, Michel. **Metodologia de Pesquisa-ação.** São Paulo: Saraiva, 2009.

TRZESNIAK, Piotr; MUNIZ JÚNIOR, Jorge; BATISTA JÚNIOR, Edgard Dias. **Um enunciado definitivo para o conceito de gestão do conhecimento**: necessidade para o avanço da ciência e para a aplicação eficaz. In: OLIVEIRA, V. F.; CAVENAGUI, V.; MÁSCULO, F. S. (org.). *Tópicos emergentes e desafios metodológicos em engenharia de produção: casos, experiências e proposições*. Rio de Janeiro: ABEPRO, 2009. p. 137-145. ISBN 978-85-88478-38-1.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO-UFPE. Conselho Coordenador de Ensino, Pesquisa e Extensão. **Resolução nº. 02/2023 de 10 de fevereiro de 2023.** Regulamenta a administração da graduação na Universidade e dá outras providências. Recife: Conselho Coordenador de Ensino, Pesquisa e Extensão, 2003. Disponível em: https://www.ufpe.br/documents/398575/485090/Res+2003+02+CCEPE.pdf/bfd9a248-fad7-4ca6-a4d0-1487bc7ffc00. Acesso em: 11 jun. 2024.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO-UFPE. Conselho de Administração. **Resolução nº. 01/2024 de 10 de fevereiro de 2024.** Aprova o Regimento da Reitoria da Universidade Federal de Pernambuco, que com ela é publicado. B.O. UFPE, RECIFE, V.59, Nº77-BOLETIM DE SERVIÇO. 2024.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e relatórios de pesquisa em Administração.** 12. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

VILLAS BOAS, Benigna Maria de Freitas. Avaliação no trabalho pedagógico universitário. *In* CASTANHO, Sérgio; CASTANHO (Org). **O que há de novo na educação superior:** do projeto pedagógico à prática transformadora**.** Campinas, SP: Papirus, 2000, p. 133-158.

VITTI-RODRIGUES, Mariana; MATULOVIC, Mariana; GONZALEZ, Maria Eunice Quilici. Informação-processo e abdução. *In:* ALVES, Marcos Antonio; GRÁCIO; Maria Claudia Cabrini; MARTÍNEZ-ÁVILA Daniel (Org.). **Informação, conhecimento e modelos**. Coleção CLE, v. 78, p. 131-152, 2017.

VON KROGH, Georg; ICHIJO, Kazuo; NONAKA, Ikujiro. **Enabling knowledge creation**. how to unlock the mistery of tacit knowledge and release the power of innovation. New York: Oxford University Press, 2000.

WIIG, Karl. Knowledge management: An emerging discipline rooted in a long history. *In:* DESPRES, Charles; CHAUVEL. **Knowledge horizons**: the present and the promise of knowledge management. Boston: Butterworth-Heinemann, 2000. p. 3-26. Disponível em: https://doi.org/10.1016/B978-0-7506-7247-4.50005-7. Acesso em: 26 jun. 2024.

WILLIAMS, Annette M.; GIUSE, Nunzia Bettinsoli; KOONCE, Taneya Y.; KOU, Qinghua; GIUSE, Dario A. Using knowledge management practices to develop a state-of-the-art digital library. **Stud Health Technol Inform**, v. 107, n. 1, p. 99-103, 2004. DOI: 10.3233/978-1-60750-949-3-99. Acesso em: 1 jul. 2025.

ANEXO 1: Resolução Nº 02/2003 Conselho Coordenador Ensino, Pesquisa e Extensão

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO CONSELHO COORDENADOR DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

RESOLUÇÃO Nº 02/2003

EMENTA: Regulamenta a administração da graduação na Universidade e dá outras providências.

O CONSELHO COORDENADOR DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO DA **UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO**, no uso da atribuição que lhe confere o art. 25, alínea *a*, do Estatuto da Universidade.

CONSIDERANDO:

As mudanças de dispositivos do Regimento Geral da Universidade, aprovadas pelo Conselho Universitário em sessão realizada em 16 de dezembro de 2002;

o interesse da Universidade em aperfeiçoar o sistema de graduação;

a proposta para a administração dos cursos de graduação encaminhada pelas Câmaras de Graduação e de Admissão e Ensino Básico.

RESOLVE:

CAPÍTULO I
DA ADMINISTRAÇÃO DOS CURSOS

SEÇÃO I
Da Coordenação Central

Art. 1° A Graduação será objeto de Coordenação Central, por intermédio das Câmaras de Graduação e de Admissão e Ensino Básico, à qual compete baixar instruções complementares que se fizerem necessárias, com vistas à fiel aplicação desta Resolução e demais dispositivos estatutários e regimentais.

Art. 2º O curso de graduação será vinculado a departamento (s) ou centro (s) de acordo com a distribuição de sua carga horária ou da opção explicitada no projeto pedagógico do curso por ocasião de sua criação, conforme proposta aprovada pelas Câmaras de Graduação e de Admissão ao Ensino Básico e homologada pelo Conselho Coordenador de Ensino, Pesquisa e Extensão, observado o disposto no art. 20 e seu § 1º do Regimento Geral da Universidade.

§ 1º Para os fins desta Resolução, entende-se por carga horária total do curso a soma das cargas horárias de todas disciplinas obrigatórias, exceto a de estágio curricular.

§ 2º A vinculação dos cursos de graduação já existentes está estabelecida de acordo com o Anexo I desta resolução.

Art. 3° Em cada Centro será constituída a Câmara de Graduação, integrada pelos seguintes membros:

I – quando no Centro houver mais de um curso de graduação:
- a) diretor do Centro ou seu representante legal, como presidente;
- b) coordenadores dos cursos de graduação do Centro;
- c) coordenador da Área correspondente, se houver, ou seu representante legal;
- d) coordenador Setorial de Extensão ou seu representante legal;
- e) representante da Comissão de Pós-Graduação ou de Pesquisa do Centro ou seu representante legal;
- f) representação estudantil da graduação eleita dentre e pelos representantes estudantis dos colegiados dos cursos de graduação do Centro, de acordo com a legislação em vigor.

II- na hipótese da existência de um único curso de graduação no Centro:
- a) diretor do Centro ou seu representante legal, como presidente;
- b) coordenador do curso de graduação;
- c) integrantes do colegiado do curso de graduação;
- d) coordenador da Área correspondente, se houver, ou seu representante legal;
- e) coordenador Setorial de Extensão ou seu representante legal;
- f) representante da Comissão de Pós-Graduação do Centro ou seu representante legal;
- g) representação estudantil da graduação eleita dentre e pelos representantes estudantis dos colegiados dos cursos de graduação do Centro, de acordo com a legislação em vigor.

§ 1º A Câmara de que trata este artigo terá como atribuição o planejamento e o acompanhamento global dos cursos de graduação do Centro, visando a integração, a multidisciplinariedade, a interdisciplinariedade e o apoio à infraestrutura e o melhor funcionamento dos mesmos;

§ 2º As Câmaras de Graduação e de Admissão e Ensino Básico poderão delegar algumas de suas atribuições à câmara mencionada neste artigo.

SEÇÃO II

Do Colegiado do Curso de Graduação

Art. 4º Para maior integração dos estudos e a coordenação didática, haverá um colegiado para cada curso de graduação.

§ 1º Os cursos que tiverem licenciatura e bacharelado poderão optar por uma única coordenação de curso ou por coordenação diferente para a licenciatura e para o bacharelado;

§ 2º Em qualquer dos casos, o colegiado eleitoral será único, porém os colegiados de curso poderão diferir, tendo sua composição estabelecida de acordo com o art. 5º;

§ 3º Os candidatos à Coordenação de Curso de Licenciatura devem pertencer ao Departamento ou Centro a que o curso estiver vinculado.

Art. 5º O colegiado de curso de graduação será constituído pelos seguintes membros:

I. Coordenador do Curso, como presidente;
II. Vice-Coordenador do Curso;
III. representantes dos Departamentos responsáveis por disciplinas do ciclo acadêmico ou profissional do curso, eleitos pelos respectivos Plenos, dentre os docentes do quadro permanente da Universidade neles lotados, observada a seguinte proporção:
a) um representante para cada Departamento que contribui com cinco a dez por cento da carga horária do curso;
b) dois representantes para cada departamento que contribui com mais de dez e até vinte por cento da carga horária;
c) três representantes para cada departamento que contribui com mais de vinte e até trinta a por cento da carga horária;
d) cinco representantes para cada departamento que contribui com mais de trinta por cento da carga horária;
IV. representação estudantil da graduação eleita dentre e pelos representantes estudantis do curso de graduação, de acordo com a legislação em vigor. ***(nova redação)***

§ 1^0 O mandato dos membros referidos na alínea III do parágrafo anterior será de um ano, permitida a recondução;

§ 2^0 O mandato dos membros referidos na alínea IV do parágrafo anterior será de um ano;

§ 3º O colegiado de curso deverá se reunir pelo menos uma vez por semestre, por ocasião da discussão do elenco de disciplinas a serem oferecidas no semestre seguinte e de seus respectivos horários;

Art. 6º É vedada a acumulação de representações no mesmo Colegiado e a designação de representantes docentes que não estejam ministrando disciplinas do curso.

Art. 7º São atribuições do Colegiado do Curso de Graduação:

I. coordenar, orientar, gerir e fiscalizar o funcionamento didático do Curso;
II. propor à Pró-Reitoria para Assuntos Acadêmicos:
a) as disciplinas obrigatórias e eletivas integrantes do currículo do Curso com suas respectivas ementas indicativas do conteúdo programático, número mínimo e máximo de alunos por turma,

cargas horárias, número de créditos e condições especiais de creditação, ouvida a instância a que o curso está vinculado;

b) outras atividades acadêmicas creditáveis para integralização curricular com respectivas cargas horárias, número de créditos e condições de creditação;

c) as alterações da estrutura curricular e do regimento do curso, se pertinente;

d) a adoção de métodos e processos particulares de orientação e verificação da aprendizagem;

III. estabelecer o elenco de disciplinas a ser oferecido aos alunos do curso, em cada período letivo, bem como as prioridades de matrícula entre os alunos que as pleitearem, atendido os limites de vagas;

IV. acompanhar as atividades docentes e o funcionamento das disciplinas e propor à Chefia do Departamento, ou Diretoria do Centro, conforme a pertinência, no interesse do curso, a adoção de medidas que julgar necessárias;

V. oferecer as disciplinas dentro do turno de funcionamento do curso, evitando lacunas de horário entre as diversas disciplinas oferecidas, a fim de otimizar o tempo utilizado pelos alunos, consultando à Pró-Reitoria para Assuntos Acadêmicos na existência de dificuldades para o atendimento dessa providência;

VI. homologar as equivalências de disciplinas solicitadas ao seu Curso;

VII. dar orientação acadêmica para a escolha das trajetórias gerais e individuais dos alunos;

VIII. estabelecer critérios para definição e aproveitamento de atividades acadêmicas para fins de creditação, incluindo sua forma de avaliação;

IX. apreciar as sugestões do(s) Pleno(s) do(s) Departamento(s), da Câmara de Graduação do Centro e dos alunos, relativas ao funcionamento do curso;

X. opinar sobre infrações disciplinares estudantis e encaminhá-las, quando for o caso, aos órgãos competentes;

XI. decidir, em primeira instância, sobre os recursos de alunos, referentes a assuntos acadêmicos do curso;

XII. seis meses antes do término do mandato do Coordenador e do Vice-Coordenador do Curso, instituir a comissão eleitoral que elaborará as instruções e determinará os prazos do processo de escolha dos novos ocupantes dessas funções;

XIII. submeter as instruções e os prazos do processo eleitoral mencionados no inciso anterior à aprovação da Câmara de Graduação do Centro, para posterior homologação da Pró- Reitoria para Assuntos Acadêmicos;

XIV. opinar sobre quaisquer outras matérias de interesse do curso que lhe sejam encaminhadas por órgãos das Unidades ou da Administração Superior;

XV. apoiar o Coordenador do Curso no desempenho de suas atribuições;

XVI. opinar sobre a estrutura física e recursos materiais do curso;

XVII. desempenhar as demais atribuições que lhes forem determinadas pelo Regimento Geral da Universidade, pelos Órgãos Deliberativos Superiores e pelo Regimento do Curso.

Parágrafo Único. O colegiado poderá designar docente ou instituir comissão

especial, de caráter permanente ou transitório, para emitir parecer e/ou decidir sobre matérias relacionadas com as suas atribuições, exceto mudanças mencionadas no inciso II deste artigo.

SEÇÃO III

Da Coordenação do Curso de Graduação

Art. 8º O Coordenador e o Vice-Coordenador do curso de graduação serão designados pelo Reitor, após processo eleitoral regulamentado pelo respectivo colegiado, cujo resultado será submetido à homologação do Conselho Departamental do Centro correspondente e à Pró-Reitoria para Assuntos Acadêmicos.

§ 1º O Coordenador e o Vice-Coordenador serão escolhidos dentre os integrantes da carreira de magistério superior do quadro permanente da Universidade em efetivo exercício: ***(nova redação)***

I. do(s) Departamento(s), quando o curso a este(s) for vinculado(s);
II. do Centro, se a este o curso for vinculado;

§ 2º O docente interessado em candidatar-se à função de Coordenador ou Vice-Coordenador deverá atender às seguintes exigências:

I. ter cumprido o estágio probatório;
II. estar sob o regime de quarenta horas semanais ou de dedicação exclusiva;
III. no último ano ter ministrado disciplina obrigatória ou eletiva do ciclo acadêmico ou profissional do curso e apresentado produção acadêmico-científica continuada em sua área de atuação;
IV. apresentar no ato da inscrição da candidatura da chapa formada pelo Coordenador e pelo Vice-Coordenador o Plano de Trabalho conjunto, no prazo estabelecido pela comissão eleitoral;

§ 3º O colegiado eleitoral para a eleição do Coordenador e Vice-Coordenador de Curso de Graduação será composto pelos:

I. integrantes da carreira de magistério superior do quadro permanente da Universidade em efetivo exercício, e que compõem o Colegiado do Curso**;** *(nova redação*)
II. alunos regularmente matriculados no curso e que estejam cursando pelo menos uma disciplina na época da eleição, excluindo-se os alunos matriculados em disciplinas isoladas;
III. quando o curso for vinculado a um ou mais departamentos, além dos docentes relacionados na alínea I deste artigo, também farão parte do colegiado eleitoral todos os integrantes da carreira de magistério superior do quadro permanente da Universidade em efetivo exercício dos referidos departamentos; ***(nova redação)***
IV. quando o curso for vinculado a um centro, além dos docentes relacionados na alínea I deste artigo, também farão parte do colegiado eleitoral os docentes que tenham ministrado disciplinas no curso nos últimos dois anos;

§ 4º O Coordenador e o Vice-Coordenador terão mandato de dois anos, permitida uma recondução através de nova eleição;

§ 5º O Vice-Coordenador substituirá o Coordenador em suas ausências e impedimentos;

§ 6° No caso de vacância na função de Coordenador ou de Vice-Coordenador, antes do cumprimento da metade do mandato para que foram eleitos, será procedida nova eleição;

§ 7º Ocorrendo a vacância na segunda metade dos respectivos mandatos, o Pró-Reitor solicitará ao Reitor a nomeação de *pro-tempore*, o qual cumprirá o restante do mandato daquele que foi substituído, até a designação do novo Coordenador ou Vice-Coordenador.

§ 8º Para os efeitos desta Resolução, também são considerados em efetivo exercício os professores cujos afastamentos estejam previstos no artigo 102 da Lei 8.112/90 ***(inserido)***

Art. 9º Compete ao Coordenador do Curso:
convocar e presidir as reuniões do colegiado;

I. solicitar à Pró-Reitoria Acadêmica, aos Diretores de Centro e/ou aos Chefes de Departamento as providências que se fizerem necessárias para o melhor funcionamento do curso, em matéria de instalações, equipamentos, didática e pessoal;

II. articular-se com a Câmara de Graduação do Centro e a Pró-Reitoria para Assuntos Acadêmicos, a fim de harmonizar o funcionamento do curso com as diretrizes dela emanadas;

III. promover semestralmente a avaliação dos docentes pelos discentes e encaminhar aos meios competentes;

IV. promover semestralmente o acompanhamento do docente e encaminhar à Pró-Reitoria para Assuntos Acadêmicos;

V. responsabilizar-se pela orientação da matrícula e assegurar-se da execução dos serviços da escolaridade, caso não haja Escolaridade Setorial, de acordo com a sistemática estabelecida pelos órgãos centrais competentes;

VI. fiscalizar o cumprimento das disciplinas oferecidas e a execução dos demais planos de ensino, apresentando aos órgãos competentes os casos de irregularidades ou infrações disciplinares;

VII. propor ao Colegiado o número de vagas a ser oferecido para ingresso no vestibular e extra-vestibular;

VIII. apresentar o relatório anual das atividades do curso à Câmara de Graduação do respectivo Centro e à Pró-Reitoria para Assuntos Acadêmicos no decorrer do primeiro trimestre de cada ano dando ciência aos Departamentos envolvidos;

IX. cumprir e fazer cumprir as decisões dos órgãos superiores sobre matérias relativas ao curso, bem como desempenhar as demais atribuições que lhe forem fixadas no Regimento Geral da Universidade, pelos Órgãos Deliberativos Superiores e pelo Regimento do Curso.

SEÇÃO IV

Do Colegiado da Área do Ciclo Básico

Art. 10. Para maior integração e coordenação entre os cursos, haverá um colegiado para cada área do primeiro ciclo e ciclo básico.

§ 1º Integrará cada colegiado de área os seguintes membros:

I. o Coordenador da Área, como presidente;
II. o Vice-Coordenador da Área;
III. os diretores dos Centros cujos cursos estejam envolvidos com a área;
IV. os coordenadores dos cursos de graduação atendidos pela área;
V. os coordenadores das disciplinas oferecidas pela área;
VI. representação estudantil de cada Centro atendido pela Área, eleita pelos Diretórios Acadêmicos dos cursos atendidos pela Área e que estejam cursando disciplina na Área, de acordo com a legislação em vigor.

§ 2º Pode participar do colegiado, conforme sua conveniência, o Pró-Reitor para Assuntos Acadêmicos.

Art. 11. São atribuições do Colegiado das Áreas do Ciclo Básico:

I. coordenar, orientar e fiscalizar o funcionamento didático da Área;
II. propor aos colegiados dos cursos de graduação:
a) a remoção, criação e reformulação de disciplinas, estágios ou outras atividades acadêmicas oferecidas pela Área e creditáveis para integralização curricular, com as respectivas ementas indicativas do conteúdo programático, cargas horárias, número de créditos, pré-requisitos, metodologia e recursos necessários;
b) normas, levando em consideração o coeficiente de rendimento acadêmico, para orientar o número máximo de créditos que o aluno poderá obter através da matrícula em disciplinas oferecidas pela área em um determinado período letivo (semestre). As normas serão aprovadas por cada Colegiado de Graduação de Curso e homologadas pela Câmara de Graduação e Admissão ao Ensino Básico;
c) adoção de métodos e processo específicos de orientação e verificação de aprendizagem;
III - solicitar aos Departamentos competentes ementas e conteúdos programáticos atualizados;
IV - estabelecer a lista de disciplinas da área a serem oferecidas aos alunos do curso, em cada período letivo, ouvidos os Departamentos competentes, bem como as prioridades de matrícula entre os alunos que as pleitearem, atendidos os limites de vagas;
V - acompanhar as atividades docentes e propor aos Departamentos, no interesse da Área, a substituição de professores ou outras medidas que forem julgadas necessárias;
VI - apreciar recomendações dos Conselhos Departamentais e dos Departamentos e sugestões dos professores relativas ao funcionamento da Área;
VII - opinar sobre infrações disciplinares estudantis bem como recursos de alunos e representações dos Diretórios Acadêmicos, referentes a

assuntos didáticos e encaminhá-las, quando for o caso, aos órgãos competentes;

VIII - opinar sobre quaisquer outras matérias do interesse das Área que sejam encaminhadas por órgãos das Unidades ou da administração Superior;

IX - auxiliar o Coordenador da Área no desempenho de suas atribuições;

X - desempenhar as demais atribuições que lhe(s) forem determinadas pelo Regimento Geral da Universidade, pelos Órgãos Deliberativos Superiores e pelo Regimento do Curso.

SEÇÃO V

Da Coordenadoria da Área

Art. 12. O Coordenador e o Vice-Coordenador de Área serão designados pelo Reitor, após processo eleitoral regulamentado pelo respectivo colegiado, cujo processo eleitoral será submetido à homologação do Conselho Departamental dos Centros envolvidos e à Pró-Reitoria para Assuntos Acadêmicos.

§ 1º Aplica-se ao Coordenador e Vice-Coordenador de Área o disposto nos 2º, 4º, 5º, 6º e 7º do art. 8º desta Resolução, no que couber;

§ 2º O Coordenador será escolhido dentre os docentes lotados no Centro responsável pela maior porcentagem da carga horária de disciplinas oferecidas pela Área;

§ 3º No caso em que os Centros contribuam com a mesma porcentagem de carga horária de disciplinas oferecidas pela Área, o Coordenador escolhido poderá ser de quaisquer uma dessas Unidades;

§ 4º O Vice-Coordenador será eleito dentre os docente lotados em Centro diferente do Coordenador, se couber, mas vinculado à área;

§ 5º Além dos membros do colegiado da área, o corpo eleitoral para a eleição do Coordenador e

Vice-Coordenador de Área será constituído pelos:

I - docentes que estejam ministrando disciplinas na Área, à época da eleição;

II - docentes que tenham ministrado disciplinas na Área nos últimos 12 meses;

III - alunos que estejam cursando disciplinas na Área, à época da eleição;

Art. 13. Compete ao Coordenador da Área:

I - convocar e presidir as reuniões do colegiado;

II - solicitar à Pró-Reitoria Acadêmica, aos Diretores de Centro e/ou aos Chefes de Departamento as providências que se fizerem necessárias para melhor funcionamento da Área, em matéria de instalações, equipamentos e pessoal;

III - articular-se com a Pró-Reitoria Acadêmica, a fim de harmonizar o funcionamento da Área com as diretrizes dela emanadas;

IV - organizar, ouvindo o Colegiado e em articulação com os Departamentos interessados, os horários escolares, comunicando-os à Pró-Reitoria competente, nos prazos por ela fixados, bem como o cronograma de exercícios e provas;

V - responsabilizar-se pela orientação da matrícula e assegurar-se da execução dos serviços de escolaridade, de acordo com a sistemática estabelecida pelos órgãos centrais competentes;

VI - fiscalizar o cumprimento dos programas de ensino e a execução dos demais planos de trabalhos escolares, encaminhando aos órgãos competentes os casos de irregularidades ou infrações disciplinares;

VII - cumprir e fazer cumprir as decisões dos órgãos superiores sobre matérias relativas à Área;

VIII - apresentar à Pró-Reitoria Acadêmica relatório anual das atividades da Área;

IX - desempenhar as demais atribuições que lhe(s) forem determinadas pelo Regimento Geral da Universidade, pelos Órgãos Deliberativos Superiores e pelo Regimento do Curso.

CAPÍTULO II

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS, TRANSITÓRIAS E FINAIS

Art. 14. Os casos omissos serão decididos pelas Câmaras de Graduação e de Admissão e Ensino Básico.

Art. 15. Das decisões dos colegiados de curso de graduação e de área cabe recurso ao Conselho Departamental do(s) respectivo(s) Centro(s), deste às Câmaras de Graduação e de Admissão e Ensino Básico e, destas e em última instância, ao Conselho Coordenador de Ensino, Pesquisa e Extensão.

Art. 16. Os cursos e as áreas deverão proceder a eleição dos respectivos Coordenadores e Vice- Coordenadores no prazo de noventa dias, contados da data da publicação desta Resolução.

Parágrafo único. Não se aplica esta exigência aos coordenadores e vice-coordenadores de cursos ou de áreas designados há menos de 24 (vinte e quatro) meses.

Art. 17. Ficam revogadas a Resolução nº 12, de 29 de outubro de 1985, bem como as demais disposições em contrário.

Art. 18. Esta Resolução entra em vigor a partir da data de sua publicação no Boletim Oficial da Universidade.

APROVADA NA 1ª SESSÃO ORDINÁRIA DO EXERCÍCIO DE 2003, DO CONSELHO COORDENADOR DE ENSINO PESQUISA E EXTENSÃO, REALIZADA NO DIA 10 DE FEVEREIRO DE 2003.

Presidente: **Prof. Yony de Sá Barreto Sampaio**
Vice-Reitor-Substituto no Exercício da Vice-Reitoria

REPUBLICADA EM VIRTUDE DE AJUSTES APROVADOS PELO CONSELHO COORDENADOR DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO(CCEPE) EM SUA 2ª SESSÃO ORDINÁRIA DO EXERCÍCIO DE 2003, REALIZADA EM 12 DE JUNHO DE 2003.

Anexo à Resolução nº 2, de 10 de fevereiro de 2003, do Conselho Coordenador de Ensino, Pesquisa e Extensão

Vinculação dos Atuais Cursos de Graduação da UFPE

Curso	***Departamento/Centro/ Pró-Reitoria***
Arquitetura	Departamento de Arquitetura e Urbanismo
Educação Artística – Artes Cênicas Educação Artística – Artes Plásticas	Departamento de Teoria da Arte e Expressão Artística
Biblioteconomia	Departamento de Ciência da Informação
Comunicação Social – Jornalismo Comunicação Social – Publicidade e Propaganda Comunicação Social – Radialismo e TV	Departamento de Comunicação Social
Licenciatura em Desenho e Plástica	Departamento de Desenho
Desenho Industrial	Departamento de Design
Letras	Departamento de Letras
Música – Canto Música – Instrumento Música – Licenciatura	Departamento de Música
Turismo	Centro de Artes e Comunicação
Pedagogia	Centro de Educação
Filosofia	Departamento de Filosofia
História	Departamento de História
Ciências Sociais – Bacharelado Ciências Sociais – Licenciatura	Departamento de Ciências Sociais
Geografia – Bacharelado Geografia – Licenciatura	Departamento de Ciências Geográficas
Psicologia	Departamento de Psicologia
Direito	Centro de Ciências Jurídicas
Ciências Biológicas - Bacharelado Ciências Biológicas - Licenciatura Ciências Biológicas/Ciências Ambientais – Bacharelado Ciências Biomédicas	Centro de Ciências Biológicas
Ciências Contábeis	Departamento de Ciências Contábeis
Ciências Econômicas	Departamento de Economia
Serviço Social	Departamento de Serviço Social
Administração Secretariado	Departamento de Ciências Administrativas
Educação Física	Departamento de Educação Física
Enfermagem e Obstetrícia	Departamento de Enfermagem
Hotelaria	Centro de Ciências Sociais Aplicadas
Farmácia	Departamento de Ciências Farmacêuticas

Fisioterapia	Departamento de Fisioterapia
Fonoaudiologia	Centro de Ciências da Saúde
Medicina	Centro de Ciências da Saúde
Nutrição	Departamento de Nutrição
Odontologia	Departamento de Clínica e Odontologia Preventiva Departamento de Prótese e Cirurgia Buco-Facial
Terapia Ocupacional	Departamento de Terapia Ocupacional
Engenharia Cartográfica	Departamento de Engenharia Cartográfica
Engenharia Civil	Departamento de Engenharia Civil
Engenharia Elétrica / Eletrônica Engenharia Elétrica / Eletrotécnica	Departamento de Eletrônica e Sistemas Depto.de Engenharia Elétrica e Sistemas de Potência
Engenharia Mecânica	Departamento de Engenharia Mecânica
Engenharia de Minas	Departamento de Engenharia de Minas
Engenharia de Produção	Departamento de Engenharia de Produção
Química Industrial Engenharia Química	Departamento de Engenharia Química
Geologia	Departamento de Geologia
Física – Bacharelado Física – Licenciatura	Departamento de Física
Matemática – Bacharelado Matemática – Licenciatura	Departamento de Matemática
Estatística	Departamento de Estatística
Química – Bacharelado Química – Licenciatura	Departamento de Química Fundamental
Ciência da Computação	Centro de Informática
Engenharia da Computação	Pró-Reitoria para Assuntos Acadêmicos
Engenharia Biomédica	Pró-Reitoria para Assuntos Acadêmicos

Vinculação das Atuais Áreas da UFPE

Área	***Centro Atendido pela Área***	***Curso Atendido pela Área***
Área I	Centro de Ciências Sociais Aplicadas Centro de Ciências Jurídicas Centro de Filosofia e Ciências Humanas Centro de Educação	Administração, Ciências Contábeis, Ciências Econômicas, Ciências Sociais - Bacharelado, Ciências Sociais – Licenciatura, Direito, Filosofia, Geografia – Bacharelado, Geografia – Licenciatura, História, Hotelaria, Pedagogia, Secretariado, Serviço Social

Área II	Centro de Ciências Exatas e da Natureza Centro de Tecnologia e Geociências	Ciência da Computação, Engenharia Biomédica, Engenharia Cartográfica, Engenharia Civil, Engenharia da Computação, Engenharia de Minas, Engenharia de Produção, Engenharia Elétrica – Eletrônica, Engenharia Elétrica – Eletrotécnica, Engenharia Mecânica, Engenharia Química, Estatística, Física – Bacharelado, Física – Licenciatura, Geologia, Matemática – Bacharelado, Matemática – Licenciatura, Química – Bacharelado, Química – Licenciatura, Química Industrial
Área III	Centro de Ciências Biológicas Centro de Ciências da Saúde	Ciências Biológicas – Bacharelado, Ciências Biológicas – Licenciatura, Ciências Biológicas – C. Ambientais, Ciências Biomédicas, Educação Física, Enfermagem e Obstetrícia, Farmácia, Fisioterapia, Fonoaudiologia, Medicina, Nutrição, Odontologia, Psicologia, Terapia Ocupacional
Área IV	Centro de Artes e Comunicação	Arquitetura, Biblioteconomia, Comunicação Social – Jornalismo, Comunicação Social – Publicidade e Propaganda, Comunicação Social – Radialismo e TV, Desenho Industrial – Programação Visual, Desenho Industrial – Projeto do Produto, Educação Artística – Artes Cênicas, Educação Artística – Artes Plásticas, Letras, Licenciatura em Desenho e Plástica, Música – Canto, Música – Instrumento, Música – Licenciatura, Turismo

APÊNDICE 1: Instrumentos de coleta: questionários

Segue as propostas de questionários.

Seguindo as orientações contidas no documento: ORIENTAÇÕES PARA PROCEDIMENTOS EM PESQUISAS COM QUALQUER ETAPA EM AMBIENTE VIRTUAL o procedimento a ser adotado para a obtenção do concernimento livre e esclarecido, com a assinatura do termo será pelo Google forms, com as opções: Aceito Participar da pesquisa ou não aceito participar da pesquisa. O convite para participação será enviado por e-mail em formato de convite individual, com o TCLE para anuência. É

garantido aos participantes de pesquisa o direito de não responder qualquer questão, sem necessidade de explicação ou justificativa para tal, podendo também se retirar da pesquisa a qualquer momento.

QUESTIONÁRIO PARA COORDENADORES DE CURSO

Seção 1: Informações Básicas

1. Qual o curso que você coordena? (Resposta aberta ou lista)
2. Há quanto tempo você exerce a função de coordenador?
    - ( ) Menos de 1 ano
    - ( ) Entre 1 e 3 anos
    - ( ) Entre 3 e 5 anos
    - ( ) Mais de 5 anos
3. Você já foi coordenadora ou coordenador de curso em outras ocasiões
   [ ] Sim [ ] Não
4. Se você respondeu sim, quantas vezes? _____

5. Você já utilizou relatórios do ENADE para planejar ações no curso?
    - ( ) Sim
    - ( ) Não
6. Você conhece os relatórios de resultados do ENADE em detalhes?
    - ( ) Sim
    - ( ) Não

Seção 2: Interesse nas Informações do ENADE

Capítulo 1: Participação dos Estudantes no ENADE

5. Você considera importante saber quantos estudantes do seu curso participaram do ENADE?
    - (1) Discordo totalmente
    - (2) Discordo
    - (3) Não concordo nem discordo
    - (4) Concordo
    - (5) Concordo totalmente
6. A quantidade de participantes do curso é relevante para avaliar a representatividade dos resultados?

- (1) Discordo totalmente
- (2) Discordo
- (3) Não concordo nem discordo
- (4) Concordo
- (5) Concordo totalmente

Capítulo 2: Síntese dos Resultados da Prova

7. Você considera relevante conhecer o desempenho médio dos estudantes do seu curso no ENADE?
    - (1) Discordo totalmente
    - (2) Discordo
    - (3) Não concordo nem discordo
    - (4) Concordo
    - (5) Concordo totalmente
8. Os resultados do ENADE são úteis para identificar áreas do curso que precisam de melhorias?
    - (1) Discordo totalmente
    - (2) Discordo
    - (3) Não concordo nem discordo
    - (4) Concordo
    - (5) Concordo totalmente

Capítulo 3: Comparação com as Médias Estaduais, Regionais e Nacionais

9. Você considera importante comparar o desempenho do curso com as médias estaduais, regionais e nacionais?
    - (1) Discordo totalmente
    - (2) Discordo
    - (3) Não concordo nem discordo
    - (4) Concordo
    - (5) Concordo totalmente
10. Informações sobre o desempenho em Formação Geral e Conhecimento Específico ajudam a avaliar a eficácia do currículo?
    - (1) Discordo totalmente
    - (2) Discordo
    - (3) Não concordo nem discordo
    - (4) Concordo

- (5) Concordo totalmente

Capítulo 4: Perfil Socioeconômico e Acadêmico

11. Dados sobre o perfil socioeconômico dos estudantes do curso (renda, escolaridade dos pais, bolsas) ajudam no planejamento de ações de permanência do aluno no curso?
    - (1) Discordo totalmente
    - (2) Discordo
    - (3) Não concordo nem discordo
    - (4) Concordo
    - (5) Concordo totalmente
12. Informações sobre auxílios financeiros recebidos pelos estudantes são úteis para compreender as condições de permanência do aluno no curso?
    - (1) Discordo totalmente
    - (2) Discordo
    - (3) Não concordo nem discordo
    - (4) Concordo
    - (5) Concordo totalmente

Capítulo 5: Opiniões dos Estudantes sobre o Curso

13. Você considera importante saber a percepção dos estudantes concluintes sobre as metodologias de ensino e a qualidade do curso?
    - (1) Discordo totalmente
    - (2) Discordo
    - (3) Não concordo nem discordo
    - (4) Concordo
    - (5) Concordo totalmente
14. Informações sobre oportunidades de extensão, iniciação científica e estágios são relevantes para planejar melhorias no curso?
    - (1) Discordo totalmente
    - (2) Discordo
    - (3) Não concordo nem discordo
    - (4) Concordo
    - (5) Concordo totalmente

Seção 3: Uso das Informações do ENADE

15. Você utilizaria as informações do ENADE para ajustar o Projeto Pedagógico do Curso (PPC)?
    - (1) Discordo totalmente
    - (2) Discordo
    - (3) Não concordo nem discordo
    - (4) Concordo
    - (5) Concordo totalmente
16. Os resultados do ENADE podem ser usados para justificar solicitações de melhorias em infraestrutura e recursos para o curso à reitoria?
    - (1) Discordo totalmente
    - (2) Discordo
    - (3) Não concordo nem discordo
    - (4) Concordo
    - (5) Concordo totalmente
17. Você acredita que as informações do ENADE são úteis para embasar ações que visem melhorar a qualidade do ensino no curso?
    - (1) Discordo totalmente
    - (2) Discordo
    - (3) Não concordo nem discordo
    - (4) Concordo
    - (5) Concordo totalmente
18. Em sua opinião, os resultados do ENADE são divulgados pela UFPE adequadamente para os coordenadores de curso?
    - (1) Discordo totalmente
    - (2) Discordo
    - (3) Não concordo nem discordo
    - (4) Concordo
    - (5) Concordo totalmente
19. Você recebeu alguma orientação para ter acesso aos resultados do Enade do seu curso?

[ ] Sim [ ] Não [ ] Não lembro

Se você respondeu sim

20. De que modo você recebeu as informações:

[ ] Painel

[ ] Ofício

[ ] Inep (site do Enade)

[ ] Reuniões colegiadas (ex. pleno, conselho)

[ ] Fórum dos coordenadores

[ ] Ascom /

[ ] Site UFPE

Outra, especifique_____

21. Os resultados do Enade geram um volume enorme de informações. Você acredita que a UFPE se beneficiaria definindo um setor/serviço responsável pela análise e USO dessas informações trabalhando juntamente com os coordenadores de curso?
    - (1) Discordo totalmente
    - (2) Discordo
    - (3) Não concordo nem discordo
    - (4) Concordo
    - (5) Concordo totalmente

QUESTIONÁRIO PARA DIRETORES E VICE-DIRETORES DE CENTRO

Seção 1: Informações Básicas

1. Há quanto tempo você exerce a função de diretor/vice diretor de centro?
    - ( ) Menos de 1 ano
    - ( ) Entre 1 e 3 anos
    - ( ) Entre 3 e 5 anos
    - ( ) Mais de 5 anos
2. Você já utilizou relatórios do ENADE para embasar decisões sobre o centro?
    - ( ) Sim
    - ( ) Não
3. Você conhece os relatórios de resultados do ENADE em detalhes?
    - ( ) Sim
    - ( ) Não

Seção 2: Interesse nas Informações do ENADE

Capítulo 1: Participação dos Estudantes no ENADE

5. Você considera importante saber quantos estudantes dos cursos do centro participaram do ENADE?
    - (1) Discordo totalmente
    - (2) Discordo
    - (3) Não concordo nem discordo
    - (4) Concordo
    - (5) Concordo totalmente
6. Informações sobre a representatividade dos estudantes ajudam a planejar ações no centro?
    - (1) Discordo totalmente
    - (2) Discordo
    - (3) Não concordo nem discordo
    - (4) Concordo
    - (5) Concordo totalmente

Capítulo 2: Síntese dos Resultados da Prova

7. Você considera relevante conhecer o desempenho médio dos cursos do centro no ENADE?
    - (1) Discordo totalmente
    - (2) Discordo
    - (3) Não concordo nem discordo
    - (4) Concordo
    - (5) Concordo totalmente
8. Os resultados do ENADE ajudam a identificar áreas que precisam de suporte administrativo ou pedagógico no centro?
    - (1) Discordo totalmente
    - (2) Discordo
    - (3) Não concordo nem discordo
    - (4) Concordo
    - (5) Concordo totalmente

Capítulo 3: Comparação com as Médias Nacionais

9. Você considera importante comparar o desempenho dos cursos do centro com as médias nacionais?

- (1) Discordo totalmente
- (2) Discordo
- (3) Não concordo nem discordo
- (4) Concordo
- (5) Concordo totalmente

10. Informações sobre desempenho em Formação Geral e Conhecimento Específico ajudam a priorizar investimentos em infraestrutura ou capacitação docente?
    - (1) Discordo totalmente
    - (2) Discordo
    - (3) Não concordo nem discordo
    - (4) Concordo
    - (5) Concordo totalmente

Capítulo 4: Perfil Socioeconômico e Acadêmico

11. Informações sobre o perfil socioeconômico dos estudantes ajudam a planejar políticas de apoio e permanência nos cursos do centro?
    - (1) Discordo totalmente
    - (2) Discordo
    - (3) Não concordo nem discordo
    - (4) Concordo
    - (5) Concordo totalmente
12. Informações sobre auxílios financeiros e bolsas recebidas pelos estudantes são úteis para compreender as demandas de infraestrutura?
    - (1) Discordo totalmente
    - (2) Discordo
    - (3) Não concordo nem discordo
    - (4) Concordo
    - (5) Concordo totalmente

Capítulo 5: Opiniões dos Estudantes sobre o Curso

13. Você considera importante saber a percepção dos estudantes concluintes sobre a qualidade do curso e as oportunidades oferecidas?
    - (1) Discordo totalmente
    - (2) Discordo
    - (3) Não concordo nem discordo
    - (4) Concordo

- (5) Concordo totalmente

14. Informações sobre atividades de extensão, iniciação científica e estágios ajudam a planejar melhorias para os cursos do centro?
    - (1) Discordo totalmente
    - (2) Discordo
    - (3) Não concordo nem discordo
    - (4) Concordo
    - (5) Concordo totalmente

Seção 3: Uso das Informações do ENADE

15. Você utilizaria as informações do ENADE para embasar solicitações de recursos e investimentos no centro à reitoria?
    - (1) Discordo totalmente
    - (2) Discordo
    - (3) Não concordo nem discordo
    - (4) Concordo
    - (5) Concordo totalmente
16. Os resultados do ENADE são úteis para justificar a necessidade de melhorias na infraestrutura e no apoio acadêmico à reitoria?
    - (1) Discordo totalmente
    - (2) Discordo
    - (3) Não concordo nem discordo
    - (4) Concordo
    - (5) Concordo totalmente
17. Você acredita que as informações do ENADE ajudam a identificar prioridades estratégicas para o centro?
    - (1) Discordo totalmente
    - (2) Discordo
    - (3) Não concordo nem discordo
    - (4) Concordo
    - (5) Concordo totalmente
18. Em sua opinião, os resultados do ENADE são divulgados adequadamente pela UFPE para os diretores de centro?
    - (1) Discordo totalmente

- (2) Discordo
- (3) Não concordo nem discordo
- (4) Concordo
- (5) Concordo totalmente

19. Os resultados do Enade geram um volume enorme de informações. Você acredita que a UFPE se beneficiaria definindo um setor/serviço responsável pela análise e USO dessas informações trabalhando juntamente com os diretores de centro?
    - (1) Discordo totalmente
    - (2) Discordo
    - (3) Não concordo nem discordo
    - (4) Concordo
    - (5) Concordo totalmente

QUESTIONÁRIO - GESTÃO CENTRAL

Seção 1: Informações Básicas

1. Há quanto tempo você ocupa esse cargo?
    - ( ) Menos de 1 ano
    - ( ) Entre 1 e 3 anos
    - ( ) Entre 3 e 5 anos
    - ( ) Mais de 5 anos

2. Você já utilizou relatórios do ENADE para embasar decisões institucionais?
    - ( ) Sim
    - ( ) Não

Seção 2: Interesse nas Informações do ENADE

3. Você considera importante saber quantos estudantes da universidade participaram do ENADE?
    - Discordo totalmente
    - (2) Discordo
    - (3) Não concordo nem discordo
    - (4) Concordo
    - (5) Concordo totalmente

4. Informações sobre a participação dos estudantes ajudam a avaliar o engajamento institucional no processo?

- Discordo totalmente
- (2) Discordo
- (3) Não concordo nem discordo
- (4) Concordo
- (5) Concordo totalmente

5. Você considera relevante conhecer o desempenho médio dos cursos da universidade no ENADE?

- Discordo totalmente
- (2) Discordo
- (3) Não concordo nem discordo
- (4) Concordo
- (5) Concordo totalmente

6. Os resultados do ENADE ajudam a identificar áreas de melhoria nos cursos e na formação acadêmica?

- Discordo totalmente
- (2) Discordo
- (3) Não concordo nem discordo
- (4) Concordo
- (5) Concordo totalmente

7. Você considera importante comparar o desempenho dos cursos da universidade com as médias estaduais, regionais e nacionais?

- Discordo totalmente
- (2) Discordo
- (3) Não concordo nem discordo
- (4) Concordo
- (5) Concordo totalmente

8. Informações sobre desempenho em Formação Geral e Conhecimento Específico são úteis para avaliar a qualidade da educação ofertada?

- Discordo totalmente
- (2) Discordo
- (3) Não concordo nem discordo
- (4) Concordo
- (5) Concordo totalmente

9. Informações sobre o perfil socioeconômico dos estudantes ajudam a planejar políticas institucionais de permanência e inclusão?

- Discordo totalmente
- (2) Discordo
- (3) Não concordo nem discordo
- (4) Concordo
- (5) Concordo totalmente

10. Informações sobre bolsas e auxílios recebidos pelos estudantes são úteis para a formulação de políticas de assistência estudantil?

- Discordo totalmente
- (2) Discordo
- (3) Não concordo nem discordo
- (4) Concordo
- (5) Concordo totalmente

11. Você considera importante saber a percepção dos estudantes concluintes sobre a qualidade dos cursos e suas metodologias?

- Discordo totalmente
- (2) Discordo
- (3) Não concordo nem discordo
- (4) Concordo
- (5) Concordo totalmente

12. Informações sobre oportunidades de extensão, iniciação científica e estágios ajudam a definir prioridades institucionais?

- Discordo totalmente
- (2) Discordo
- (3) Não concordo nem discordo
- (4) Concordo
- (5) Concordo totalmente

Seção 3: Uso das Informações do ENADE

13. Você utilizaria as informações do ENADE para planejar políticas institucionais de melhoria da graduação?

- Discordo totalmente
- (2) Discordo
- (3) Não concordo nem discordo

- (4) Concordo
- (5) Concordo totalmente

14. Os resultados do ENADE podem embasar solicitações de recursos ao MEC para melhorias na infraestrutura e na qualidade do ensino?

- Discordo totalmente
- (2) Discordo
- (3) Não concordo nem discordo
- (4) Concordo
- (5) Concordo totalmente

15. Os resultados do ENADE podem embasar distribuição dos recursos aos centros, especificando inclusive os cursos que devem ser atendidos?

- Discordo totalmente
- (2) Discordo
- (3) Não concordo nem discordo
- (4) Concordo
- (5) Concordo totalmente

16. Você acredita que as informações do ENADE são úteis para fortalecer a imagem da universidade em rankings e avaliações externas?

- Discordo totalmente
- (2) Discordo
- (3) Não concordo nem discordo
- (4) Concordo
- (5) Concordo totalmente

17. Em sua opinião, os resultados do ENADE são divulgados adequadamente para a gestão superior da universidade?

- Discordo totalmente
- (2) Discordo
- (3) Não concordo nem discordo
- (4) Concordo
- (5) Concordo totalmente

18. Em sua opinião, os resultados do ENADE são divulgados para os grupos de interesses internos (alunos, docentes, coordenadores, NDEs, diretores de centro) e externos (futuros discentes e sociedade civil)?

- (1) Discordo totalmente

- (2) Discordo
- (3) Não concordo nem discordo
- (4) Concordo
- (5) Concordo totalmente

19. Os resultados do Enade geram um volume enorme de informações. Você acredita que a UFPE se beneficiaria definindo um setor/serviço responsável pela análise e USO dessas informações trabalhando juntamente com os grupos de interesse internos e externos?

- (1) Discordo totalmente
- (2) Discordo
- (3) Não concordo nem discordo
- (4) Concordo
- (5) Concordo totalmente

APÊNDICE 2 – Lista de cursos participantes do Enade no campus Recife 2016 – 2022

1. Administração – 2018 / 2022
2. Arquitetura e Urbanismo – 2017 / 2019
3. Artes Visuais (Licenciatura) – 2017 / 2021
4. Biomedicina – 2016 / 2019
5. Ciência da Computação (Bacharelado) – 2017 / 2021
6. Ciências Biológicas (Bacharelado) – 2017 / 2021
7. Ciências Biológicas (Licenciatura) – 2017 / 2021
8. Ciências Contábeis – 2018 / 2022
9. Ciências Contábeis EaD – 2018 / 2022
10. Ciências Econômicas – 2018 / 2022
11. Ciências Sociais (Bacharelado) – 2017 / 2021
12. Ciências Sociais (Licenciatura) – 2017 / 2021
13. Design – 2018 / 2021
14. Direito – 2018 / 2022
15. Educação Física (Bacharelado) – 2016 / 2019 / 2021
16. Educação Física (Licenciatura) – 2017 / 2021

17. Enfermagem – 2016 / 2019
18. Engenharia Civil – 2017 / 2019
19. Engenharia da Computação – 2017 / 2019
20. Engenharia de Alimentos – 2017 / 2019
21. Engenharia de Controle e Automação – 2017 / 2019
22. Engenharia de Produção – 2017 / 2019
23. Engenharia Elétrica – 2017 / 2019
24. Engenharia Mecânica – 2017 / 2019
25. Engenharia Química – 2017 / 2019
26. Farmácia – 2016 / 2019
27. Filosofia (Bacharelado) – 2017 / 2021
28. Filosofia (Licenciatura) – 2017 / 2021
29. Física (Bacharelado) – 2017
30. Física (Licenciatura) – 2017 / 2021
31. Fisioterapia – 2016 / 2019
32. Fonoaudiologia – 2016 / 2019
33. Geografia (Bacharelado) – 2017 / 2021
34. Geografia (Licenciatura) – 2017 / 2021
35. Geografia (Licenciatura) – EaD – 2021
36. História (Bacharelado) – 2017 / 2021
37. História (Licenciatura) – 2017 / 2021
38. Jornalismo – 2018 / 2022
39. Letras - Inglês – 2017 / 2021
40. Letras - Português (Licenciatura) – 2017 / 2021
41. Letras - Português (Licenciatura) – EaD – 2017 / 2021
42. Matemática (Bacharelado) – 2017
43. Matemática (Licenciatura) – 2017 / 2021
44. Matemática (Licenciatura) – EaD – 2017 / 2021
45. Medicina – 2016 / 2019
46. Música (Licenciatura) – 2017 / 2021

47. Nutrição – 2016 / 2019
48. Odontologia – 2016 / 2019
49. Pedagogia (Licenciatura) – 2017 / 2021
50. Psicologia – 2018 / 2022
51. Publicidade e Propaganda – 2018 / 2022
52. Química (Bacharelado) – 2017 / 2021
53. Química (Licenciatura) – 2017 / 2021
54. Secretariado Executivo – 2018 / 2022
55. Serviço Social – 2016 / 2018 / 2022
56. Sistemas de Informação – 2017 / 2021
57. Turismo – 2018 / 2022

APÊNDICE 3 – Modelo de uso das tabelas automatizadas: resultados dos indicadores de qualidade da educação superior (ENADE, CPC E IDD)

UFPE

Universidade Federal de Pernambuco
Centro de Ciências Sociais Aplicadas
Mestrado em Gestão Pública para o Desenvolvimento do Nordeste

GESTÃO DA INFORMAÇÃO: UMA ANÁLISE DO EXAME NACIONAL DE DESEMPENHO DOS ESTUDANTES NA UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO

Tabelas Automatizadas:
Resultados dos Indicadores de Qualidade da Educação Superior (Enade, CPC e IDD)

Curso de Administração
*escolhido aleatoriamente

SUMÁRIO

Tabelas Automatizadas	3
ENADE	3
CPC	6
IDD	9

Tabelas Automatizadas:
Resultados dos Indicadores de Qualidade da Educação Superior (Enade, CPC e IDD)

O painel de tabelas automatizadas com os resultados dos indicadores Enade, CPC e IDD foi desenvolvido com o objetivo de servir como referência para coordenadores de curso, Núcleos Docentes Estruturantes (NDEs) e demais interessados na visualização e compreensão da composição das notas, dos resultados obtidos e das posições ocupadas pelos cursos. Além disso, busca subsidiar a formulação de estratégias com base na análise dos cursos mais bem avaliados nos âmbitos nacional, regional e estadual.

Para cada indicador, foram estruturadas duas páginas. A primeira apresenta uma visão específica do curso, com foco nos dois últimos ciclos avaliativos do Enade (2018 e 2022, no caso dos cursos do CCSA), destacando as posições ocupadas em diferentes recortes geográficos — Nacional, Nacional (instituições públicas), Regional, Regional (instituições públicas), Estadual e Estadual (instituições públicas) — além da composição da nota, incluindo o conceito contínuo e a faixa correspondente.

A segunda página foi concebida com o propósito de apoiar a definição de estratégias de melhoria, apresentando os resultados das instituições mais bem posicionadas em cada indicador. Nessa etapa, é possível visualizar as melhores classificações em cada recorte geográfico informado acima.

Complementarmente, foram incluídas informações adicionais que visam facilitar a compreensão das informações apresentadas, tais como: sigla da instituição de ensino superior (IES), organização acadêmica, categoria administrativa, município do curso e sigla da unidade federativa (UF). No caso do Enade, também são disponibilizados os dados referentes ao número de estudantes inscritos e ao número de participantes efetivos.

ENADE

Curso

Administração

Centro

CCSA

Cursos da UFPE

Ano	Curso	Posição Nacional	Posição Nacional Univ. Púb.	Posição Regional	Posição Regional Univ. Púb.	Posição Estadual	Posição Estadual Univ. Púb.	Nº de Concluintes Inscritos	Nº de Concluintes Participantes	Nota Formação Geral	Nota Componente Específico	Conceito Enade (Contínuo)	Conceito Enade (Faixa)
2022	Administração	82° Nacional	31° Nacional Pública	16° Regional	8° Regional Pública	2° Estadual	2° Estadual Pública	124	104	3,88	3,90	3,89	4
2018	Administração	20° Nacional	13° Nacional Pública	2° Regional	2° Regional Pública	1° Estadual	1° Estadual Pública	164	147	4,71	4,47	4,53	5

O Conceito Enade constitui um indicador de qualidade utilizado para avaliar os cursos de graduação com base no desempenho dos estudantes na prova aplicada. Esse conceito é composto pela Nota de Formação Geral (com peso de 25%) e pela Nota de Conhecimento Específico (com peso de 75%).

Na tabela apresentada, observa-se o recorte referente ao curso de Administração, com base nos resultados do Enade dos anos de 2018 e 2022. Verifica-se que o curso de Administração do CCSA apresentou uma redução em sua posição relativa nas escalas nacional, regional e estadual — inclusive entre as universidades públicas. Além disso, houve uma diminuição no número de estudantes participantes, passando de 147 em 2018 para 104 em 2022. O Conceito Enade, por sua vez, passou da nota máxima (5) em 2018 para 4 em 2022.

Em relação à Nota de Formação Geral, observa-se uma redução de 4,71 para 3,88, o que representa uma queda de aproximadamente 17,6%. Já a Nota de Conhecimento Específico passou de 4,47 para 3,90, indicando uma redução de cerca de 12,8%.

Diante desses resultados, é possível inferir que o curso apresentou um declínio em seu desempenho no Enade, o que reforça a necessidade de implementação de ações estratégicas voltadas à melhoria da formação discente, ao fortalecimento do projeto pedagógico do curso e ao estímulo à participação qualificada dos estudantes no exame.

ENADE

Posições de outras instituições

Ano	Posição	Nome da IES	Sigla da IES	Org. Acadêmica	Cat. Administrativa	Município do Curso	Sigla da UF	Nº de Concluintes Inscritos	Nº de Concluintes Participantes	Nota Formação Geral	Nota Componente Específico	Conceito Enade (Contínuo)	Conceito Enade (Faixa)
2022	1º Nacional	CENTRO UNIVERSITÁRIO CHRISTUS	UNICHRISTUS	Centro Universitário	Privada com fins lucrativos	Fortaleza	CE	5	4	5,00	5,00	5,00	5
2022	1º Nacional	ESCOLA BRASILEIRA DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E DE EMPRESAS	EBAPE	Faculdade	Privada sem fins lucrativos	Rio de Janeiro	RJ	36	32	5,00	5,00	5,00	5
2022	1º Nacional	UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS	UFMG	Universidade	Pública Federal	Belo Horizonte	MG	167	130	5,00	5,00	5,00	5
2022	2º Nacional	UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA	UFV	Universidade	Pública Federal	Viçosa	MG	56	49	4,92	5,00	4,98	5
2022	3º Nacional	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO	UNIFESP	Universidade	Pública Federal	Osasco	SP	119	105	4,88	5,00	4,97	5
2018	1º Nacional	CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DE MINAS GERAIS	CEFET/MG	Centro Federal de Educação Tecnológica	Pública Federal	Belo Horizonte	MG	64	57	5,00	5,00	5,00	5
2018	1º Nacional	ESCOLA BRASILEIRA DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E DE EMPRESAS	EBAPE	Faculdade	Privada sem fins lucrativos	Rio de Janeiro	RJ	37	32	5,00	5,00	5,00	5
2018	1º Nacional	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO ESPÍRITO SANTO	IFES	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia	Pública Federal	Colatina	ES	11	11	5,00	5,00	5,00	5
2018	1º Nacional	UNIVERSIDADE FEDERAL DE ITAJUBÁ - UNIFEI	UNIFEI	Universidade	Pública Federal	ITAJUBA	MG	45	45	5,00	5,00	5,00	5
2018	1º Nacional	UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ	UTFPR	Universidade	Pública Federal	Curitiba	PR	82	81	5,00	5,00	5,00	5
2018	2º Nacional	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SÃO PAULO	IFSP	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia	Pública Federal	JACAREI	SP	17	17	4,88	5,00	4,97	5
2018	3º Nacional	UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA	UFV	Universidade	Pública Federal	VICOSA	MG	67	66	4,83	5,00	4,96	5

Ao se realizar um recorte específico para os cursos de Administração nos ciclos do Enade de 2018 e 2022, observa-se que, em 2018, cinco instituições alcançaram a primeira colocação em nível nacional. São elas: Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (CEFET/MG), Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas (EBAPE), Instituto Federal do Espírito Santo (IFES), Universidade Federal de Itajubá (UNIFEI) e Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR). Já no ciclo de 2022, três instituições compartilharam a liderança nacional: Centro Universitário Christus (UNICHRISTUS), Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas (EBAPE) e Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Todas essas instituições obtiveram a nota máxima (5) tanto na Formação Geral quanto nos Componentes Específicos.

Destaca-se que a EBAPE foi a única instituição a figurar na primeira colocação em ambos os ciclos avaliativos, evidenciando a consistência de seu desempenho ao longo do tempo.

O painel desenvolvido apresenta as dez instituições mais bem posicionadas em cada ciclo do Enade, com o intuito de oferecer referências qualificadas para os cursos. A partir dessa seleção, torna-se possível observar e investigar as metodologias adotadas por essas instituições de excelência, contribuindo para a formulação de estratégias de melhoria e inovação pedagógica nos cursos analisados.

Cursos da UFPE

Ano	Curso	Posição Nacional	Posição Nacional Univ. Púb.	Posição Regional	Posição Regional Univ. Púb.	Posição Estadual	Posição Estadual Univ. Púb.	Conceito Enade (Contínuo)	IDD	Org. Didático-Pedagógica	Infra. e Instalações Físicas	Oport. de Ampliação da Formação	Mestres	Doutores	CPC (Contínuo)	CPC (Faixa)
2018	Administração	176º Nacional	19º Nacional Pública	21º Regional	2º Regional Pública	3º Estadual	2º Estadual Pública	4,53	2,22	2,50	3,23	3,30	5	3,70	3,40	4
2022	Administração	213º Nacional	49º Nacional Pública	40º Regional	14º Regional Pública	4º Estadual	3º Estadual Pública	3,89	3,11	0,85	1,50	1,86	5	3,95	3,39	4

O Conceito Preliminar de Curso (CPC) é um indicador de qualidade utilizado para avaliar os cursos de graduação, cuja composição envolve diferentes dimensões. São considerados: o desempenho no Enade (peso de 20%), o Indicador de Diferença entre os Desempenhos Observado e Esperado (IDD, com peso de 35%), as informações provenientes do Questionário do Estudante — Organização Didático-Pedagógica (7,5%), Infraestrutura (5%) e Oportunidades de Ampliação da Formação (2,5%) — e os dados do Censo da Educação Superior — proporção de docentes mestres (7,5%), doutores (15%) e em regime de trabalho integral (7,5%).

No curso de Administração do CCSA, foi possível observar uma queda nas posições relativas ao CPC entre os anos de 2018 e 2022. Nacionalmente, o curso passou da 176ª para a 213ª colocação; regionalmente, da 21ª para a 40ª; e, no âmbito estadual, da 3ª para a 4ª colocação. Quanto à nota do Enade, houve uma redução de 4,53 para 3,89, o que representa uma queda de aproximadamente 14,1%. Em contrapartida, o IDD apresentou crescimento, passando de 2,22 em 2018 para 3,11 em 2022, o que corresponde a um aumento de cerca de 40,1%.

Nos componentes baseados nas respostas ao Questionário do Estudante, observou-se queda em todos os itens:

- A nota de Organização Didático-Pedagógica reduziu-se de 2,50 para 0,85, uma queda de 66%;
- Infraestrutura caiu de 3,23 para 1,50, representando uma redução de aproximadamente 53,6%;
- Oportunidades de Ampliação da Formação passaram de 3,30 para 1,86, uma queda de 43,6%.

Com relação aos dados provenientes do Censo da Educação Superior, o curso manteve a nota máxima no critério de proporção de mestres e apresentou crescimento na nota referente ao percentual de docentes doutores que integram o corpo docente.

Esses resultados evidenciam que, embora o curso tenha avançado no IDD e mantido bom desempenho em relação à qualificação docente, as dimensões que envolvem a percepção discente e aspectos estruturais sofreram retrações significativas. Tal cenário aponta para a necessidade de aprofundamento das ações voltadas à melhoria da organização didático-pedagógica, da infraestrutura e das oportunidades formativas, especialmente no que se refere à experiência dos estudantes ao longo da graduação.

CPC

Posições de outras instituições

Ano	Posição	Nome da IES	Sigla da IES	Org. Acadêmica	Cat. Administrativa	Município do Curso	Sigla da UF	Conceito Enade (Contínuo)	IDD	Org. Didático-Pedagógica	Infra. e Instalações Físicas	Oport. de Ampliação da Formação	Mestres	Doutores	CPC (Contínuo)	CPC (Faixa)
2018	1º Nacional Pública	MINAS GERAIS UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS	UFLA	Universidade	Pública Federal	Lavras	MG	4,78	2,81	3,53	4,00	4,08	5	5,00	4,01	5
2022	1º Nacional Pública	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO	UNIFESP	Universidade	Pública Federal	Osasco	SP	4,97	5,00	2,12	2,44	2,81	5	5,00	4,60	5

Ano	Posição	Nome da IES	Sigla da IES	Org. Acadêmica	Cat. Administrativa	Município do Curso	Sigla da UF	Conceito Enade (Contínuo)	IDD	Org. Didático-Pedagógica	Infra. e Instalações Físicas	Oport. de Ampliação da Formação	Mestres	Doutores	CPC (Contínuo)	CPC (Faixa)
2022	1º Regional Pública	UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA	UFPB	Universidade	Pública Federal	João Pessoa	PB	4,20	4,28	3,18	3,01	3,60	5	3,94	4,15	5
2018	1º Regional Pública	UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO	UFRPE	Universidade	Pública Federal	Recife	PE	4,37	2,78	3,12	3,24	3,60	5	3,89	3,64	4

Ano	Posição	Nome da IES	Sigla da IES	Org. Acadêmica	Cat. Administrativa	Município do Curso	Sigla da UF	Conceito Enade (Contínuo)	IDD	Org. Didático-Pedagógica	Infra. e Instalações Físicas	Oport. de Ampliação da Formação	Mestres	Doutores	CPC (Contínuo)	CPC (Faixa)
2022	1º Estadual Pública	UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO	UFRPE	Universidade	Pública Federal	Recife	PE	4,16	3,66	2,95	3,08	3,47	5	4,31	3,95	5
2018	1º Estadual Pública	UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE	UFRPE	Universidade	Pública Federal	Recife	PE	4,37	2,78	3,12	3,24	3,60	5	3,89	3,64	4

Para a análise do CPC do curso de Administração do CCSA, optou-se por incluir a comparação com outras instituições públicas federais nos âmbitos nacional, regional e estadual. Essa abordagem visa fornecer parâmetros de referência que possam subsidiar a identificação de boas práticas e o delineamento de estratégias de melhoria.

No recorte nacional, considerando apenas instituições públicas federais, observa-se que, em 2018, a Universidade Federal de Lavras (UFLA) ocupou a primeira colocação, com conceito contínuo de 4,01. Já em 2022, a liderança foi assumida pela Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), que obteve conceito contínuo de 4,60.

No âmbito regional (Nordeste), a Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE) destacou-se em 2018, figurando como a instituição federal com melhor desempenho no CPC entre os cursos de Administração. Em 2022, a liderança regional passou a ser ocupada pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB).

No recorte estadual, verifica-se que a UFRPE manteve-se, em ambos os ciclos (2018 e 2022), como a instituição pública federal mais bem posicionada em Pernambuco no que se refere ao curso de Administração.

Diante dessas informações, é possível considerar a UFRPE como uma referência relevante para a UFPE, especialmente no que tange ao aprimoramento do CPC — indicador que se destaca por sua abrangência e complexidade, por englobar múltiplas dimensões da qualidade dos cursos de graduação. A análise das estratégias adotadas por instituições que obtiveram desempenho superior pode contribuir de forma significativa para o fortalecimento da gestão acadêmica e pedagógica do curso de Administração da UFPE.

IDD

Curso

Administração

Centro

CCSA

Cursos da UFPE

Ano	Curso	Posição Nacional	Posição Nacional Univ. Púb.	Posição Regional	Posição Regional Univ. Púb.	Posição Estadual	Posição Estadual Univ. Púb.	Proporção de Concluintes Participantes com Nota no Enem	IDD (Contínuo)	IDD (Faixa)
2022	Administração	253º Nacional	44º Nacional Pública	54º Regional	17º Regional Pública	6º Estadual	3º Estadual Pública	1	3,11	4
2018	Administração	1260º Nacional	83º Nacional Pública	245º Regional	26º Regional Pública	44º Estadual	5º Estadual Pública	1	2,22	3

O Indicador de Diferença entre os Desempenhos Observado e Esperado (IDD) é um instrumento de avaliação da qualidade que busca mensurar o valor agregado pelo curso ao desenvolvimento dos estudantes concluintes. Para isso, considera-se o desempenho obtido no Enade em comparação ao desempenho no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), utilizado como medida de referência (proxy) das características dos ingressantes no curso de graduação.

No curso de Administração do CCSA, observou-se uma evolução expressiva no desempenho relacionado ao IDD entre os anos de 2018 e 2022. A posição nacional passou de 1.260ª para a 253ª, o que representa um avanço de aproximadamente 79,9%. No recorte regional, o curso melhorou da 245ª para a 54ª posição, correspondendo a uma melhoria de cerca de 77,9%. No âmbito estadual, a colocação evoluiu da 44ª para a 6ª, uma melhoria de aproximadamente 86,4%.
Quanto à nota, houve avanço tanto no conceito contínuo quanto na faixa: o conceito contínuo subiu de 2,22 em 2018 para 3,11 em 2022 — um aumento de 40,1% — e o conceito faixa passou de 3 para 4.

Esses resultados indicam que o curso de Administração do CCSA apresentou um desempenho significativamente superior em termos de valor agregado à formação dos estudantes entre os dois ciclos avaliativos. A melhoria nas posições em todos os níveis (nacional, regional e estadual), aliada ao aumento no conceito contínuo e na faixa do IDD, sinaliza que os concluintes do curso, em 2022, demonstraram um desenvolvimento acadêmico mais consistente ao longo da graduação, quando comparado às suas condições de entrada.

IDD

Ano	Posição	Nome da IES	Sigla da IES	Org. Acadêmica	Cat. Administrativa	Município do Curso	Sigla da UF	Proporção de Concluintes participantes com nota no Enem	IDD (Contínuo)	IDD (Faixa)
2022	10º Estadual	FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS DE IGARASSU	FACIG	Faculdade	Privada sem fins lucrativos	Igarassu	PE	1	2,81	3
2018	10º Estadual	UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO	UFRPE	Universidade	Pública Federal	RECIFE	PE	1	2,78	3
2018	1º Estadual	FACULDADE SENAC PERNAMBUCO	SENACPE	Faculdade	Privada sem fins lucrativos	RECIFE	PE	1	3,10	4
2022	1º Estadual	UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO	UFRPE	Universidade	Pública Federal	RECIFE	PE	1	3,66	4
2022	2º Estadual	FACULDADE FRASSINETTI DO RECIFE	FAFIRE	Faculdade	Privada sem fins lucrativos	RECIFE	PE	1	3,47	4
2018	2º Estadual	FACULDADE NOVA ROMA	FNR	Faculdade	Privada com fins lucrativos	RECIFE	PE	1	3,07	4
2018	3º Estadual	FACULDADE SANTA HELENA	FSH	Faculdade	Privada sem fins lucrativos	RECIFE	PE	1	3,02	4
2022	3º Estadual	UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO	UFPE	Universidade	Pública Federal	CARUARU	PE	1	3,40	4
2018	4º Estadual	FACULDADE UNINASSAU OLINDA		Faculdade	Privada com fins lucrativos	OLINDA	PE	1	3,01	4
2022	4º Estadual	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE PERNAMBUCO	IFPE	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia	Pública Federal	CABO DE SANTO AGOSTINHO	PE	1	3,29	4
2022	5º Estadual	Centro Universitário Aeso - Barros Melo	Uniaeso	Centro Universitário	Privada com fins lucrativos	OLINDA	PE	1	3,14	4
2018	5º Estadual	FACULDADE DUARTE COELHO	FDC	Faculdade	Privada com fins lucrativos	SURUBIM	PE	1	2,95	4
2018	6º Estadual	FACULDADE DE INTEGRAÇÃO DO SERTÃO	FIS	Faculdade	Privada com fins lucrativos	SERRA TALHADA	PE	1	2,88	3
2022	6º Estadual	UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO	UFPE	Universidade	Pública Federal	RECIFE	PE	1	3,11	4
2018	7º Estadual	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO VALE DO SÃO FRANCISCO	UNIVASF	Universidade	Pública Federal	PETROLINA	PE	1	2,86	3
2022	7º Estadual	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO VALE DO SÃO FRANCISCO	UNIVASF	Universidade	Pública Federal	PETROLINA	PE	1	3,04	4
2022	8º Estadual	FACULDADE CATÓLICA IMACULADA CONCEIÇÃO DO RECIFE	CATÓLICA	Faculdade	Privada sem fins lucrativos	RECIFE	PE	1	2,97	4
2018	8º Estadual	FACULDADE DE CIÊNCIAS DE TIMBAÚBA	FACET	Faculdade	Privada sem fins lucrativos	TIMBAUBA	PE	1	2,81	3
2022	9º Estadual	FACULDADE UNINASSAU CABO		Faculdade	Privada com fins lucrativos	CABO DE SANTO AGOSTINHO	PE	1	2,95	4
2018	9º Estadual	INSTITUTO PERNAMBUCANO DE ENSINO SUPERIOR	IPESU	Faculdade	Privada com fins lucrativos	RECIFE	PE	1	2,78	3

Considerou-se relevante incluir uma análise com recorte estadual, de modo a oferecer um foco local para a avaliação do desempenho no IDD dos cursos de Administração em Pernambuco. Para tanto, foram analisados os dados dos dez cursos mais bem posicionados no estado nos ciclos do Enade de 2018 e 2022.

Em 2022, o curso de Administração da UFPE passou a integrar esse grupo de destaque, alcançando a 3ª colocação estadual no IDD, o que representa um avanço significativo em relação ao ciclo anterior, no qual não figurava entre os dez primeiros colocados.

Dentre as instituições que compõem esse ranking, merecem destaque a Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), que evoluiu da 10ª colocação em 2018 para a 1ª em 2022, e a Fundação Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF), que demonstrou estabilidade ao manter-se na 7ª posição estadual em ambos os ciclos avaliativos.

É importante salientar que, apesar das variações positivas nas posições relativas, nenhuma das instituições avaliadas no estado de Pernambuco — incluindo aquelas nas primeiras colocações — obteve a nota máxima (5) no IDD nos anos de 2018 ou 2022. Essas informações apontam para a existência de desafios ainda persistentes no que se refere à efetividade dos cursos em agregar valor à formação dos estudantes ao longo da graduação, sendo este um aspecto estratégico a ser considerado na formulação de políticas acadêmicas e pedagógicas institucionais.

APÊNDICE 4 – Passo a passo para disseminação e uso das informações do ENADE: Resultados da prova de conhecimento específico

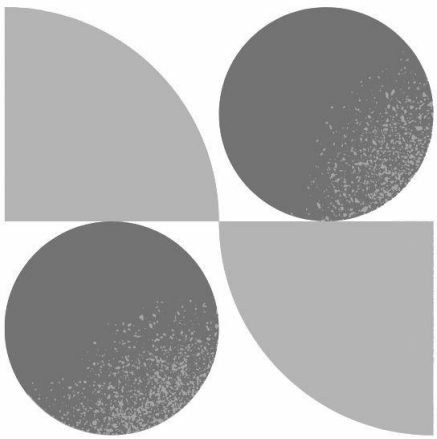
UFPE

Universidade Federal de Pernambuco
Centro de Ciências Sociais Aplicadas
Mestrado em Gestão Pública para o Desenvolvimento do Nordeste

GESTÃO DA INFORMAÇÃO: UMA ANÁLISE DO EXAME NACIONAL DE DESEMPENHO DOS ESTUDANTES NA UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO

Passo a passo para disseminação e uso das informações do Enade:
Resultados da prova de conhecimento específico

Curso de Serviço Social



Sumário

Etapa 1
Acesso ao Relatório de Curso — 3

Etapa 2
Consulta à Prova Enade — 4

Etapa 3
Análise da Matriz de Prova (Relatório Síntese de Área) — 5

Etapa 4
Sistematização e Análise Pedagógica — 6

Etapa 1: Acesso ao Relatório de Curso

- **Acesse o portal do Inep (https://inep.gov.br/educacao-superior/enade/resultados).**
- **Selecione o ano da edição, estado, município, instituição, área e curso desejado.**
- **Baixe o Relatório de Curso correspondente.**
- **Localize a tabela "Distribuição das respostas dos concluintes em cada alternativa das questões objetivas – Componente de Conhecimento Específico".**
- **Classifique as questões com base nos percentuais de acerto da IES, identificando as de maior e menor desempenho.**

- Relatório do curso de Serviço Social (2022):

-Tabela de Distribuição das respostas dos concluintes, classificadas com bases nos percentuais, referente ao curso de Serviço Social (2022)

Questão	Percentual de Acerto	Gabarito	Resposta do Curso	Questão	Percentual de Acerto	Gabarito	Resposta do Curso	Questão	Percentual de Acerto	Gabarito	Resposta do Curso	Questão	Percentual de Acerto
	Curso	UF	Região		Curso	UF	Região		Curso	UF	Região		Curso
16	-	-	-	-	-	-	**	-	-	-	-	-	-
24	-	-	-	-	-	-	**	-	-	-	-	-	-
25	-	-	-	-	-	-	**	-	-	-	-	-	-
13	23,1	29,4	26,7	34,9	26,9	26,4	B	32,7	23,1	7,7	17,3	19,2	0,0
15	32,7	36,9	39,9	42,8	43,1	42,4	E	5,8	13,5	36,5	11,5	32,7	0,0
32	44,2	49,0	45,4	54,7	48,5	47,7	A	44,2	36,5	17,3	1,9	0,0	0,0
11	51,9	36,1	27,6	42,2	29,5	28,2	C	21,2	9,6	51,9	7,7	9,6	0,0
34	51,9	39,6	29,8	44,8	31,1	31,4	C	11,5	7,7	51,9	17,3	9,6	1,9
18	59,6	37,6	24,8	52,0	28,8	26,2	E	11,5	1,9	3,8	23,1	59,6	0,0
29	61,5	31,8	18,7	42,5	22,1	19,9	E	23,1	1,9	5,8	5,8	61,5	1,9
12	63,5	38,0	21,0	48,8	24,7	22,4	C	25,0	9,6	63,5	1,9	0,0	0,0
17	63,5	36,5	27,4	53,8	31,5	28,7	D	0,0	7,7	1,9	63,5	25,0	1,9
19	65,4	32,5	30,4	52,4	34,4	32,1	E	13,5	1,9	15,4	3,8	65,4	0,0
20	67,3	61,6	52,7	65,3	53,5	53,2	A	67,3	3,8	1,9	0,0	26,9	0,0
26	73,1	48,2	40,4	60,6	42,0	40,4	C	9,6	0,0	73,1	1,9	13,5	1,9
30	76,9	39,6	22,4	52,1	27,0	24,1	A	76,9	11,5	1,9	3,8	3,8	1,9
31	80,8	57,3	40,5	69,5	44,1	41,8	C	5,8	3,8	80,8	0,0	9,6	0,0
23	82,7	76,9	73,6	80,6	72,6	72,9	B	1,9	82,7	9,6	3,8	1,9	0,0
33	82,7	49,4	30,9	71,0	36,0	32,4	B	0,0	82,7	1,9	5,8	7,7	1,9
14	84,6	61,2	41,6	69,7	45,5	44,3	D	7,7	3,8	1,9	84,6	1,9	0,0
21	84,6	59,2	44,2	70,4	47,1	45,2	D	0,0	5,8	3,8	84,6	5,8	0,0
35	84,6	71,8	68,5	84,4	71,0	69,5	D	5,8	0,0	1,9	84,6	5,8	1,9
9	88,5	54,9	45,6	71,2	48,3	45,9	A	88,5	0,0	1,9	7,7	1,9	0,0
22	88,5	59,2	51,1	80,6	55,4	53,5	B	3,8	88,5	1,9	0,0	3,8	1,9
27	88,5	65,5	60,0	82,2	63,7	62,4	E	0,0	0,0	7,7	0,0	88,5	3,8
10	90,4	79,6	70,4	85,4	72,9	71,8	C	9,6	0,0	90,4	0,0	0,0	0,0
28	94,2	71,8	67,0	82,2	68,3	67,2	D	0,0	1,9	1,9	94,2	0,0	1,9

Etapa 2: Consulta à Prova Enade

- **No mesmo portal do Inep, acesse a seção “Provas e Gabaritos”.**
- **Baixe a prova do curso em análise e seu respectivo gabarito.**
- **Relacione as questões identificadas na etapa anterior aos conteúdos e competências avaliadas.**

- Prova do Curso de Serviço Social:

sinaes

enade2022

11

SERVIÇO SOCIAL

LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO.

1. Verifique se, além deste Caderno, você recebeu o **CARTÃO-RESPOSTA**, destinado à transcrição das respostas das questões de múltipla escolha, das questões discursivas (D) e das questões de percepção da prova.
2. Confira se este Caderno contém as questões discursivas e as objetivas de múltipla escolha, de formação geral e do componente específico da área, e as relativas à sua percepção da prova. As questões estão assim distribuídas:

Partes	Número das questões	Peso das questões no componente	Peso dos componentes no cálculo da nota
Formação Geral: Discursivas	D1 e D2	40%	25%
Formação Geral: Objetivas	01 a 08	60%	
Componente Específico: Discursivas	D3 a D5	15%	75%
Componente Específico: Objetivas	09 a 35	85%	
Questionário de Percepção da Prova	01 a 09	-	-

3. Verifique se a prova está completa e se o seu nome está correto no **CARTÃO-RESPOSTA**. Caso contrário, avise imediatamente ao Chefe de Sala.
4. Assine o **CARTÃO-RESPOSTA** no local apropriado, com caneta esferográfica **de tinta preta, fabricada em material transparente**.
5. As respostas da prova objetiva, da prova discursiva e do questionário de percepção da prova deverão ser transcritas, com caneta esferográfica de tinta preta, fabricada em material transparente, no **CARTÃO-RESPOSTA** que deverá ser entregue ao Chefe de Sala ao término da prova.
6. Responda cada questão discursiva em, no máximo, 15 linhas. Qualquer texto que ultrapasse o espaço destinado à resposta será desconsiderado.
7. A prova terá duração de quatro horas. Lembre-se de reservar um período para transcrição das respostas para o **CARTÃO-RESPOSTA**.
8. Ao terminar a prova, acene para o Chefe de Sala e aguarde-o em sua carteira. Ele então irá proceder à sua identificação, recolher o seu material de prova e coletar a sua assinatura na Lista de Presença.
9. Atenção! Você deverá permanecer na sala de aplicação por, no mínimo, uma hora a partir do início da prova e só poderá levar este Caderno quando faltarem 30 minutos para o término da prova.

inep MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

- Questão com o maior percentual de acerto:

A sistematização de dados é, sem dúvida, um passo preliminar e necessário para o processo de construção do conhecimento. Para o Serviço Social, o processo de sistematização da prática permite: identificar e problematizar as condições do exercício profissional, os fenômenos existentes, selecioná-los e classificá-los, identificar suas características, as dificuldades, as lacunas, a necessidade de aprofundamento teórico para melhor compreendê-los, e adotar determinado referencial que possibilite interpretá-los.

GUERRA, Y. A dimensão investigativa no exercício profissional. *In*: CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL – CFESS/ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL – ABEPSS. **Serviço Social**: direitos e competências profissionais. Brasília, 2009 (adaptado).

Acerca do debate da produção do conhecimento no exercício profissional, avalie as afirmações a seguir.

I. Na organização do trabalho da(o) assistente social, o processo interventivo deve ser anterior ao processo investigativo.

II. No processo de intervenção da(o) assistente social, é importante o conhecimento de técnicas de coleta de dados quantitativos e qualitativos.

III. Os indicadores sociais de domínio público podem ser entendidos como dados relevantes para o planejamento das intervenções profissionais do Serviço Social nos campos de atuação.

É correto o que se afirma em

A I, apenas.
B II, apenas.
C I e III, apenas.
D II e III, apenas.
E I, II e III.

Etapa 3: Análise da Matriz de Prova (Relatório Síntese de Área)

- **No Relatório Síntese de Área, vá até a seção “Concepção e Elaboração das Provas”.**
- **Consulte a matriz de prova, onde constam:**
- **Perfil da questão**
- **Competências avaliadas**
- **Objetos de conhecimento**
- **Vincule cada questão analisada ao seu respectivo eixo da matriz.**

- Relatório de Síntese da área:

- Consulta à Matriz da prova:

MATRIZ DE PROVA DE SERVIÇO SOCIAL	
NÚMERO DA QUESTÃO NA PROVA	**DESCRIÇÃO DOS COMPONENTES DA QUESTÃO**
QUESTÃO 28	**Perfil**: Crítica(o), reflexiva(o), investigativa(o) e propositiva(o) no trabalho profissional. **Competência**: Desenvolver pesquisas e estudos que subsidiem as políticas públicas e sociais e o trabalho profissional. **Objeto de Conhecimento**: Produção de conhecimento, pesquisa e indicadores sociais.

Etapa 4: Sistematização e Análise Pedagógica

- **Com tudo organizado, pode-se elaborar um quadro-resumo com as seguintes informações:**

Quadro - Sugestão de Análise pedagógica das questões de Conhecimento Específico do Enade 2023 (curso: Serviço Social)

Nº da Questão	% Acerto IES	Perfil Profissional Avaliado	Competência Avaliada	Objeto de Conhecimento	Sugestão de Ação Pedagógica
Q13	23,1%	Crítica(o), reflexiva(o), investigativa(o) e propositiva(o) no trabalho profissional	Articular o saber acadêmico, o significado social da profissão e o seu exercício para contribuir com a mobilização de sujeitos individuais e coletivos na perspectiva da emancipação humana	Fundamentos históricos, teóricos, metodológicos, regulamentação profissional e o Projeto Ético-Político do Serviço Social	Promover seminários integradores sobre fundamentos do Serviço Social; inserir a temática de forma mais explícita em atividades práticas supervisionadas.
Q28	94,2%	Crítica(o), reflexiva(o), investigativa(o) e propositiva(o) no trabalho profissional	Desenvolver pesquisas e estudos que subsidiem as políticas públicas e sociais e o trabalho profissional	Produção de conhecimento, pesquisa e indicadores sociais	Reforçar essa competência por meio de projetos de pesquisa em grupo e integração com núcleos de pesquisa existentes no curso.

APÊNDICE 4 – Tabelas automatizadas dos resultados dos indicadores de qualidade da educação superior (ENADE, CPC E IDD)

APÊNDICE 5 - Carta de Anuência

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
MESTRADO EM GESTÃO PÚBLICA

CARTA DE ANUÊNCIA

Declaramos para os devidos fins, que aceitaremos (o) a pesquisador (a) Dayse Dutra Leite, a desenvolver o seu projeto de pesquisa Gestão da Informação e do Conhecimento: Uma análise do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes na Universidade Federal De Pernambuco, que está sob a coordenação/orientação do (a) Prof. (a) Nadi Helena Presser cujo objetivo é potencializar a geração de conhecimento sobre a situação dos cursos de graduação da UFPE, por meio da análise das informações disponibilizadas pelo Enade, de acordo com a necessidades de informação das partes interessada, na Universidade Federal de Pernambuco.

Esta autorização está condicionada ao cumprimento do (a) pesquisador (a) aos requisitos das Resoluções do Conselho Nacional de Saúde e suas complementares, comprometendo-se utilizar os dados pessoais dos participantes da pesquisa, exclusivamente para os fins científicos, mantendo o sigilo e garantindo a não utilização das informações em prejuízo das pessoas e/ou das comunidades.

Antes de iniciar a coleta de dados o/a pesquisador/a deverá apresentar a esta Instituição o Parecer Consubstanciado devidamente aprovado, emitido por Comitê de Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos, credenciado ao Sistema CEP/CONEP.

Recife, em 18/02/2025.

_____

Marcos Roberto Gois de Oliveira Macedo

Coordenador do Mestrado em Gestão Pública

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
SISTEMA INTEGRADO DE PATRIMÔNIO, ADMINISTRAÇÃO E CONTRATOS

FOLHA DE ASSINATURAS

Emitido em 18/02/2025

CARTA DE ANUENCIA Nº 1/2025 - SDEPLAG GR (11.01.52)

(Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)

(Assinado digitalmente em 18/02/2025 14:06)
MARCOS ROBERTO GOIS DE OLIVEIRA MACEDO
COORDENADOR
PPGPGPDNE (11.34.40)
Matrícula: ###251#1

Visualize o documento original em http://sipac.ufpe.br/documentos/ informando seu número: **1**, ano: **2025**, tipo: **CARTA DE ANUENCIA**, data de emissão: **18/02/2025** e o código de verificação: **c308c9a607**

APÊNDICE 6 - TCLE

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERBAMBUCO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
MESTRADO EM GESTÃO PÚBLICA

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO - COLETA DE DADOS VIRTUAL

Convidamos o (a) Sr. (a) para participar como voluntário (a) da pesquisa Gestão da Informação e do Conhecimento: Uma análise do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes na Universidade Federal de Pernambuco, que está sob a responsabilidade do (a) pesquisador (a) Dayse Dutra Leite, com endereço Rua Luiz Barbalho, n 100, Parque Capibaribe, São Lourenço da Mata – Pernambuco, CEP: 54720-150, Telefone: (81) 98888-3201, e-mail: dayse.dutra@ufpe.br.

Também participam desta pesquisa os pesquisadores sob a orientação de: Nadi Helena Presser Telefone: (81) XXXXX-1963 e-mail: nadi.helena@ufpe.br.

Todas as suas dúvidas podem ser esclarecidas com o responsável por esta pesquisa. Apenas quando todos os esclarecimentos forem dados e você concorde em participar desse estudo, pedimos que assinale a opção de "Aceito participar da pesquisa" no final desse termo.

O (a) senhor (a) estará livre para decidir participar ou recusar-se. Caso não aceite participar, não haverá nenhum problema, desistir é um direito seu, bem como será possível retirar o consentimento em qualquer fase da pesquisa, também sem nenhuma penalidade.

INFORMAÇÕES SOBRE A PESQUISA:

- **Descrição da pesquisa e esclarecimento da participação:** Esta pesquisa tem como **objetivo** compreender como as informações do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade) são utilizadas na gestão acadêmica dos cursos de graduação da UFPE, de acordo com as necessidades das partes interessadas. Caso aceite participar, você responderá a um **questionário fechado**, composto por perguntas objetivas sobre o tema. A participação ocorrerá de **forma online**, por meio do envio do **questionário ao seu e-mail institucional**. O preenchimento levará**, em média, 15 minutos** e será realizado de **forma individual**, sem necessidade de reuniões ou entrevistas adicionais. **Sua participação é voluntária**, e você pode optar por não responder ou desistir a qualquer momento, sem prejuízo algum. Todas as informações fornecidas serão tratadas com sigilo e anonimato, sendo utilizadas exclusivamente para fins acadêmicos.

- **RISCOS:** A pesquisa envolve a participação de gestores públicos em diferentes níveis da estrutura institucional, incluindo coordenações, direções e unidades da gestão central. Ainda existe o risco de que algumas respostas possam ser indiretamente associadas a determinados perfis, especialmente em contextos com equipes pequenas ou com funções muito específicas. Isso pode gerar insegurança quanto à exposição de opiniões e ao impacto institucional de determinadas declarações. Para mitigar esses riscos, os questionários foram elaborados com foco em temas gerais, evitando a individualização das respostas. Além disso, todas as informações coletadas serão tratadas com o mais alto grau de sigilo e ética. Os dados serão armazenados em ambiente digital seguro, com acesso restrito à pesquisadora responsável, e a participação será inteiramente voluntária, com possibilidade de recusa ou desistência a qualquer momento, sem qualquer prejuízo ao participante.

- **BENEFÍCIOS diretos/indiretos** para os voluntários: Como benefícios indiretos a participação na pesquisa oferece aos servidores e gestores públicos a oportunidade de contribuir diretamente para a reflexão e o aprimoramento das práticas

institucionais, a partir de suas próprias experiências e percepções. Ao expressarem suas opiniões, os participantes colaboram com um diagnóstico mais preciso da realidade organizacional, o que pode subsidiar melhorias nos processos de gestão, comunicação e tomada de decisão. Além disso, o envolvimento nessa iniciativa fortalece a cultura de avaliação e transparência na instituição, valorizando a escuta ativa e o diálogo entre os diferentes níveis da administração pública.

Esclarecemos que os participantes dessa pesquisa têm plena liberdade de se recusar a participar do estudo e que esta decisão não acarretará penalização por parte dos pesquisadores. Todas as informações desta pesquisa serão confidenciais e serão divulgadas apenas em eventos ou publicações científicas, não havendo identificação dos voluntários, a não ser entre os responsáveis pelo estudo, sendo assegurado o sigilo sobre a sua participação. Os dados coletados nesta pesquisa: respostas ao questionário pelo google forms, ficarão armazenados em pastas virtuais no e-mail institucional do pesquisador, sob a responsabilidade do pesquisador, no endereço (acima informado), pelo período de mínimo 5 anos após o término da pesquisa.

Nada lhe será pago e nem será cobrado para participar desta pesquisa, pois a aceitação é voluntária, mas fica também garantida a indenização em casos de danos, comprovadamente decorrentes da participação na pesquisa, conforme decisão judicial ou extra-judicial. Se houver necessidade, as despesas para a sua participação serão assumidas pelos pesquisadores (ressarcimento de transporte e alimentação).

Em caso de dúvidas relacionadas aos aspectos éticos deste estudo, o (a) senhor (a) poderá consultar o Comitê de Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos da UFPE no endereço: **Avenida da Engenharia s/n – 1º Andar, sala 4 - Cidade Universitária, Recife-PE, CEP: 50740-600, Tel.: (81) 2126.8588 – e-mail: cephumanos.ufpe@ufpe.br.**

_____

(Assinatura do Pesquisador)

CONSENTIMENTO DA PARTICIPAÇÃO DA PESSOA COMO VOLUNTÁRIO (A)

Eu, _____, CPF _____, abaixo assinado, após a leitura (ou a escuta da leitura) deste documento e de ter tido a

oportunidade de conversar e ter esclarecido as minhas dúvidas com o pesquisador responsável, concordo em participar do estudo Uma análise do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes na Universidade Federal de Pernambuco, como voluntário (a). Fui devidamente informado (a) e esclarecido (a) pelo(a) pesquisador (a) sobre a pesquisa, os procedimentos nela envolvidos, assim como os possíveis riscos e benefícios decorrentes de minha participação. Foi-me garantido que posso retirar o meu consentimento a qualquer momento, sem que isto leve a qualquer penalidade.

Tendo em vista os itens acima apresentados, eu, de forma livre e esclarecida, manifesto meu consentimento para participar da pesquisa.

( ) Aceito Participar da pesquisa

( ) Não aceito participar da pesquisa

APÊNDICE 7 - Termo de Confidencialidade

TERMO DE COMPROMISSO E CONFIDENCIALIDADE

Título do projeto de pesquisa: Gestão da Informação e do Conhecimento: Uma análise do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes na Universidade Federal De Pernambuco
Nome Pesquisador responsável: Dayse Dutra Leite
Instituição/Departamento de origem do pesquisador: Universidade Federal de Pernambuco / Diretoria de Avaliação Institucional
Endereço completo do responsável: Rua Luiz Barbalho, n 100, Parque Capibaribe, São Lourenço da Mata – Pernambuco, CEP: 54720-150
Telefone para contato: (81) 98888-3201 - **E-mail:** dayse.dutra@ufpe.br

Nome do Orientador/fone contato/e-mail: Nadi Helena Presser Telefone: (81) [redacted]-1963 e-mail: nadi.helena@ufpe.br.

O pesquisador do projeto acima identificado assume o compromisso de:

- Garantir que a pesquisa só será iniciada após a avaliação e aprovação do Comitê de Ética e Pesquisa Envolvendo Seres Humanos da Universidade Federal de Pernambuco – CEP/UFPE e que os dados coletados serão armazenados pelo período mínimo de 5 anos após o término da pesquisa;
- Preservar o sigilo e a privacidade dos voluntários cujos dados serão estudados e divulgados apenas em eventos ou publicações científicas, de forma anônima, não sendo usadas iniciais ou quaisquer outras indicações que possam identificá-los;
- Garantir o sigilo relativo às propriedades intelectuais e patentes industriais, além do devido respeito à dignidade humana;
- Garantir que os benefícios resultantes do projeto retornem aos participantes da pesquisa, seja em termos de retorno social, acesso aos procedimentos, produtos ou agentes da pesquisa;
- Assegurar que os resultados da pesquisa serão anexados na Plataforma Brasil, sob a forma de Relatório Final da pesquisa;

Declara ainda que os dados coletados nesta pesquisa respostas ao questionário pelo google forms ficarão armazenados em pastas virtuais no e-mail institucional do pesquisador, sob a responsabilidade do pesquisador, no endereço (acima informado), pelo período de mínimo 5 anos após o término da pesquisa.

Recife, 20 de fevereiro de 2025.

gov.br Documento assinado digitalmente
DAYSE DUTRA LEITE
Data: 20/02/2025 15:32:22-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

_____
Assinatura Pesquisador Responsável

APÊNDICE 8- Folha de Rosto

MINISTÉRIO DA SAÚDE - Conselho Nacional de Saúde - Comissão Nacional de Ética em Pesquisa – CONEP

FOLHA DE ROSTO PARA PESQUISA ENVOLVENDO SERES HUMANOS

1. Projeto de Pesquisa:
GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DO CONHECIMENTO: UMA ANÁLISE DO EXAME NACIONAL DE DESEMPENHO DOS ESTUDANTES NA UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO

2. Número de Participantes da Pesquisa: 10

3. Área Temática:

4. Área do Conhecimento:
Grande Área 6. Ciências Sociais Aplicadas

PESQUISADOR

5. Nome:			
DAYSE DUTRA LEITE			
6. CPF: 083.508.654-23	7. Endereço (Rua, n.º): LUIZ BARBALHO PARQUE CAPIBARIBE n 100 SAO LOURENCO DA MATA PERNAMBUCO 54720150		
8. Nacionalidade: BRASILEIRO	9. Telefone: 81988883201	10. Outro Telefone:	11. Email: dayse.dutra@ufpe.br

Termo de Compromisso: Declaro que conheço e cumprirei os requisitos da Resolução CNS 466/12 e suas complementares. Comprometo-me a utilizar os materiais e dados coletados exclusivamente para os fins previstos no protocolo e a publicar os resultados sejam eles favoráveis ou não. Aceito as responsabilidades pela condução científica do projeto acima. Tenho ciência que essa folha será anexada ao projeto devidamente assinada por todos os responsáveis e fará parte integrante da documentação do mesmo.

Data: 07 / 02 / 25

Dayse Dutra Leite
Assinatura

INSTITUIÇÃO PROPONENTE

12. Nome:	13. CNPJ:	14. Unidade/Órgão:
Universidade Federal de Pernambuco - UFPE	24.134.488/0001-08	
15. Telefone: (81) 1126-8588	16. Outro Telefone:	

Termo de Compromisso (do responsável pela instituição): Declaro que conheço e cumprirei os requisitos da Resolução CNS 466/12 e suas Complementares e como esta instituição tem condições para o desenvolvimento deste projeto, autorizo sua execução.

Responsável: Marcos R. Gois CPF: [redacted]

Cargo/Função: Coordenador de curso

Data: 07 / 02 / 25

Assinatura

PATROCINADOR PRINCIPAL

Não se aplica.

Emitido em 18/02/2025

DOCUMENTOS ACADEMICOS Nº 1/2025 - SDEPLAG GR (11.01.52)

(Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)

(Assinado digitalmente em 18/02/2025 14:06)
MARCOS ROBERTO GOIS DE OLIVEIRA MACEDO
COORDENADOR
PPGPGPDNE (11.34.40)
Matrícula: ###251#1

Visualize o documento original em http://sipac.ufpe.br/documentos/ informando seu número: **1**, ano: **2025**, tipo: **DOCUMENTOS ACADEMICOS**, data de emissão: **18/02/2025** e o código de verificação: **afcacf3bcb**